PROGRAMA SUB-REGIONAL DE ACÇÃO DE GESTÃO INTEGRADA DE FOGOS RURAIS

REGIÃO DE LEIRIA

ANEXO II – PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS

SGIFR

Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

Comissão Sub-Regional

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO 5

II – FICHAS DE PROJETO 6

II.1 – Valorizar os espaços rurais 6

1.1.2.2 Sistema de Informação Cadastral Simplificada 6

1.1.3.2 Programa de Emparcelamento 8

1.2.1.1 Gestão Agregada de Territórios Rurais 9

1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) 13

1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos 15

1.2.2.2 Património Florestal Certificado numa ótica de circularidade 16

1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural 18

1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais 20

1.2.3.2 Aumento da remuneração dos Proprietários Florestais 23

II.2 – Cuidar dos espaços rurais 26

2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) 26

2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas 28

2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas com mais de 500 hectares em articulação com as entidades locais 30

2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM) 33

2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível 34

2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis 35

2.2.1.3 Garantir a Gestão da Rede Secundária 38

2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível 41

2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor 46
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas 48
2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos 51
2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de Gestão Fogos Rurais 54
2.2.2.1 Promover processos de compostagem 56
2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa 57
2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados 62
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas 64
2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras” 66
2.3.1.7 Construção e manutenção das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal e redes de pontos de água) 67
II.3 – Modificar comportamentos 70
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas 70
3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas 72
3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas 74
3.1.2.2 Presença das Forças Armadas nas áreas críticas 78
3.1.2.3 Rede de Vigilância e Deteção de Incêndios 80
3.1.3.3 Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais 87
3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco 88
3.2.1.2 Comunicação Especializada de Proximidade 90
3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de emergência 91
3.2.1.4 Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco ... 93
3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco 95
II.4 – Gerir o Risco Eficientemente 97
4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão 97

4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR) 99

4.1.2.2 Programação e dimensionamento do sistema 101

4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução 102

4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais 104

4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual 106

4.2.2.1 Sistema de monitorização e avaliação 107

4.2.2.3 Sistema de lições aprendidas 108

4.3.1.1 Implementação do modelo organizativo de modo faseado 111

4.3.1.5 Centro Ibérico de investigação, prevenção e combate aos Incêndios Rurais 112

4.3.2.3 Gestão da Supressão 113

4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR 114

4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais 117

I – INTRODUÇÃO

Este volume é Anexo ao Programa Sub-Regional de Ação da Região de Leiria (PSA-Leiria), contendo os conteúdos do Anexo II do documento principal, que corresponde aos pressupostos específicos das fichas de projeto, na data de setembro de 20265.

Ao abrigo do artigo 12.º do Despacho nº 9550/2022 de 4 de agosto, que enumera os elementos obrigatórios a constar nos Programas Regionais e Sub-Regionais de Ação, o documento principal do Programa Sub-Regional de Ação da Região de Leiria enuncia a calendarização e orçamento de todas as fichas de projeto, bem como a cartografia referente às normas com produção de efeitos externos.

No entanto, para compreensão do planeamento e iniciativas deste Programa, é complementada a leitura dos elementos obrigatórios com a publicação dos pressupostos específicos que orientaram a elaboração das fichas de projeto, dos projetos que têm enquadramento no PSA-Leiria.

II – FICHAS DE PROJETO

II.1 – VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

1.1.2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: 1º) Conhecer o Cadastro da Propriedade é fundamental para o pleno exercício dos proprietários nos seus direitos e a sua responsabilização quanto aos seus deveres: a. Apenas se aplica às matrizes Rústicas ou Mistas; b. O Sistema de Informação Cadastral Simplificada é de adesão voluntária dos proprietários, contudo passa a ser obrigatório, sempre que haja necessidade de transação da titularidade da propriedade; c. As matrizes com cadastro simplificado da propriedade conferem o reconhecimento da posse, mas sem plenos direitos; d. Apenas as matrizes objeto de registo predial conferem plenos direitos aos seus proprietários, incluindo a sua transação (venda, aluguer, etc.); e. Os terrenos cujas matrizes não tenham sido submetidas a RGG serão mais tarde objeto de integração no FlorestGal sem prejuízo da sua reversão caso o proprietário regularize a sua propriedade num prazo tido por satisfatório (Decreto-Lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro); 2º) O Sistema de Informação Cadastral Simplificada comporta três passos fundamentais: a. O processo inicia-se no BUPI com a Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) da matriz que o proprietário declarou, localizou e apresentou limites; b. RGG convertida em cadastro predial da propriedade é a matriz que foi submetida, georreferenciada, identificando as extremas e sem conflitos de área com os confinantes e que consta na DGT, mediante a apresentação dos documentos que provem título de propriedade; c. RGG convertida em registo predial é a matriz prevista em b) que depois foi submetida a registo predial no IRN; 3º) O projeto BUPi Balcão Único do Prédio prevê os seguintes passos: a. A adesão de municípios/CIM ao projeto para montagem do respetivo BUPi; b. Um financiamento para o seu funcionamento que terminou a 30 de junho de 2023, prevendo-se a sua extensão em sede de PT2030; c. A gratuitidade do registo predial que termina 4 anos após a data da contratação do BUPI; d. Aplica-se aos concelhos que não têm cadastro predial, na Região de Leiria apenas o concelho de Porto de Mós tem cadastro predial, sendo que os demais tem BUPI disponível.
Situação de Referência: 2023:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Indicador	Notas	ALVAIÁZERE	ANSIÃO	BATALHA	CASTANHEIRA DE PÊRA	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	LEIRIA	MARINHA GRANDE	PEDRÓGÃO GRANDE	POMBAL	PORTO DE MÓS	Valor PSA
Situação atual												
BUPI disponível	*1*	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim		
Número de matrizes (estimativa)	*2*	68906	62259	21858	21858	77918	186549	16397	41168	255202		752115
Processos RGG finalizados	*3*	6882	15382	8325	8325	14971	33912	3361	14269	46323		151750
Matrizes georreferenciadas	*3*	6909	15383	8337	8337	14983	34332	3384	14319	46930	Não	152914
Percentagem de Matrizes georreferenciadas	*3*	10%	25%	38%	38%	19%	18%	21%	35%	18%	aplicável	20%
Técnicos habilitados	*3*	7	7	5	5	5	12	5	9	12	(possui	67
Técnicos habilitados - permanentemente em funções	*1*	2	2	2	1	1	3	1	2	3	CGPR)	17
Indicadores PSA/PRA/PNA												
% de área (ha) com proprietário conhecido	*5*					20						26%
Percentagem áreas percorridas por incêndios com inforn	*5*											40%
Média de RGG mensais finalizadas	*5*					375			153			2688

Indicador(es) de Referência:

Percentagem de área com proprietário conhecido

Percentagem áreas percorridas por incêndios com informação cadastral

Média de RGG mensais finalizadas

Outros Indicadores de Execução:

Não aplicável.

Valores de Referência:

1 500 000,00€

[estimativa orçamental calculada em função dos encargos com RH que estão afetos ao projeto. Considerou-se que na Sub-regional são necessários 15 técnicos a tempo inteiro. Estimou-se o o referencial de 19000€ ano por técnico, o que corresponde a 300 000€ ano x 5 anos (2026-2030) = 1 500 000€]

Metas:

Percentagem de área com proprietário conhecido - 50%

Percentagem áreas percorridas por incêndios com informação cadastral - 40%

Média de RGG mensais finalizadas - 50

Fontes de informação:

eBUPi, DGT e Municípios.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

1.1.2.1 - Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC)

1.1.3.2 - Programa de Emparcelamento

2.1.1.1 - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Não aplicável.

Observações:

• A responsabilidade do projeto a nível nacional é da eBUPi. Ao nível sub-regional a CIM assume uma função de apoio regional à sua implementação, na medida em que a eBUPi não tem representação nesta Comissão. Por razões similares, propõe-se que a nível sub-regional seja a respetiva CIM, a entidade coordenadora, independentemente da entidade com quem foi contratualizado o trabalho do BUPi.

• À medida que o processo de cadastro simplificado ficar devidamente regularizado é espectável a produção de uma cartografia de resultado a que terão acesso os municípios e a GNR para efeitos de fiscalização e contraordenação no controlo das obrigações de limpeza das propriedades.

• A meta nacional para este projeto está a sofrer recalendarização para o ano de 2026. Pelo que em sede de monitorização algumas metas poderão sofrer alterações.

1.1.3.2 PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: A estrutura fundiária da Região Centro é marcada pela dispersão, fragmentação e pequena dimensão da propriedade, com vincadas deficiências estruturais que comprometem a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações agroflorestais. A fragmentação das propriedades associada a extensas áreas de monocultura não geridas ou geridas de forma deficiente, quando verificadas condições meteorológicas adversas, conduz a níveis de perigosidade de incêndio rural extremo, colocando em causa a segurança de pessoas, animais e bens, nomeadamente património natural e cultural. A fragmentação da propriedade aumenta o número de pessoas envolvidas nas tomadas de decisões sobre uma determinada área. Constitui tarefa fundamental incentivar os proprietários a investir e a gerir as suas propriedades rústicas, nomeadamente através da melhoria da estrutura fundiária. O emparcelamento tende a contrariar o abandono das terras ao facilitar e reduzir os custos das atividades agrícolas e florestais, com especial relevo na racional mecanização das operações culturais.
Situação de Referência: Foi criado o Programa "Emparcelar para Ordenar" que prevê a operacionalização de mecanismos financeiros que visam:(Decreto-lei n.º 29/2020 de 29 de junho) • Fomentar o aumento da dimensão física dos prédios rústicos e, assim, aumentar a viabilidade e sustentabilidade económica das explorações agroflorestais; • Incrementar o ordenamento e gestão e a resiliência dos territórios vulneráveis; • Promover operações de emparcelamento simples, nos termos do regime da estruturação fundiária.
Indicadores de Referência: 1. Número de prédios e área sujeita a redimensionamento em territórios classificados como vulneráveis 2. Montante utilizado na linha de crédito de apoio ao emparcelamento 3. Número de sessões de esclarecimento por município com freguesias vulneráveis 4. Número de proprietários alcançados pela campanha de divulgação
Outros Indicadores de Execução: *Indicadores de Realização:* • Número de sessões de esclarecimento por município com freguesias vulneráveis • Número de prédios e área sujeita a redimensionamento em territórios classificados como vulneráveis • Montante utilizado na linha de crédito de apoio ao emparcelamento • Número de proprietários alcançados pela campanha de divulgação
Valores de Referência: Sem execução orçamental no nível sub-regional.
Metas: 46 hectares dos 650 definidos no PRA centro, 4 ha em 2024 e 7 ha/ano, até 2030 Os 46 hectares foram obtidos multiplicando 7,9 % (representatividade da área das freguesias vulneráveis da CIM na região Centro) pela área de emparcelamento proposta no PRA centro (650ha)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Metas Ficha de Projeto	Meta (há)	ano	Valores de referencia (€)
Execução do Programa "Emparcelar para Ordenar"	4	2024	4.000
Execução do Programa "Emparcelar para Ordenar"	7	2025	7.000
Execução do Programa "Emparcelar para Ordenar"	7	2026	7.000
Execução do Programa "Emparcelar para Ordenar"	7	2027	7.000
Execução do Programa "Emparcelar para Ordenar"	7	2028	7.000
Execução do Programa "Emparcelar para Ordenar"	7	2029	7.000
Execução do Programa "Emparcelar para Ordenar"	7	2030	7.000

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo (€)
Execução do Programa "Emparcelar para Ordenar" (ha)					4	7	7	7	7	7	7	46	7	46.000
Desenvolvimento de uma linha de crédito		x												
Atribuição de um subsídio não reembolsável para aquisição de prédios rústicos		x												
Criar uma campanha de proximidade de divulgação do programa "Emparcelar para Ordenar			x											
Identificar com os parceiros locais as áreas prioritárias de divulgação e períodos de campanha			x											
Criação de um ponto focal para apoio a candidaturas			x											
Definição de um modelo de acompanhamento do Programa			x											
Sessões de esclarecimento e divulgação do programa "Emparcelar para Ordenar			x	x										
Identificar os riscos existentes no alcance das metas e definir propostas de mitigação				x										

Fontes de informação:
ICNF; AT; IFAP

Outros projetos correlacionados a nível regional:
1.1.3.1 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de Combustível
2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:
Não tem.

Observações:

1.2.1.1 GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:
Racional de enquadramento:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

A Região de Leiria tem 148 624 hectares de espaços florestais, de acordo com a COS 2018, a maioria dos quais constituindo manchas florestais contínuas de expressiva dimensão.

A Região de Leiria tem potencial para a dinamização da criação de figuras de gestão agregada, nomeadamente AIGP, agrupamento de Baldios (AdB), Baldios, Zonas de Intervenção Florestal (ZIF), Unidades de Gestão Florestal (UGF), Entidades de Gestão Florestal (EGF), que importa dinamizar para potenciar a valorização e a rentabilidade adequada dos ativos florestais.

Sem prejuízo da iniciativa ser sempre dos proprietários/compartes, cabe especial referência aos AdB das Unidades de Baldio sujeitas ao Regime Florestal e que integram os Perímetros Florestais da Região.

Nesse sentido é fundamental a existência de um quadro de incentivos que suporte a contratualização de novas entidades gestoras e de um mecanismo que assegure a prossecução das ações desenvolvidas pela área já agregadas.

Nesta Região, considerando o regime de propriedade e o potencial dos recursos endógenos, foi também identificada a oportunidade na Região para a constituição de Unidades de Gestão Florestal (UGF) em áreas que permitam proporcionar a valorização e a rentabilidade adequada dos ativos florestais.

Da análise da ficha projeto 1.2.1.1 Gestão agregada de pequenas propriedades no PNA, verifica-se que alguns dos indicadores estão desalinhados com a realidade das sub-regiões, onde há ZIFs constituídas e onde é necessário estimular a manutenção/ renovação e não apenas o seu crescimento, pelo que se sugere a sua adaptação.

Gestão agregada de territórios rurais (ZIF, AdB, Baldios, AIGP, EGF, UGF) (2024)

Designação	Nº	ÁREA ha
ZIF	5	7482
AdB	0	0
Baldios	6	11446
AIGP	5	6435
EGF	0	0
UGF	0	0
Total	**16**	**25363**

De um modo geral, verifica-se que uma maioria das ZIF constituídas não representam atualmente uma verdadeira gestão agregada. As entidades gestoras, embora existentes, não têm capacidade de intervenção territorial em escala sendo na maioria dos casos apenas uma entidade legal constituída, mas sem atividade, quer por falta do devido enquadramento legislativo de suporte às ações/atividade, quer pela ausência de um pacto de políticas financeiras adequadas.

Na grande maioria dos casos, a obrigatoriedade legal de adaptar os planos de gestão florestal (PGF) das ZIF aos programas regionais de ordenamento florestal (PROF) não foi cumprida, não só por não ser considerada uma prioridade face à ausência de recursos financeiros, mas também por falta de capacidade técnica das entidades.

O incentivo ou apoio á contratação de técnicos por parte das entidades gestoras de ZIF poderá promover a reativação do seu funcionamento e/ou a criação de novas ZIF, respondendo assim às metas adaptadas propostas de indicadores da ficha projeto.

Sucesso do projeto condicionado a forte apoio das entidades/atores chave locais;

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Programação da ação até 2030, sendo o seu primeiro ano de execução 2025;

Situação de Referência:

a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro 2025: na Região Leiria encontram-se constituídas as seguintes figuras de gestão agregada:
   - ZIF: 5.
   - Baldios: 6
   - AdB: 0.
   - UGF: não existe atualmente, mas a Região tem potencial. No entanto existe uma iniciativa piloto para constituição UGF, Macinhata e Valongo do Vouga, aproximadamente 460 ha.
   - EGF: 0.
   - AIGP: 5 (2024).
   - Estabelecimento de contratos-programa: definir formas de contratualização simplificada com OPF, baseada em resultados obtidos e ações de médio prazo e não em tarefas.

Execução biénio 2025-2026 - 0

Indicadores de Referência:

- Número de contratos-programa estabelecidos
- Número de unidades de baldio (baldios) envolvidas nos AdB
- Área de baldios abrangidas e agrupadas em AdB
- Área em gestão total (ZIF, UGF e EGF) (ha)
- Nº de entidades de gestão coletiva (ZIF) (N.º de ZIF constituídas geridas por entidades gestoras)
- Nº de novas unidades de gestão coletiva (UGF) e (EGF)
- N.º de PGF e OIGP executados conforme calendário
- Área de AIGP com cadastro da propriedade
- Área com atividade silvícola e n.º de entidades de aderentes
- N.º de contratos-programa estabelecidos com PGF ou OIGP
- Área da ZIF e AIGP com cadastro da propriedade

Outros Indicadores de Execução:

Indicadores de Realização:

- Área com atividade silvícola por figura associativa
- Número de entidades aderentes 4. Nº unidades de baldio (baldios) envolvidos em AdB.

Valores de Referência:

- Recursos humanos: 25000€/ano
- Apoio da estrutura (viatura, comunicações, equipamentos informáticos): 5000€/ano
- Apoio jurídico: 10000€/ano
- Comunicação (sensibilização/promoção): 5000€/ano

Metas:

- 2026: 2 unidades de baldios envolvidas nos AdB

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

- 2030: 4 unidades de baldios envolvidas nos AdB
- 2030: 1 Implementação de Gestão Agregada nas AIGP aprovadas e aguardar financiamento
- 2026: 40% da área baldios abrangida e agrupada em AdB
- 2030: 80% da área baldios abrangida e agrupada em AdB
- 2027: Aumento da área gerida por entidades de gestão coletiva (ZIF, UGF e EGF, AIGP) – 20%
- 2030: Aumento da área gerida por entidades de gestão coletiva (ZIF, UGF e EGF, AIGP) – 40%
- 2027: Aumento do número de entidades de gestão coletiva (ZIF) – 5%
- 2030: Aumento do número de entidades de gestão coletiva (ZIF) – 5%
- 2027: 1 novas unidades de gestão coletiva (ZIF, UGF e EGF)
- 2030: 1 novas unidades de gestão coletiva (ZIF, UGF e EGF)
- 2027: 7202 ha área da ZIF e AIGP com cadastro da propriedade
  2030: 2882 ha área da ZIF e AIGP com cadastro da propriedade

Fontes de informação:
ICNF, DGT

Outros projetos correlacionados a nível regional:
1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada
1.1.3.2 Programa de emparcelamento
2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)
2.2.1.2. Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustível
2.2.1.3. Garantir a gestão da rede secundária
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas
2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de Gestão de Fogos Rurais
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas
4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR

Cartografia correlata:
Não tem cartografia: X

Observações:
A cartografia apresentada corresponde a áreas com potencial para ocorrer uma gestão agregada da propriedade.

1.2.1.2 PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Os PRGP são uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Os PRGP desenham a paisagem desejável, definem uma matriz de transição a médio-longo prazo suportada num modelo de financiamento que assegura a sua implementação (Fonte: DGT). Na identificação dos Territórios Vulneráveis, consideraram-se as freguesias do continente em que mais de 40 % do território se encontra sob perigosidade alta e muito alta de incêndio rural, assim como aquelas que não cumprindo o critério de perigosidade referido anteriormente, sejam totalmente circundadas por freguesias que cumpram o citado critério (Fonte: DGT). A delimitação dos territórios vulneráveis, de acordo com os critérios identificados, não se aplica às freguesias com mais de 40 % do território sob perigosidade alta e muito alta de incêndio rural, isoladas ou contíguas, cuja área global seja inferior a 200 km^2 (Fonte: DGT). A contribuir para a meta de realização de estudos, para apoio à elaboração de 20 programas de reordenamento e gestão da paisagem até 2024, para além do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) das serras de Monchique e Silves em vigor, encontram-se atualmente em aprovação o PRGP do Alto Douro e Baixo Sabor, o PRGP das Serras do Marão, Alvão e Falperra e o PRGP da Serra da Malcata, determinados pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, que inclui o PRGP das Serras da Lousã e Açor, ainda em desenvolvimento, tal como o PRGP do Pinhal Interior Sul, determinado pelo Despacho n.º 12735-B/2021 de 28 de dezembro de 2021. A estes Programas acrescem mais quatro PRGP em elaboração ao abrigo do Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro - PRGP do Alva e Mondego, PRGP dos Montes Ocidentais e Beira Alta, PRGP das Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal e PRGP da Serra do Caldeirão. Como o PRGP da Serra da Lousã e Açor, apanha duas Regiões, para efeitos de contabilização de área em cada uma delas e orçamentação de modo a evitar duplicação de áreas, foi aferida qual a percentagem correspondente em cada uma delas (Região de Coimbra 64% e Região de Leiria 36%), sendo a orçamentação e áreas de abrangência do PRGP na proporção correspondente.
Situação de Referência: a) A situação de referência t0 para o projeto em dezembro de 2022, encontrava-se em elaboração o PRGP das Serras da Lousã e Açor, cuja determinação foi feita pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março; No biénio 2022-2024 não se prevê a elaboração de mais nenhum PRGP para a região de Leiria.
Indicador(es) de Referência: • Número de PRGP elaborados; • Número de PRGP aprovados;

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
• Número de PRGP em implementação; • Área abrangida por PRGP; • Área abrangida por financiamento a serviços de ecossistemas.
Outros Indicadores de Execução: Não identificados!.
Valores de Referência: PRGP Serra da Lousã e Açor – 122. 985,00 + IVA
Metas: **Sub-regionais:** 2030 - Nº de PRGP aprovados: 0,36 2030 - Nº de PRGP em implementação: 0,36 2027 - 40% das áreas de PRGP com financiamento dos serviços de ecossistemas (5036ha)
Fontes de informação: - Direção Geral do Território (DGT) - https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/prgp - Diário da República n.º 44/2021, 1º Suplemento, Série II de 2021-03-04, páginas 2 – 6 - Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março. - Diário da República n.º 233/2021, Série II de 2021-12-02, Parte C - páginas 28 – 34 - Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro.
Outros projetos correlacionados a nível regional: 1.2.2.1 MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS 1.2.2.2 PATRIMÓNIO FLORESTAL COM GESTÃO CERTIFICADA NUMA ÓPTICA DE CIRCULARIDADE 1.2.2.4 DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL 1.2.2.5 MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS AGROFLORESTAIS 2.1.1.3 RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500HA EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: O orçamento disponível no PNA para este projeto referente aos 20 PRGP, é de 4.200.000,00 Euros. No entanto, não é claro se o orçamento contempla as rubricas de elaboração e implementação dos PRGP; Repartindo este orçamento equitativamente pelos 20 PRGP, obtém-se um valor de referência de 210.000,00 Euros por PRGP, o que para os 0,36 PRGP da Região de Leiria corresponderia a 75.600,00 Euros. No entanto, o orçamento do PSA é de 44.274,60 Euros (+IVA), considerando só o valor de adjudicação para a elaboração do PRGP. Este montante não considera o valor de implementação, o qual tem de ser definido de acordo com as intervenções identificadas na elaboração. Deste modo o orçamento identificado no PNA será manifestamente insuficiente para a implementação dos 0,36 PRGP, uma vez que o diferencial entre este e do PSA é de 31.325,40 Euros, o que se traduz em 12.942,20 Euros para a implementação do PRGP Serra Lousã e Açor, caso se considerasse o valor do PNA.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
A suborçamentação será a principal dificuldade para a execução deste projeto na totalidade, devendo por isso o orçamento do PNA ser alvo de revisão, de modo a poder dar resposta às reais necessidades do território.

1.2.2.1 MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Pretende-se com este projeto implementar um modelo de financiamento mais ajustado e integrado às necessidades de intervenção dos diferentes projetos que integram os territórios vulneráveis. As operações passam a beneficiar de apoios ao investimento e de apoios à gestão e manutenção, com programação orçamental plurianual. A modalidade de financiamento Multifundos, integra os vários instrumentos de financiamento identificados e as operações passam a poder beneficiar de apoios ao investimento, desde que enquadrados com as normas dos respetivos avisos que venham a ser publicados.
Situação de Referência: Sem dados.
Indicador(es) de Referência: • Investimento total aprovado; • N.º beneficiários; N.º hectares instalados/espécie; N.º hectares intervencionados/espécie; • Área, em hectares, do total de povoamentos com espécies autóctones e/ou de crescimento lento, instalados em territórios vulneráveis, APPS e apoiados pelo Programa Multifundos; • N.º total de Projetos inovadores não previstos nas outras fichas.
Outros Indicadores de Execução: Não aplicável.
Valores de Referência: 11 979 631€ (Sistema Multifundos apoiado via Projetos e Ações financiadas).
Metas: 2030 Melhoria da rentabilidade agroflorestal; Recuperação de zonas sensíveis; Alteração de ocupação de solo com espécies autóctones e/ou de crescimento lento; Aumento de área em hectares com gestão ativa e gestão ativa em APPS.
Fontes de informação: ICNF; IFAP; CIM-RL
Outros projetos correlacionados a nível regional: 2.1.1.1 Área integradas de gestão da paisagem 2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas com mais de 500 hectares em articulação com as entidades locais 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor
Cartografia correlata: Não aplicável.
Observações: Para gerar condições para uma gestão ativa à escala da paisagem deve-se potenciar fontes de rendimento adicionais para agrupamentos de PAUE's (ZIFs, AIGPs, etc). Criação de apoios e fiscalizações que potenciem a manutenção dos investimentos financiados nas outras fichas. Para garantir a retenção do carbono, a gestão florestal ativa reduz a probabilidade de agentes bióticos e abióticos. Garantir a transparência e liquidez do mercado e gestão da floresta para incentivar maior interação direta e investimento de eficiência com os recursos naturais. Uso de metodologias de gestão empresarial com recurso a IA, aplicações agregadas, sistemas sensoriais, gestão e negociação em escala.

1.2.2.2 PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO NUMA ÓTICA DE CIRCULARIDADE

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Com esta ficha de projeto pretende-se promover o uso circular de materiais técnicos assentes em recursos renováveis e preservação de valor, através de um sistema de certificação específico para a floresta e produtos florestais, desenvolvendo o potencial económico dos recursos florestais. Os principais resultados esperados: a) A melhoria da sustentabilidade florestal; b) A promoção de boas práticas florestais; c) A dinamização da economia local e das indústrias de produtos florestais dos territórios rurais. Neste enquadramento, entendeu-se que a prioridade de intervenção deste projeto deve ser dada à gestão florestal certificada das áreas sob gestão pública e baldios não só pela relevância da área em questão, quer pela especificidade do modelo de gestão partilhada e da multifuncionalidade que estes espaços apresentam na maioria dos casos. Por outro lado, a inclusão da gestão certificada das áreas privadas neste projeto prende-se sobretudo com o facto de que o funcionamento do mercado de compra e venda de material lenhoso tem encontrado alguns mecanismos de autofinanciamento. No entanto, é necessário que haja continuidade deste trabalho, traduzindo-se num aumento de área e como tal, assim de um apoio financeiro específico a eleger no presente projeto, contabilizando-se as áreas certificadas privadas e publicas para a Região de Leiria.
Situação de Referência:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2025: Não foi possível quantificar na região de leiria, qual a área certificada que existe atualmente.: Não foi possível quantificar na região de leiria, qual a área certificada que existe atualmente. b) Atualmente existe na Região de Leiria uma área de 26568ha (áreas Publicas e Cogestão, mais AIGP Aprovadas e com Financiamento).
Indicador(es) de Referência: • Percentagem de produtos florestais com gestão certificada; • Percentagem de áreas florestais com gestão certificada; Definição e implementação da estratégia de comunicação com os produtores e empresários locais.
Outros Indicadores de Execução: Não identificados
Valores de Referência: - Foram considerados 25 € /ha para compensação de espaço florestal certificado; - 25000€/ano para recursos humanos; - 10000€ Comunicação.
Metas: 2030: Aumentar em 30% o número de certificados da cadeia de custódia por tipologia de produtos; 2027: 40% de Áreas públicas e em baldios com gestão florestal certificada; 2027: 20% de Área com gestão florestal certificada; 2030: 100% de Áreas públicas e em baldios com gestão florestal certificada; 2030: 80% de Área com gestão florestal certificada.
Fontes de informação: FSC Portugal
Outros projetos correlacionados a nível regional: 1.2.2.4 - Diversificação e qualificação da economia rural; 1.2.3.1 - Aumento do rendimento da fileira florestal no território; 1.2.3.2 - Aumento da remuneração dos proprietários florestais .
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: A quantificação das áreas que atualmente estão certificadas é muito difícil, principalmente pelo facto da informação acerca das mesmas não ser cedida pelas entidades responsáveis, bem como pela incerteza do que atualmente está efetivamente certificado ou em processo de certificação.

1.2.2.4 DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Pretende-se diversificar e qualificar os produtos e serviços das empresas, potenciando novos modelos de negócio e de organização empresarial num contexto de internacionalização da economia rural, com impacto na redução da carga de combustível vegetal nos territórios sob influência das empresas. Deve ser fomentado o valor acrescentado gerado pelas empresas estabelecidas nos territórios de baixa densidade, com reflexo no incremento do valor das exportações. A lógica de ação coletiva deve ser privilegiada, pressupondo articulação entre empresas para ganhar dimensão indispensável à competitividade em mercado alargado. O investimento empresarial deve privilegiar o enquadramento em estratégias e abordagens territoriais (Bio regiões, Reservas da Biosfera, etc..), dinamizando a atividade económica dos respetivos territórios-alvo, expandindo a produção e o valor acrescentado das empresas, com o desenvolvimento de redes de pequenas fileiras ou fileiras de cadeia curta enquadradas em clusters muito específicos (raças autóctones, frutos secos, resina, ervas aromáticas, fruticultura, apicultura, etc. e outras iniciativas de projetos de desenvolvimento e de redes institucionais reconhecidas). O objetivo é apoiar a capacidade produtiva de natureza inovadora das empresas, que se traduz num acréscimo da oferta de bens e serviços transacionáveis, diferenciadores e que gerem oportunidades de internacionalização.
Situação de Referência: Sem dados.
Indicador(es) de Referência: • Valor da economia rural • Valor investido por região • Número de projetos apoiados por região
Outros Indicadores de Execução: Não aplicável.
Valores de Referência: 1 000 000.00 € (valores meramente indicativos sujeitos a confirmação e atualização).
Metas: Considerando que a sub-região de Leiria tem um peso de 10% da área do PRA em termos de área ocupada com – Área agrícola + Área de pastagens + Sistemas agroflorestais + Área de matos–, propõe-se que os indicadores sub-regionais sejam 10% dos indicadores do PRA: • Apoiar projetos individuas da economia rural até 2026 – 6 projetos • Apoiar projetos de ação coletiva até 2026 – 1 projeto • Apoiar projetos individuas da economia rural até 2030 – 10 projetos • Apoiar projetos de ação coletiva até 2030 – 2 projetos
Fontes de informação: CIM-RL
Outros projetos correlacionados a nível regional: 1.2.2.3 Apoio a projetos de bioeconomia e economia circular 1.2.3.1 Aumento do rendimento da fileira florestal e silvopastoril no território

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais
Cartografia correlata: Não aplicável.
Observações: Este projeto é potencialmente elegível pelo PO regional. Em sede de CSRGIFR foram identificadas como áreas a priorizar as fileiras: Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados; Culturas permanentes; Produção animal; Agricultura e produção animal combinadas; Atividades dos serviços relacionados com a agricultura e com a produção animal; Caça, repovoamento cinegético e atividades dos serviços relacionados; Silvicultura e exploração florestal.

1.2.2.5 MULTIFUNCIONALIDADE DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Os sistemas agroflorestais em Portugal Continental correspondem a áreas ocupadas com sobreiros, azinheiras, castanheiros, pinheiros mansos, carvalhos, medronheiros e alfarrobeiras em povoamentos puros ou mistos, que estão principalmente associados com culturas arvenses de sequeiro em rotações longas e/ou com pecuária extensiva de bovinos de carne e/ou pequenos ruminantes, bem como outros aproveitamentos e atividades coletoras (frutos e cogumelos silvestres, plantas aromáticas, ornamentais, medicinais autóctones) e apicultura;

Os sistemas agroflorestais geridos de forma sustentável providenciam diferentes tipos de serviços ecossistema, com grande relevância para a sociedade, por contribuírem para a resolução de problemas ambientais, preservação e melhoria do solo e contribuir para o sequestro do carbono;

Situação de Referência:

Na região Centro as superfícies agroflorestais representam apenas 2% do território enquanto que as florestas e agricultura representam, respetivamente 50% e 23%, sendo de salientar uma significativa representatividade dos matos (13%) e pastagens (4%);

Como objeto deste projeto consideramos espaços agroflorestais os vocacionados (95 ha) e os que, por motivos de ordenamento e prevenção de fogos rurais, se torna imperativo reorientar para funções associadas a atividades agrosilvícolas, silvopastoris e agrosilvopastoris.

Assim, na CIM RL entendemos que as áreas potenciais de intervenção constituem as ocupadas por pastagens (2.395 ha), matos (24.688 ha) e superfícies agrofloestais (98 ha) que perfazem 11% da área.

Apicultura na área da DRAPC

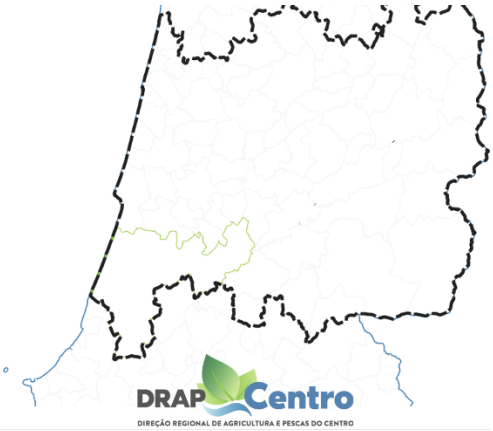
Região	Nº total de apicultores	Nº. Total de apiários	Nº. Total de colmeias	Nº total de cortiços	Nº. Total de colónias
DRAPC	4.180	11.384	157.247	8.011	161.622
CIM RL	538	-	13.527	-	13.726

Fonte: DGAV/DSAVR Centro_2022

Ordenamento Cinegético na área da DRAPC

Região	Nº total de zonas de caça	% de ZCA	% de ZCM	% de ZCT	% de ZCN
DRAPC	900	49%	45%	5%	0,01%
CIM RVDL	67	52%	42%	0%	1%

Fonte: ICNF



Explorações na área da CIMRL

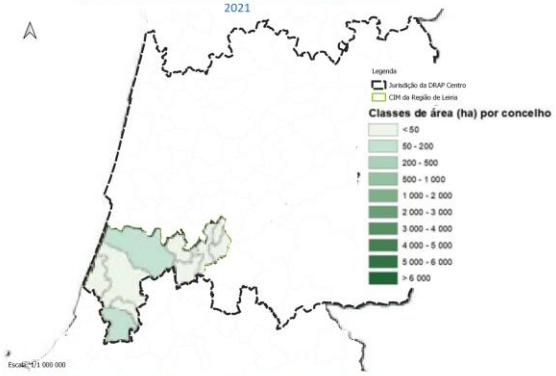
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Explorações na área da CIM RL	DRAPC		Região de Leiria	
	N.º Explor.	Área (ha)	N.º Explor.	Área (ha)
Superfície Total	77 862	811 399		
	N.º Explor.	Área (ha)	N.º Explor.	Área (ha)
Superfície Agrícola Utilizada (S.A.U.)	76 629	521 602	8 296	24 567
Frutos Pequenos de Baga	N.º Explor.	Área (ha)	N.º Explor.	Área (ha)
Medronho para consumo em fresco	283	377	49	29
Frutos de Casca Rija	N.º Explor.	Área (ha)	N.º Explor.	Área (ha)
Amendoeiras	2 170	3 853	18	4
Castanheiros	5 585	5 673	33	21
Nogueiras	1 497	1 160	46	22
Pinheiros mansos	1 544	2 792	27	20
Alfarrobeiras	4	1	-	-
Outros frutos de casca rija	584	504	11	2
Total de Frutos de Casca Rija	9 463	13 982	108	68
Efectivos Animais	N.º Explor.	Área (ha)	N.º Explor.	Área (ha)
Total Bovinos	6 294	155 722		
Total Ovinos	13 639	464 651		
Total Caprinos	10 409	114 027		
Total de Colmeias e Cortiços Povoados	3 818	165 088	49	29

Fonte: DGAV/DSAVR Centro_2022



Distribuição da área de Pinheiro-manso por concelho
2021



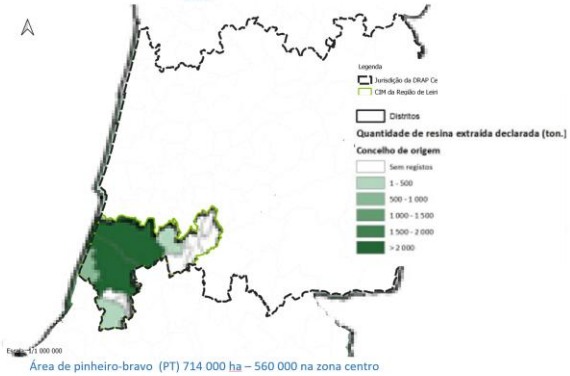
Área de pinheiro-manso (PT) 176 000 ha – 7 000 na zona centro

Na campanha 2020/2021 foi declarada a colheita de 33 000 ton. de pinha, das quais 14 000 ton. na Zona Centro (42%).

Na Região de Leiria foi declarada a colheita de 3.286 ton. de pinha

Fonte: DGAV/DSAVR Centro_2022

Quantidade de resina declarada por concelho
2021



Área de pinheiro-bravo (PT) 714 000 ha – 560 000 na zona centro

A produção anual de resina – 8 000 ton. - 73 % na zona centro

Nos concelhos de Leiria, Pombal e Marinha Grande, em 2021, foram extraídas 556 ton.

Fonte: ICNF e COS2018

DRAP Centro
DIREÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO

Superfícies Agroflorestais , Pastagens e Matos na área DRAPC (COS2018)

CIM`s	Área de SAF (ha)	Área de Pastagens (ha)	Área de Matos (ha)	Total (ha)
Região de Aveiro	11	1 737	1 472	3 219
Região de Coimbra	28	2 807	33 499	36 334
Beiras e Serras da Estrela	6 574	37 354	160 300	204 227
Beira Baixa	32 998	50 802	52 699	136 499
Viseu Dão Lafões	119	3 139	51 613	54 871
Região de Leiria	95	2 395	24 688	27 177
Total	**39 825**	**98 234**	**324 270**	**462 328**
	0,04 %	1%	10%	

Fonte: COS2018

Ruminantes na área da CIM por SistExpl

CIM	Espécie	Sistema de Exploração	N.º Animais
Região de Leiria	Bovinos	Extensivo/Intensivo ao ar livre	7 700
	Bovinos	Intensivo	4 260
	Caprinos	Extensivo/Intensivo ao ar livre	7 709
	Caprinos	Intensivo	1 765
	Ovinos	Extensivo/Intensivo ao ar livre	12 353
	Ovinos	Intensivo	2 294

Fonte: DGAV/DSAVR Centro_2022

Indicador(es) de Referência:

- N.º de projetos apoiados e valor investido;
- Área de SAF incrementada ou mantida
- Novas áreas resinadas, novas áreas de pinheiro manso, sobreiro e medronheiro;
- Novas colmeias e novos apicultores;
- Novas áreas por atividade agroflorestal afetas à fileira dos frutos secos;

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
• Incremento do ordenamento cinegético
Outros Indicadores de Execução: • N.º de projetos apoiados e valor investido; • Área de SAF incrementada ou mantida; • Novas áreas resinadas, novas áreas de pinheiro-manso, sobreiro e medronheiro • N.º de novas colmeias e novos apicultores; • Novas áreas por atividade agroflorestal afetas à fileira dos frutos secos; • Área com intervenção apoiada no âmbito do ordenamento cinegético
Valores de Referência: 3 230 000 € (valor estimado para a sub região, dependente dos aviso abertos). Na CIM RL entendemos que as áreas potenciais de intervenção constituem as ocupadas por pastagens (2 395 ha), matos (24 688 ha) e superfícies agroflorestais (98 ha) que perfazem uma área total de 27 181ha correspondendo à diminuta percentagem de 11 % do total das áreas potenciais do PRA. Orçamento, aplicando o valores/meta regional proporcionalmente ao nível da sub-região de Leiria (CIM Região de Leiria).
Metas: Considerando que a sub-região de Leiria tem um peso de 10% da área do PRA em termos de área ocupada com – Área agrícola + Área de pastagens + Sistemas agroflorestais + Área de matos–, propõe-se que os indicadores sub-regionais sejam 10% dos indicadores do PRA: • Apresentação de candidaturas para pelo menos 6% do valor disponível nas medidas/ ações a nível regional; • Taxa de aprovação de 60% das candidaturas apresentadas • Taxa de execução de 80% das candidaturas aprovadas
Fontes de informação: CCDRC e DGAV
Outros projetos correlacionados a nível regional: 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de Combustível 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: -

1.2.3.2 AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

O projeto visa aumentar a remuneração dos proprietários florestais da Sub-Região de Leiria através do reforço da gestão agregada, da melhoria da capacidade negocial dos proprietários e da maior articulação entre os agentes da fileira florestal.

Assume-se que a fragmentação da propriedade e a reduzida escala de gestão limitam a rentabilidade da atividade florestal, tornando necessário desenvolver modelos de negócio e de exploração que promovam a organização da oferta, a gestão conjunta e a valorização dos produtos florestais.

O projeto prevê ainda o reforço das competências comerciais das empresas do setor, a promoção de produtos de maior valor acrescentado e a criação de mecanismos de trabalho em rede entre proprietários, baldios, OPF, indústria, madeireiros, autarquias, centros empresariais e centros de inovação.

Situação de Referência:

a) a situação de referência t0 para o projeto a 30 de Setembro de 2026

b) a execução do biénio 2026-2028 para o projeto: (anexo II)

Ano	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2026-30	Custo
Medida 1 - Desenvolver modelos de negócio e exploração que fomentem a gestão agregada							170 000.00 €
Ação 1.1 - Desenvolver um modelo de negócio de áreas com gestão agregada, para a Sub-Região de Leiria						1 Modelo / 1Reunião por ano	160 000.00 €
1.1.1 - Identificar líder e parceiros da ação	1	1	1	1	1		
1.1.2 - Contratualizar consultoria externa							
1.1.4 - Identificar e visitar modelos nacionais e internacionais de sucesso							
1.1.5 - Realização do estudo e apresentação do resultado pela consultora	Não Aplicável						
1.1.6 - Monitorização anual dos resultados no âmbito da estrutura criada na ação 4.1	Não Aplicável						
Ação 1.2 - Aumentar o poder negocial dos proprietários							10 000.00 €
1.2.1 - Divulgação de modelos de sucesso nacionais e internacionais de negociação conjunta	1	1	1	1	1		
1.2.2 - Visitar bons exemplos de negociação conjunta							
1,2,3 - Promover reuniões conjuntas com as partes interessadas (proprietários, baldios, industria e madeireiros) para discussão da política dos preços							
Medida 2 - Promover industria de base florestal de transformação e valorização dos produtos de base florestal							14 600.00 €
Ação 2.1 - Estudo para identificação das necessidades da industria (tipo e caracterisiticas de matéria-prima, quantidades, prazos e horizonte temporal)	Não Aplicável					2 Ações por ano	14 600.00 €
Ação 2.2 - Ações de Incentivo à criação de produtos/industria de valor acrescentado (parcerias com centros de inovação)	2	2	2	2	2		
Medida 3 - Promover os modelos de gestão agregada a nível local junto de proprietários e empresários salientando os seus benefícios							6 400.00 €
Ação 3.1 - Identificar n.º de proprietários que utilizam mecanismos de gestão agregada e área em gestão	1	2	2	2	2	9 Reuniões / 1 Newsletter anual	6 400.00 €
Ação 3.2 - Ações presenciais de divulgação e promoção, em conjunto com OPF, agrupamentos de baldios, centros empresariais, empresas locais e as autarquais							
Medida 4 - Criar ações de trabalho em rede entre as partes interessadas, de forma a aproximá-los							
Ação 4.1 - Criar a PARF regional, que desenvolverá reuniões anuais descentralizadas , que funcionará em rede entre as partes interessadas, de forma a aproximá-los, dinamizadas por uma tríade rotativa	Não Aplicável						
						Total	191 000.00 €

Indicador(es) de Referência:

- Percentagem de execução das medidas previstas no projeto.
- Número de modelos de negócio e exploração desenvolvidos.
- Número de ações de promoção local realizadas.
- Número de proprietários e empresários envolvidos nas ações.
- Número de entidades envolvidas na rede de cooperação.
- Número de estudos ou diagnósticos realizados sobre necessidades da indústria florestal.
- Grau de execução financeira do projeto.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

- Contributo estimado para o aumento da remuneração dos produtores florestais.

Outros Indicadores de Execução:

- Área abrangida por modelos de gestão agregada.
- Número de proprietários integrados ou sensibilizados para modelos de gestão agregada.
- Número de OPF, agrupamentos de baldios, municípios, empresas e entidades industriais envolvidas.
- Número de visitas técnicas realizadas a modelos de referência.
- Número de parcerias ou protocolos estabelecidos.
- Número de produtos ou oportunidades de valorização identificadas.
- Evolução da capacidade negocial dos proprietários abrangidos.
- Número de ações de capacitação, divulgação ou sensibilização realizadas.
- Percentagem de execução dos projetos inscritos no programa de ação.

Valores de Referência:

- Orçamento total previsto: **191.000 €**.
- Horizonte de execução: **2026-2030**.
- Medida 1 — Desenvolvimento de modelos de negócio e exploração que fomentem a gestão agregada: **170.000 €**.
- Medida 2 — Promoção da indústria de base florestal e valorização de produtos: **14.600 €**.
- Medida 3 — Promoção local dos modelos de gestão agregada: **6.400 €**.
- Medida 4 — Criação/dinamização da PARF sub-regional: **1.000 €**.
- Meta nacional de referência: **aumento de 15% no rendimento dos produtores florestais até 2030**.
- Prioridade de investimento: criação de escala, reforço da gestão agregada, organização da oferta e aumento do poder negocial dos proprietários.

Metas:

- **2026**
  Identificação da entidade líder e dos parceiros estratégicos.
  Contratação de consultoria externa.
  Início do desenvolvimento do modelo de negócio para áreas de gestão agregada.
  Definição da metodologia de trabalho e dos indicadores de acompanhamento.
- **2027**
  Conclusão do diagnóstico e identificação de modelos nacionais e internacionais de referência.
  Realização de visitas técnicas.
  Início das ações locais de promoção da gestão agregada.
- **2028**
  Implementação e teste dos modelos de negócio e exploração.
  Desenvolvimento do estudo sobre necessidades da indústria florestal.
  Envolvimento crescente de proprietários, empresários, OPF, baldios e indústria.
- **2029**
  Consolidação dos modelos de gestão agregada.
  Promoção de produtos florestais de maior valor acrescentado.
  Reforço das parcerias entre proprietários, indústria e entidades locais.
  Monitorização dos resultados intermédios.
- **2030**

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Avaliação final da execução do projeto. Contributo para a meta de aumento de **15% da remuneração dos produtores florestais**. Consolidação da rede de cooperação sub-regional. Sistematização dos resultados e recomendações para continuidade.
Fontes de informação: 1.2.2.1 – Modelo de Financiamento Multifundos 1.2.2.2 – Património Florestal com Gestão Certificada numa Ótica de Circularidade 1.2.2.3 – Apoio a projetos de Bioeconomia e Economia Circular 1.2.2.4 – Diversificação e Qualificação da Economia Rural 1.2.2.5 – Multifuncionalidade dos Espaços Agroflorestais 1.2.3.1 – Aumento do Rendimento da Fileira Florestal e Silvopastoril no Território 3.2.1.2 – Comunicação Especializada de Proximidade
Outros projetos correlacionados a nível regional: 1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais 1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade 1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) 2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: A execução do projeto depende da capacidade de mobilização dos proprietários florestais e dos agentes económicos da fileira, bem como da existência de uma entidade líder com capacidade de coordenação territorial. A criação de escala, através de modelos de gestão agregada, é considerada essencial para melhorar a capacidade negocial dos proprietários e aumentar a rentabilidade da atividade florestal. A articulação com a indústria de base florestal será determinante para adequar a produção às necessidades do mercado e promover produtos de maior valor acrescentado. A PARF sub-regional deverá assumir um papel central na dinamização do trabalho em rede, na monitorização dos resultados e na aproximação entre proprietários, baldios, OPF, indústria, madeireiros, municípios e restantes entidades relevantes.

II.2 – CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

2.1.1.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: s Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), são um instrumento jurídico contemplado no Programa de Transformação da Paisagem, o qual tem como principais objetivos a promoção da gestão e exploração comum dos espaços agrícolas e florestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio, de modo a garantir uma maior resistência e resiliência aos incêndios, assim como melhorar os serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização destes territórios e a adaptação às alterações climáticas. As AIGP em conjunto com os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), sujeitam determinadas áreas que apresentam fatores críticos de perigo de incêndio e vulnerabilidade, a um conjunto de intervenções que configuram as operações integradas de gestão da paisagem (OIGP). As AIGP visam áreas territoriais com escala adequada para uma gestão florestal ativa e racional, tendo por base uma metodologia e enquadramento regulamentar e financeiro próprios, nas diferentes fases do processo de constituição e operacionalização. A constituição das AIGP depende da adesão dos produtores e proprietários, pelo que o envolvimento das autarquias, principalmente nos contextos rurais despovoados e envelhecidos, são fator indispensável para mobilizar os proprietários a aderirem a modelos de gestão coletiva, sendo por este facto o modelo das AIGP orientado para comunidades locais. De acordo com o nº4 do Artigo 45º do Decreto-lei nº82/2021, o qual estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento, a recuperação de áreas percorridas por incêndios com área igual ou superior a 500 ha pode ser constituída uma área integrada de gestão da paisagem, nos termos legalmente aplicáveis. De acordo com o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP), a constituição de uma AIGP pode ser promovida pelo Estado, por autarquias locais, por organizações de produtores florestais e agrícolas, por cooperativas, por associações locais, por entidades gestoras de baldios e por organismos de investimento coletivo. A AIGP sujeita determinada área a um conjunto articulado e integrado de intervenções, tendo por base uma Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP), a qual será promovida e operacionalizada pelos atores locais, enquanto dinamizadores da transformação da paisagem, e visam a reconversão e gestão de territórios florestais, agrícolas e silvopastoris. A OIGP deverá definir no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem, de reconversão de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros, o modelo de gestão e programa de monitorização a implementar. O Aviso do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) com o n.º 01/C08-i01/2021 «Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)», de 21 de julho de 2021, definia as condições de acesso e de elegibilidade dos beneficiários finais, assim como a área geográfica de aplicação e âmbito setorial dos projetos, bem como as despesas elegíveis e não elegíveis e as condições de atribuição do financiamento. Estavam ainda

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
identificados os critérios de seleção das operações a financiar e os procedimentos de apresentação das candidaturas e do processo de análise e decisão. No seguimento deste aviso foram aprovadas para a Sub-Região de Leiria um total de 5 AIGP, das quais 4 tiverem financiamento atribuído e 1 que apesar de ter sido aprovada, não teve apoio financeiro. As metas definidas e a orçamentação da ficha de projeto, têm então em consideração a totalidade das 4 AIGP aprovadas com financiamento, tendo a AIGP aprovada sem financiamento transitado para a ficha de projeto 1.2.1.1. Gestão agregada de territórios rurais.
Situação de Referência: a) a situação de referência t0 para o projeto em 2020 não havia nenhuma AIGP constituída; b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: constituição de 2 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP).
Indicador(es) de Referência: a) Número de AIGP constituídas na sub-região; b) Número de AIGP com OIGP aprovadas.
Outros Indicadores de Execução: Não identificados.
Valores de Referência: - Área das AIGP aprovadas e com financiamento atribuído: 5 132,40 ha - Área das AIGP aprovadas e sem financiamento atribuído: 1 302,30 ha Foram considerados valores de apoio financeiro às entidades gestoras tendo em consideração os seguintes valores: a) Valor base por AIGP: 10 000,00€ b) Valor por ha da AIGP: 12,00€ c) Valor base por prédio cadastrado: 4,00€ (até um máximo de 10 000,00€) d) Valor Potencial de Financiamento (VPF): 1 562,00€/ha Valor máximo de apoio para a implementação das operações identificadas na OIGP: 2 500,00€/ha.
Metas: • 2024: 4 AIGP constituídas; • 2026: 2 AIGP com OIGP aprovada; • 2030: 80% AIGP com OIGP aprovada (1).
Fontes de informação: Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho; Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho Despacho n.º 7109-A/2021, de 16 de julho; Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de Outubro; Despacho n.º 12447-D/2021, de 21 de dezembro; https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/aigp/ DGT - Quadro de Referência de Apoio à Elaboração das Propostas OIGP (Maio 2023);

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Aviso do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) com o n.º 01/C08-i01/2021 «Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)», de 21 de julho de 2021.
Outros projetos correlacionados a nível regional: 1.1.2.1. Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC); 1.1.2.2. Sistema de informação cadastral simplificada; 1.2.1.1. Gestão agregada de territórios rurais; 1.2.1.2. Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP); 1.2.1.3. Projeto de área de gestão pública; 1.2.2.1. Modelo de financiamento multifundos; 1.2.2.2. Património florestal com gestão certificada numa ótica de circularidade.
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: - As metas definidas na ficha de projeto têm por base a expectativa que existe por um lado, de que as 4 AIGP aprovadas e com financiamento irão todas apresentar OIGP e que estas serão aprovadas na totalidade, não será considerada 1 AIGP que foi aprovada e não teve financiamento, tendo sido considerada a sua área na ficha de projeto 1.2.1.1. Gestão agregada de territórios rurais. - As AIGP consideradas na estimativa orçamental foram todas aquelas que tiveram aprovação, e cabimentação financeira. No total 4 AIGP que tiveram financiamento atribuído (Despacho n.º 7109-A/2021, de 16 de julho e Despacho n.º 12447-D/2021, de 21 de dezembro. - O valor máximo elegível e que foi considerado para orçamentação das OIGP, é de 2 500,00€/ha, no entanto as entidades gestoras poderão apresentar um valor médio mais baixo, o que se repercutirá num orçamento global mais baixo da ficha de projeto. - Na orçamentação da ficha de projeto foi ainda estimado que em termos médios, a OIGP comportará operações para cerca de 90% do território, considerando que os 10% remanescentes não intervencionados, corresponde a áreas sociais, infraestruturas, planos de água outros elementos sem possibilidade/necessidade de intervenção.

2.1.1.2 GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Racional de enquadramento: Foi elaborado um exercício de diagnóstico com base em metodologia para identificação dos territórios prioritários e ocupações do solo a incluir, com o objetivo de quantificar a área potencial para atribuição da remuneração.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Como ponto de partida foram selecionadas as variáveis para identificação das áreas-alvo e diagnóstico da ocupação atual, tendo por base as ocupações do solo associadas às Iniciativas/Medidas do projeto.
O enquadramento em áreas de APPS, que corresponde às duas classes de maior perigosidade, foi o filtro inclusivo inicial. Para além destas variáveis também foram consideradas os seguintes itens:

- AIGP
- Áreas do Sistema Nacional de Áreas de Conservação;
- Regime Florestal
- Corredores ecológicos

Com recurso à ocupação do solo (de acordo com a COS 2018) foram selecionadas as áreas ocupadas por eucalipto e por invasoras lenhosas, sendo determinada a taxa de ocupação destes estratos arbóreos ao nível da Região Centro.
A concretização da área a ser reconvertida é determinada com base na percentagem de ocupação destes estratos arbóreos a multiplicar pelo valor da área que resultou das APPS, com AIGP, regime florestal, SNAC e corredores ecológicos.
A concretização do diagnóstico para o nível sub-regional permitiu direcionar as tipologias de intervenção desta ficha de projeto de acordo com o seguinte racional:

- 1661ha de área reconvertida com espécies autóctones com pagamento de SE;
- 15% de área de mosaicos multifuncionais com pagamento de SE.

Situação de Referência:

a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2025: não existe pagamento dos serviços de ecossistemas na Região de Leiria.

b) a execução do biénio 2024-2025 para o projeto: sem execução

Indicador(es) de Referência:

Não identificados

Outros Indicadores de Execução:

- Área a ser reconvertida através a reflorestação com espécies autóctones;
- Área com gestão da regeneração natural de autóctones, intervencionada ao abrigo do mecanismo de compensação de rendimento;
- Área abrangida por financiamento dos serviços dos ecossistemas (hectares, nº de benificiários, nº de projetos).

Valores de Referência:

Consideraram-se os valores de referência com base no Aviso n.º 13655/2019 - 1.ª Fase do Programa de Remuneração dos Serviços dos Ecossistemas em Espaços Rurais:
- Pagamento de reconversão/instalação com valor médio de 2200€/ha;
- Pagamento de custos de gestão, manutenção e SE com valor médio de 120€/ha/ano para áreas florestais;
- Pagamento de custos de gestão, manutenção e SE com valor médio de 50€/ha/ano para áreas agrícolas.

Metas:

- Concretizar 1 área piloto de remuneração dos serviços prestados pelos ecossistemas;
- Apoiar a reconversão de povoamentos instalados com espécies autóctones mais bem-adaptadas;

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
• Aumentar em 15% o financiamento dos proprietários que prestam serviços de ecossistemas com uma gestão ativa.
Fontes de informação: ICNF, 2022 Aviso n.º 13655/2019 de 2 de setembro
Outros projetos correlacionados a nível regional: 1.2.3.1 Aumento do rendimento da fileira florestal e silvopastoril no território 1.3.1.1 Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: Nada a indicar!.

2.1.1.3 RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS COM MAIS DE 500 HECTARES EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Racional de enquadramento: O processo de recuperação de uma área ardida envolve um conjunto de ações que objetivam contrariar a degradação potencial dos ecossistemas (perda de solo, perda de vegetação, perda de água) e utilizar o solo, de acordo com um plano integrado, que considere os valores e interesses ambientais e sociais, próprios e circundantes. Constitui, por isso, na cadeia de processos que definem a gestão do fogo, uma oportunidade para (re)construir as "paisagens do fogo" e assim contribuir para um território mais adaptado à severidade dos incêndios rurais em Portugal continental e, nessa medida, com condições mais favoráveis para o desenvolvimento das suas comunidades [ecossistema]. Com esta ficha pretende-se uma melhoria da articulação entre entidades envolvidas no combate e no pós-evento e maior foco no planeamento pós-evento, que permita uma intervenção nas áreas ardidas em colaboração, cuja realização de ações de recuperação e reordenamento do território possa apoiar as comunidades afetadas pelos incêndios e assegurar a reabilitação da economia e paisagem local. Os dois objetivos sub-regionais passam pela criação de uma equipa por NUT III, especializada e dedicada à recuperação do-pós evento, envolvendo o ICNF, os municípios, as OPF, entre outros e a criação de um programa de formação focado na recuperação de áreas ardidas.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Com estes objetivos pretende-se ir ao encontro da Diretiva Operacional para a Recuperação de Áreas Ardidas (DORAA), conforme contextualizado no Programa Nacional de Ação do PNGIFR.
Para definir o racional do número de hectares potenciais a terem ações de estabilização de emergência por ano para a Sub-Região de Leiria Centro, foi considerado 20% da média da área ardida registada nos últimos 10 anos (entre 2013 a 2022, valor de 1251 ha).

Como resultados principais assume-se:

- Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio;
- Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento.

Com esta ficha pretende-se uma melhoria da articulação entre entidades envolvidas no combate e no pós-evento e maior foco no planeamento pós-evento.
Relatórios de Estabilização de Emergência com prazo superior a 15 dias após a ocorrência do incêndio;
Existência de sistema de monitorização do desenvolvimento das fichas de emergência;
Em curso a criação de uma unidade especializada para coordenar, planear e operacionalizar resposta EMRR;

Situação de Referência:

Situação de Referência:

a) t0 elaboração de ficha de estabilização de emergência para todas as ocorrências com área ardida superior a 500ha;
b) Biénio 2022-2023 – 2 REE elaborados, abrangendo vários concelhos da Sub-Região Leiria.

Quadro 2.1 – Número de incêndios rurais por classe de área ardida e área ardida média por incêndio, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025

Ano	Incêndios rurais]0 - 1[ha (n.º)	Incêndios rurais [1 - 10[ha (n.º)	Incêndios rurais [10 - 20[ha (n.º)	Incêndios rurais [20 - 50[ha (n.º)	Incêndios rurais [50 - 100[ha (n.º)	Incêndios rurais [100 - 1000[ha (n.º)	Incêndios rurais [1000 - ...[ha (n.º)	Área ardida média por incêndio rural (ha)
2015	424	30	0	1	1	1	0	1.6
2016	299	19	0	0	0	3	0	3.5
2017	415	33	2	2	2	3	3	98.1
2018	220	10	0	0	0	0	0	0.2
2019	260	17	1	4	2	0	0	1.2
2020	216	6	0	1	0	1	1	7.3
2021	135	9	0	0	0	0	0	0.2
2022	216	15	2	5	0	1	2	43.2
2023	153	10	3	1	1	3	0	4.5
2024	117	9	1	3	2	0	0	1.7
2025	**149**	**10**	**0**	**1**	**0**	**2**	**0**	**3.8**
Média anual	**Incêndios rurais]0 - 1[ha (n.º)**	**Incêndios rurais [1 - 10[ha (n.º)**	**Incêndios rurais [10 - 20[ha (n.º)**	**Incêndios rurais [20 - 50[ha (n.º)**	**Incêndios rurais [50 - 100[ha (n.º)**	**Incêndios rurais [100 - 1000[ha (n.º)**	**Incêndios rurais [1000 - ...[ha (n.º)**	**Área ardida média por incêndio rural (ha)**
2015-2024	246	16	1	2	1	1	1	22.7

Indicador(es) de Referência:

a) Elaboração de ficha de estabilização de emergência em todos os incêndios superiores a 10 ha;
b) Média anual de 1251ha recuperados com Estabilização de Emergência.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Outros Indicadores de Execução: • Área a ser reconvertida através a reflorestação com espécies autóctones; • Área com gestão da regeneração natural de autóctones, intervencionada ao abrigo do mecanismo de compensação de rendimento; • Área abrangida por financiamento dos serviços dos ecossistemas (hectares, nº de benificiários, nº de projetos); • Elaboração de relatórios de estabilização de emergência; • Garantir a realização do Relatório de Estabilização de Emergência no prazo máximo de 15 dias após a ocorrência do incêndio; • Criação de brigadas para intervenção imediata pós-incêndio para reparação pós-supressão e estabilização de emergência; • Incorporação na DON de equipas afetas à intervenção pós-incêndio para reparação pós supressão e estabilização de emergência.
Valores de Referência: Para definir o racional do número de hectares potenciais a terem ações de estabilização de emergência por ano para a Região de Leiria, foi considerado 20% da média da área ardida registada nos últimos 10 anos (entre 2013 a 2022). O valor de referência estabilização de emergência – 1000€/ha
Metas: • Elaboração de ficha de estabilização de emergência em todos os incêndios superiores a 500 ha; • Elaboração de ficha de estabilização de emergência em todos os incêndios >10ha e < 499 ha; Hectares recuperados com Estabilização de Emergência.
Fontes de informação: ICNF, 2023; Decreto-Lei nº82/2021, de 13 de outubro.
Outros projetos correlacionados a nível regional: 1.2.1.2. Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP); 2.1.1.1. Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP); 2.1.1.4. Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM).
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: A CIM-RL apresentou uma proposta para nova ficha de projeto para áreas inferiores a 500ha. Após sugestão do ICNF e concordância da maioria das CIM, CCDR e AGIF em reunião de 29abr2024, foi decidido incorporar esta necessidade identificada na presente ficha de projeto. Os trabalhos foram articulados entre a ANMP e o ICNF. A Ficha do PRA foi revista e apresentada na CSRGIFR de dia 16mai24 sem que nenhum dos comissários presentes tivesse manifestado objeção, pelo que a metodologia e pressupostos utilizados na sua conceção, foram adaptados na elaboração da presente ficha do PSA da Sub-Região de Leiria.

2.1.1.4 TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Adaptar as disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais.

Dada a data de elaboração do PSA caso a data limite de 31 de dezembro de 2022, (Decreto-Lei n.º 25/2021, de 19 de março, o prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT) seja prorrogada, as metas para a transposição deverão ser ajustadas em função das novas datas.

A elaboração do guia orientador para a transposição dos planos é essencial para garantir a uniformidade de critérios na transposição e cumprimentos dos prazos apresentados.

Situação de Referência:

Nada a referir.

Indicador(es) de Referência:

a) % da área de abrangência dos PROF transpostos para os PDM;
b) Número de PDM com PROF transpostos;
c) Número de normas transpostas.

Outros Indicadores de Execução:

Não aplicável.

Valores de Referência:

-

Metas:

Metas regionais:

• Documento "Guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM" – 2022
• Número de PDM com PROF transpostos – 100% 2023

PT16 Centro

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Documento "Guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM"	1	2022	
Número de PDM com PROF transpostos	100%	2023	100%

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Documento "Guia Orientador para a transposição dos PROF para os PDM"			1									1		
Número de PDM com PROF transpostos				100%								100%		

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Fontes de informação: ICNF, I. P.
Outros projetos correlacionados a nível regional: • 4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução • 4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais • 4.1.3.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: Não aplicável

2.2.1.1 ESTABELECER E OPERACIONALIZAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível, assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR.
Situação de Referência: a) a situação de referência t0 para o projeto: sistema de informação não implementado. b) a execução do biénio 2024-2025 para o projeto: sistema de informação não implementado.
Indicador(es) de Referência: a) Implementação do sistema de informação; b) % de municípios com reporte de dados da gestão de combustíveis através do sistema de informação..
Outros Indicadores de Execução: Não identificados
Valores de Referência: Não identificados
Metas: • 2026: 100% do território coberto com sistemas de identificação e reporte.
Fontes de informação: ICNF, Comunidades Intermunicipais, Municípios.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Outros projetos correlacionados a nível regional: • 4.1.2.1 Constituição e funcionamento das Comissões de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: Sem informações adicionais de relevância.

2.2.1.2 GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Racional de enquadramento: Com esta ficha pretende-se assegurar a gestão efetiva da rede primária e a uniformidade e coerência do traçado a nível regional. A Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC) funciona como um elemento estruturante da paisagem rural, planeado e desenhado a uma escala regional, a fim de desempenhar um conjunto de funções assentes na defesa de pessoas e bens e do espaço Florestal: • Função de diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo; • Função de redução dos efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infra -estruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial; • Função de isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios. O planeamento, instalação e manutenção da Rede Primária deverá ter em consideração alguns aspetos, nomeadamente: • A sua eficiência no combate a incêndios de grande dimensão; • A segurança das forças responsáveis pelo combate; • O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos espaços rurais; • As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local; • O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de elevado risco meteorológico; • Incorporação de informação de simulações de comportamento do fogo; • As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira. • RVF associada

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

A definição da RPFGC também teve em conta o estudo elaborado pelo ICNF/ISA e a Rede Primária proveniente dos Planos Distritais de Defesa da Floresta.

Situação de Referência:

A situação de referência t0 para o projeto respeita a maio 2024, caracterizando-se por:

a) CP/09/2019/ICNF/SEDE Execução de serviços de instalação e beneficiação no valor de 298,404,00€

b) Execução 2019-2025 – 837,44 (CP09 e CP10)

Indicador(es) de Referência:

- Elaborar a Carta Anual de troços prioritários da rede primária
- Área da rede primária com gestão efetiva
- N.º de proprietários, beneficiários de mecanismo de compensação (servidão administrativa)
- Área abrangida pelo mecanismo compensatório

Outros Indicadores de Execução:

Não aplicável.

Valores de Referência:

5 399 928 € (valores meramente indicativos sujeitos a confirmação e atualização).

Metas:

- 2025: 552ha/ano com gestão efetiva da rede;
- 2030: 2597ha/ano com gestão efetiva da rede;
- 2025: 0ha com servidão constituída e paga;
- 2030: 2597ha com servidão constituída e paga;
- 2030: 855ha Manutenção efetiva de rede
- 2025: Taxa anual de cumprimento superior a 85%

  2030: Taxa anual de cumprimento superior a 95%

Fontes de informação:

ICNF

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária

2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor

2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas

2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos

2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas com mais de 500 hectares em articulação com as entidades locais

2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

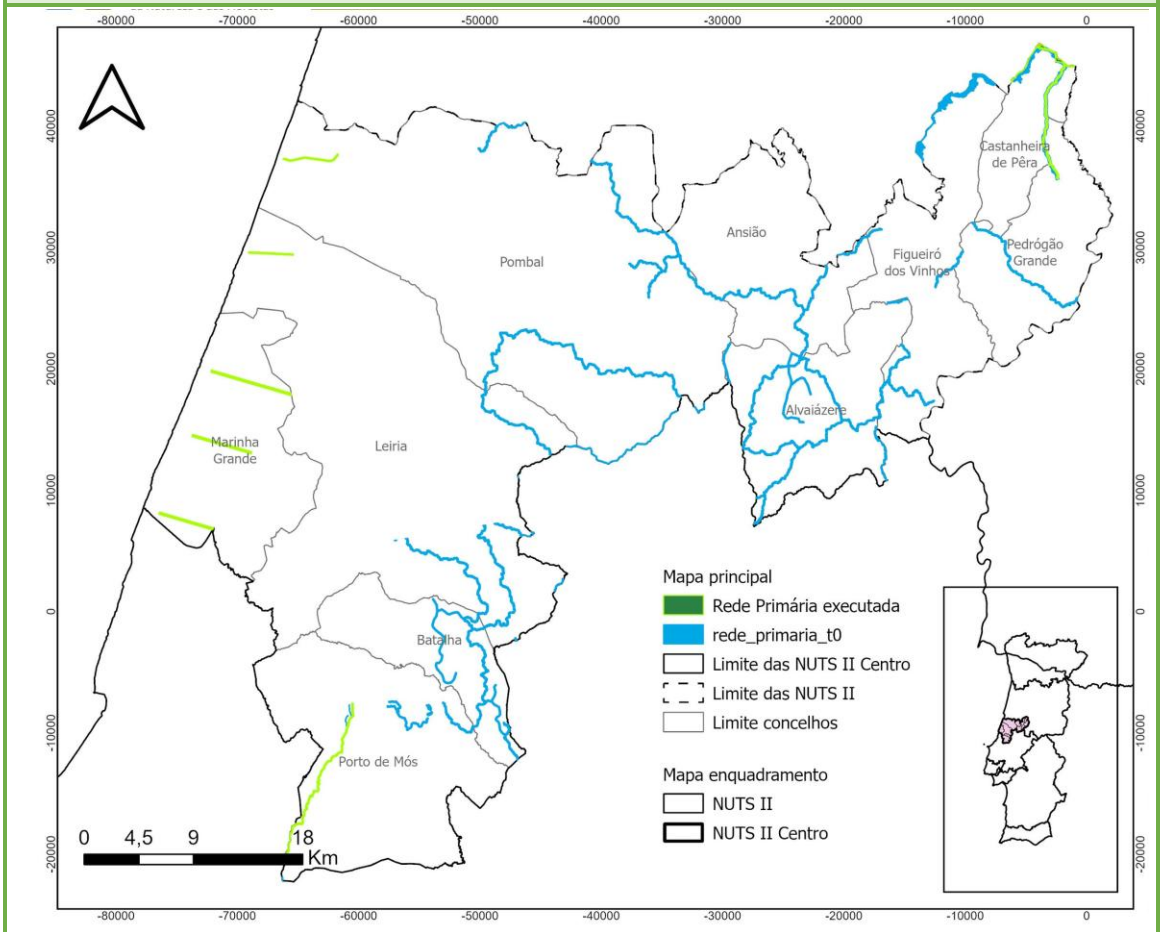
2.2.1.9 Uso de fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural

2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: X

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS



Observações:

Foi considerado o valo de 1200€/ha para instalação e 900€/ha para manutenção. Teve-se em consideração para a compensação indemnizatória da servidão administrativa um valor de 1156€/ha.

2.2.1.3 GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A Gestão da Rede Secundária visa:

- Reduzir a perigosidade dos IR criando áreas de descontinuidade horizontal e vertical de combustível, cumprindo a função de isolamento de potenciais focos de incêndio e minimizar o efeito da sua passagem junto das infraestruturas, redes, vias de comunicação e equipamentos;
- Permitir estabelecer a continuidade da RS em áreas de contiguidade entre concelhos;
- Monitorizar o nível de execução da RS pelas entidades com responsabilidade na sua execução.

Foram compilados os dados enviados por todas as entidades responsáveis pela gestão de combustível, de acordo com o n.º 1, do artigo 49.º do DL 82/2021, de 13 de outubro, para o período 2020-2030 ao nível Sub-Regional.

Situação de Referência:

c) Como situações de referência t0 para o projeto foram consideradas as áreas com gestão de combustível efetiva e áreas de gestão de combustível acumulada na rede secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis (RSFGC) executadas e planeadas pelas entidades responsáveis:
   a. Área de Gestão de Combustíveis Efetiva corresponde à área afeta à RSFGC, sob a responsabilidade de cada entidade nos termos do n.º 1, do artigo 49º do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro;
   b. Área de Gestão de Combustíveis Acumulada corresponde ao somatório das áreas intervencionadas ciclicamente, por cada entidade com as responsabilidades definidas nos termos do n.º 1, do artigo 49º do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro;

d) Para esta ficha de projeto foram usados os valores da área com gestão acumulada e os valores €/ha dados pelas Entidades, para cálculo da estimativa de orçamento.

e) c) As FGC apresentadas pelos Municípios Pombal e Porto de Mós são as que constam nos PMDFCI, ao abrigo do artigo 79º, do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual;

d) Há FGC apresentadas pelos Municípios que se encontram sem planeamento.

e) Às Entidades responsáveis/proprietários privados com responsabilidades de execução das FGC, e que a informação se encontre em falta neste PSA, aplica-se o disposto no DL n.º 82/2021 de 13 de outubro na sua redação atual;

f) A Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível na Rede Secundária, será revista por todas as Entidades até à primeira revisão do PSA, e conforme o disposto do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro, na sua redação atual;

Indicador(es) de Referência:

a) Prioridades de intervenção (Plano de Execução Anual);
b) Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária de faixas;
c) Taxa de execução nas áreas prioritárias.

Outros Indicadores de Execução:

Taxa de execução do projeto inscrito em PME;

Valores de Referência:

15.973.845,73€ (valor de referência do PNA + valores apresentados pelos gestores de infraestruturas)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Valores de referência por ano e custo por hectare.

N.º de anos do plano (2026 - 2030)	5	anos
Área de Gestão de Combustível Acumulada (2020-2030)	14 796,9	ha
Área média anual de Gestão de Combustível (2020-2030)	2 959,38	

(Ctrl)

QUADRO GERAL

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-2030 (ha)	Média anual	Custo (€/ha	Custo total (€)
FGC - Rede Rodoviária (alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º)															
Infraestruturas de Portugal, SA							103,84	240,28	103,81	240,30	103,81	792,04	158,41	600,00	475 221,96
BRISAL							73,19	73,19	40,35			186,73	37,35	905,90	169 158,71
ASCENDI, SA							0,00	33,53	0,00	33,53	0,00	67,06	13,41	905,90	60 748,30
BRISA							97,98	97,98	75,09			271,04	54,21	905,90	245 530,61
Auto Estradas do Atlântico							38,34	38,34	38,34	0,00	0,00	115,02	23,00	1 000,00	115 020,00
Município de Alvaiázere							0,00	121,00	0,00	121,00	0,00	242,00	48,40	750,00	181 500,00
Município de Ansião							95,10	95,07	70,43	95,10	110,57	466,27	93,25	1 094,00	510 099,38
Município de Batalha *							25,53	57,80	32,62	25,53	57,80	199,28	39,86	1 250,00	249 100,00
Município de Castanheira de Pera *							75,96	143,41	86,94	143,41	75,97	525,69	105,14	1 100,00	578 259,00
Município de Figueiró dos Vinhos *							147,29	157,29	137,29	147,29	157,29	746,45	149,29	1 800,00	1 343 610,00
Município de Leiria							291,00	245,00	342,00	291,00	245,00	1 414,00	282,80	1 220,00	1 725 080,00
Município da Marinha Grande *							101,00	101,00	101,00	101,00	101,00	505,00	101,00	1 000,00	505 000,00
Município de Pedrógão Grande *							92,49	118,96	83,23	0,00	92,49	387,17	77,43	1 700,00	658 189,00
Município de Pombal *							181,10	199,50	151,80	181,10	199,50	913,00	182,60	600,00	547 800,00
Município de Porto de Mós *							75,00	192,00	179,00	70,00	198,00	714,00	142,80	1 570,00	1 120 980,00
FGC - Rede Ferróviária (alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º)															
Infraestruturas de Portugal, SA							14,44	71,18	15,31	15,31	70,30	186,55	37,31	4 000,00	746 185,70
FGC - Rede Elétrica, gás e produtos petrolíferos (alínea b) do n.º 1 do artigo 49.º)															
REN - Rede Elétrica Nacional, SA (transporte de eletricidade)							352,85	457,44	205,93	352,85	457,44	1 826,51	365,30	1 000,00	1 826 510,00
REN Gasodutos, S.A.							91,66	28,44	91,66	28,44	91,66	331,86	66,37	500,00	165 930,00
E-Redes *							919,15	1 027,20	1 093,70	919,15	1 027,20	4 986,40	997,28	1 000,00	4 986 400,00
FGC - Instalações Produção / Armanezamento de energia elétrica/gás (alínea e) do n.º 1 do artigo 49.º) *															
REN Armazenagem, SA							41,85	41,85	41,85	41,85	41,85	209,25	41,85	500,00	104 625,00
Parques Fotovoltaicos													0,00		
Parques Eólicos (EDP Renováveis),													0,00		
FGC - Infraestruturas de suporte ao SIRESP (alínea f) do n.º 1 do artigo 49.º)															
SIRESP, S.A.							0,24	0,24	0,24	0,24	0,24	1,20	0,24	905,90	1 087,08
Total													2 959,38	14 796,89	15 973 845,73

* valores atualizados

*** Instalações de produção de energia elétrica de origem fóssil, hídrica, eólica, bioenergia e solar**

Valor ref.ª PNA

Metas:

2020-2030:

- 2 959,38ha/média ano área total acumulada (Valores referenciados pelas entidades);
- 14 796,89ha área total acumulada (valores referenciados pelas entidades)
- 70% de execução/manutenção do total previsto no plano de execução anual;
- 95% de taxa de execução nas áreas prioritárias.

Metas 2026 -2030

PT16 F Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta (ha)	Custo (€/ha)	Valores de referencia (€)
FGC - Rede Rodoviária (alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º)			
Infraestruturas de Portugal, SA	792,04	600,00	475 221,96
BRISAL	186,73	905,90	169 158,71
ASCENDI, SA	67,06	905,90	60 748,30
BRISA	271,04	905,90	245 530,61
Auto Estradas do Atlântico	115,02	1 000,00	115 020,00
Município de Alvaiázere	242,00	750,00	181 500,00
Município de Ansião	466,27	1 094,00	510 099,38
Município de Batalha *	199,28	1 250,00	249 100,00
Município de Castanheira de Pera *	525,69	1 100,00	578 259,00
Município de Figueiró dos Vinhos *	746,45	1 800,00	1 343 610,00
Município de Leiria	1 414,00	1 220,00	1 725 080,00
Município da Marinha Grande *	505,00	1 000,00	505 000,00
Município de Pedrógão Grande *	387,17	1 700,00	658 189,00
Município de Pombal *	913,00	600,00	547 800,00
Município de Porto de Mós *	714,00	1 570,00	1 120 980,00
FGC - Rede Ferróviária (alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º)			
Infraestruturas de Portugal, SA	186,55	4 000,00	746 185,70
FGC - Rede Elétrica, gás e produtos petrolíferos (alínea b) do n.º 1, do artigo 49.º)			
REN - Rede Elétrica Nacional, SA (transporte de eletricidade)	1 826,51	1 000,00	1 826 510,00
REN Gasodutos, S.A.	331,86	500,00	165 930,00
E-Redes *	4 986,40	1 000,00	4 986 400,00
FGC - Instalações Produção / Armanezamento de energia elétrica/gás (alínea e) do n.º 1 do artigo 49.º)			
REN Armazenagem, SA	209,25	500,00	104 625,00
FGC - Infraestruturas de suporte ao SIRESP (alínea f) do n.º 1 do artigo 49.º)			
SIRESP, S.A.	1,20	905,90	1 087,08
	14 796,89		15 973 845,73

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Fontes de informação:

ICNF, Municípios. Entidades gestoras das infraestruturas

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.2.1.4 – Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

2.2.1.5 – Proteção de áreas de elevado valor

2.2.1.6 – Gestão de galerias ribeirinhas

2.2.1.7 – Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos

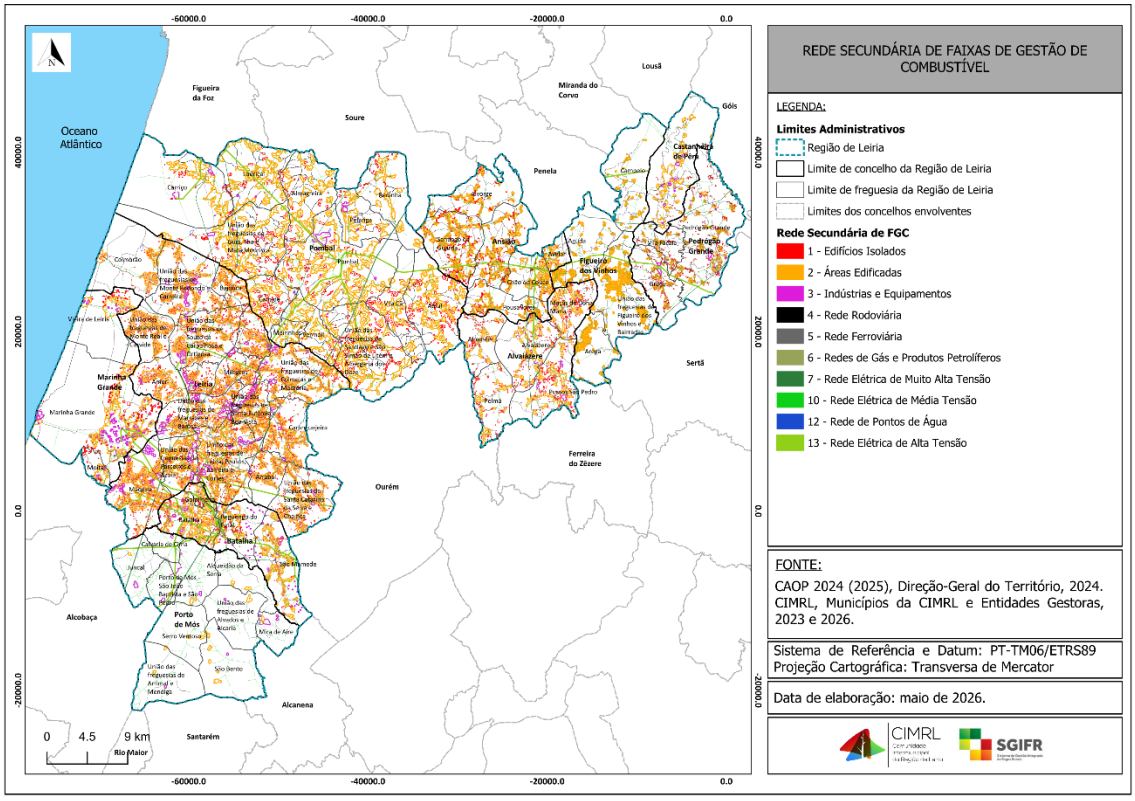
2.1.1.3 - Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas com mais de 500 hectares em articulação com as entidades locais

2.3.1.2 - Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

2.1.1.1 - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: X



Fonte: Dados recebidos dos GTF da sub-região de Leiria e da CIMRL.

Observações:

Não aplicável

2.2.1.4 ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

As Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão de Combustível (AEMGC) são compostas por um conjunto de parcelas de diferentes dimensões, cuja implementação é realizada em locais estratégicos, onde através de variados tipos de usos/ocupações e ações, se promove a gestão dos diferentes estratos de vegetação e a diversificação da sua estrutura e composição.

A principal função das AEMGC, consiste em criar heterogeneidade na paisagem, permitindo assim deste modo a adoção em locais específicos, de um variado conjunto de táticas e técnicas de supressão, com o objetivo de minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, limitando ou condicionando a sua propagação e consequentemente, minimizando os seus impactos.

Pretende-se com a implementação das AEMGC, a compartimentação do território, assegurando uma composição vegetal que constituam leitos de combustível com menor combustibilidade e otimize os seus benefícios face às diferentes condicionantes presentes, permitindo:

- Contenção dos incêndios;
- Trabalhar pontos de abertura, minimizando a multiplicação de frentes de incêndio;
- Evitar fogos de copas em povoamentos florestais adultos;
- Diminuir a possibilidade de propagação por projeções;
- Reduzir a continuidade da vegetação para diminuir o comprimento da chama;
- Favorecer a ancoragem das diferentes partes do incêndio com recurso a várias táticas de combate, incluindo a utilização de fogo técnico;
- Garantir a existência de zonas mais seguras para os meios de supressão.

As AEMGC poderão ser compostas por parcelas de variadas dimensões, devendo na sua implantação, explorar as singularidades dos grandes e mais frequentes incêndios, a orografia e as caraterísticas da ocupação do solo, assim como garantir descontinuidades de combustível quer seja através de parcelas de fogo controlado, da regularidade dos planos de corte, da frequente redução da camada arbustiva, da manutenção do desrame ou poda dos povoamentos florestais e da existência de plantações de elevada densidade, preferencialmente compostos por espécies baixa inflamabilidade e combustibilidade.

Os Mosaicos deverão ser ainda uma ferramenta que promova a alteração dos usos do território ao nível da paisagem, de modo a favorecer a diminuição da intensidade dos incêndios, através da implementação de diferentes atividades, tais como projetos agrícolas e outros, que favoreçam a sua valorização.

Neste sentido para o planeamento das AEMGC para a Região de Leiria, realizou-se uma análise do território, num quadro de gestão multifuncional tendo em consideração os seguintes parâmetros:

- Histórico de Incêndios – Áreas Ardidas;
- Histórico de Incêndios – Eixos de propagação/caminhos preferenciais;
- Histórico de Incêndios – Recorrência;
- Carta de Perigosidade (Classes Alta e Muito Alta);

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

- Manchas críticas com potencial para desenvolvimento grandes incêndios;
- Rede Primária proposta em sede de PSA;
- Mosaicos propostos nas OIGP pelas EG das AIGP;
- Mosaicos Gestão combustíveis do PMDFCI;
- Ocupação do solo – COS2018.

Com a análise dos primeiros 8 pontos indicados anteriormente, foram definidas AEMGC as quais foram utilizadas como máscara para recortar a COS2018, de modo a se poder identificar as áreas alvo para enquadramento nas metas das fichas de projeto.

Deste recorte foram excluídos os territórios artificializados, os planos de água, as infraestruturas de produção de energia e tratamento de água residuais, a rede rodoviária, pedreiras, aterros e saibreiras, as instalações desportivas, parques de campismo, instalações de laser, cemitérios, parques e jardins, praias, dunas, áreas costeiras e zonas rochosas.

Deste modo para quantificação e orçamentação das ações, foram consideradas as áreas de matos identificadas na COS2018 para quantificação da Meta 1 - matos com gestão de combustível; Meta 2 - Gestão de densidades: áreas de pinheiro-bravo e outras resinosas ardidas entre 2010-2017; Meta 3 – Reconversão da ocupação: áreas ocupadas com invasoras lenhosas e 25% da área de eucaliptos; Meta 4 - ações de redução da biomassa: áreas de povoamentos adultos, incluindo 75% das áreas de eucalipto. Foi ainda considerada a manutenção das áreas considerada em cada uma das metas.

Situação de Referência:

a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro 2023: 7.578 ha de área de mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis em PMDFCI;
b) a execução do biénio 2022-2023 para o projeto: Uma vez que até essa data o ICNF não era a entidade responsável pela execução dos MPGC, limitando-se a emitir pareceres acerca do enquadramento da candidatura de acordo com os PMDFCI, é muito difícil indicar a área executada ou a taxa de execução dos MPGC, pela falta de informação da aprovação e consequente execução das candidaturas analisadas.

Indicador(es) de Referência:

a) Área intervencionada com ocupação arbustiva;
b) Área florestal com ações de reconversão (eucalipto, pinheiro-bravo e invasoras lenhosas);
c) Área florestal com modificação da estrutura dos povoamentos e redução de biomassa (eucalipto, pinheiro-bravo e folhosas autóctones);
d) Área florestal convertida por espécie;
e) Área florestal com gestão de densidades e redução de biomassa por espécie.

Outros Indicadores de Execução:

Não identificados.

Valores de Referência:

Para orçamentação das operações associadas a cada uma das metas, foram considerados os seguintes valores:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Meta 1 - Matos com gestão de combustível: 900Euros/ha;
Meta 2 - Gestão de densidades: 1000Euros/ha;
Meta 3 – Reconversão da ocupação: 2200Euros/ha;
Meta 4 - Ações de redução da biomassa: 1000Euros/ha;
Área em manutenção: 900Euros/ha.

Metas:

2020-2030: Área gerida com projetos de mosaicos de gestão estratégica de combustível tendo como referência um valor médio anual de 1967,48 hectares, com partição indicativa:

- 688,25 ha de matos com gestão de combustível;
- 442,80 ha com gestão de densidades;
- 69,48 ha com ações de reconversão da ocupação;
- 766,96 ha com ações de redução da biomassa;
- 1435,13 ha em manutenção.

Fontes de informação:

Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro
Despacho n.º 11374/2021 de 18 de novembro de 2021
Tabelas CAOF 2022
Carta de Ocupação do Solo 2018: https://www.dgterritorio.gov.pt/Carta-de-Uso-e-Ocupacao-do-Solo-para-2018
Cartografia Perigosidade Estrutural – ICNF:
https://geocatalogo.icnf.pt/geovisualizador/perigosidade_estrutural_2020_2030.html
Cartografia Áreas Ardidas ICNF:
https://www.icnf.pt/florestas/gfr/gfrgestaoinformacao/grfrelatorios/areasardidaseocorrencias
Rede Primária: Proposta Programa Sub-regional de Ação Região de Leiria;
Área de Mosaicos: PMDFCI Região de Leiria, Proposta Programa Sub-regional de Ação Região de Leiria e OIGP propostas pelas EG das OIGP.

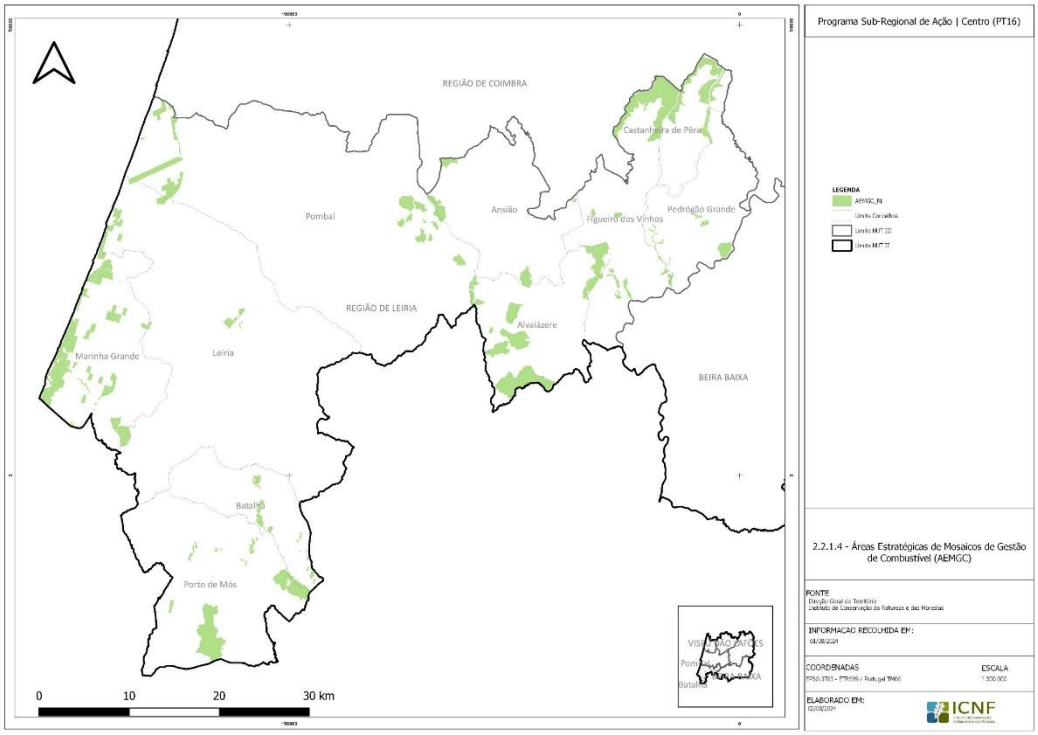
Outros projetos correlacionados a nível regional:

- 2.1.1.1. Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);
- 2.1.1.3. Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas com mais de 500 hectares em articulação com as entidades locais;
- 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária;
- 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível;
- 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor;
- 2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas;
- 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos;
- 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas.

Cartografia correlata:

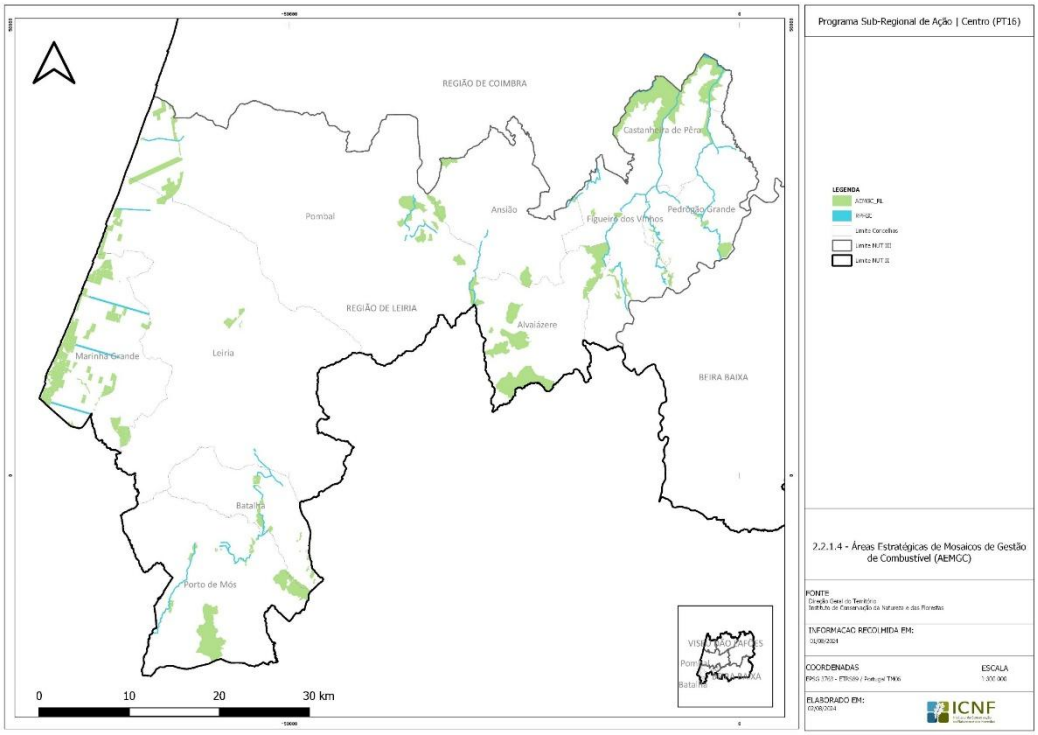
Áreas Estratégicas de Mosaicos de Gestão

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS



Áreas Estratégicas Mosaicos Gestão de Combustível
Rede Primária

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS



Observações:

A atualização das AEMGC a considerar nesta ficha de projeto deverá ser feita sempre que se proceda à revisão do PSA, principalmente no que diz respeito às AEMGC propostas pelas EG nas OIGP, dando seguimento à Orientação 3/2023 da CNGIFR, onde relativamente à articulação entre as OIG e os Programas de Ação do SGIFR, é indicado que deverão ser consideradas e incluídas as áreas identificadas nestas operações na ficha de projeto de acordo com as metas definidas.

Relativamente à necessidade de manutenção, apesar de ter sido considerado um intervalo médio de 3 anos, no caso da Meta 3 e Meta 4, esse período poderá ser alterado para 2 e 4/5 anos, devendo haver uma monitorização das áreas para ser possível aferir o modelo de manutenção com maior precisão/eficiência.

2.2.1.5 PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Uma área de Elevado Valor, pode ser considerada atendendo o seu valor biológico, ecológico, social ou cultural de importância excecional ou crítica. Quando estes valores e condições são identificados devem ser considerados de forma a manter as suas funções, nos ambientes considerados anteriormente. Esta ficha, tem como objetivo a proteção de áreas de elevado valor, sendo que para a constituição da mesma como ponto de partida foram selecionadas como áreas de elevado valor as seguintes áreas: • Perímetros florestais e Matas Nacionais; • Áreas Protegidas; • Sítios de Importância Comunitária; • Zonas Especiais de Conservação; • Zonas de Proteção Especial; • Áreas do Regime Florestal; • Sítios RAMSAR; • Geosítios; • Geoparques; • Árvores de interesse público; • Corredores ecológicos. Nas áreas mapeadas e após cruzamento da informação de base, as zonas prioritárias de com potencial de certificação no curto médio prazo, foi diagnosticada a situação atual relativamente à ocupação do solo (de acordo com a COS 2018) e quantificadas as áreas de intervenção por tipologia: • ha de matos com gestão de combustível; • ha com gestão de densidades; • ha com ações de reconversão da ocupação • ha com ações de redução da biomassa em povoamentos florestais; Com base neste diagnóstico considerou-se uma meta de intervenção em 10% do território identificado com ocupação de matos ou floresta e que se traduz da área total 9108.62 ha com potencial de proteção e gestão florestal.
Situação de Referência: a) a situação de referência t0 para o projeto consideramos dezembro de 2023 b) a execução do biénio 2022-2023 para o projeto consideramos as áreas intervencionadas em serviço público pelo programa de sapadores florestais
Indicador(es) de Referência: • Cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental • % de áreas com valor com Planos de Gestão de Combustíveis (PGC) • % de execução dos PGC das áreas com valor • Área tratada com fogo controlado, meios mecânicos e motomanuais e pastoreio dirigido • Área com gestão de densidades por espécie • Área com ações de reconversão de ocupação por espécie • Área com ações de redução da carga de combustível por espécie

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Outros Indicadores de Execução: Não identificados
Valores de Referência: Meta 1 - Matos com gestão de combustível: 900Euros/ha; Meta 2 - Gestão de densidades: 1000Euros/ha; Meta 3 – Reconversão da ocupação: 2200Euros/ha; Meta 4 - Ações de redução da carga de combustível: 1000Euros/ha; Área em manutenção: 900Euros/ha
Metas: • 2030 - ha de área gerida através de programas de gestão estratégica de combustíveis • 2363 ha de matos com gestão de combustível; • 2256 ha com gestão de densidades; • 1935 ha com reconversão de ocupação; • 2554 ha com ações de redução da carga de combustível. 2030: 7612 ha Manutenção de área intervencionadas Metas 1,2,3 e 4
Fontes de informação: ICNF
Outros projetos correlacionados a nível regional: 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível 2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos 2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas com mais de 500 hectares em articulação com as entidades locais 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: Nada de relevante a indicar.

2.2.1.6 GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Galerias ripícolas são formações de espécies vegetais autóctones nas zonas de transição entre ecossistemas aquáticos e terrestres. Além de funções importantes para a manutenção do bom estado das massas de água em que se inserem, as galerias ripícolas podem ter outras funções, como a de diminuição do risco e a proteção contra incêndios florestais.

A promoção e gestão das galerias ribeirinhas tem neste contexto uma importância relevante para a criação de zonas "tampão" aos fogos e proteção do espaço florestal confinante com valor económico e/ou ambiental.

O estado das galerias ripícolas depende muito das intervenções humanas diretas ou indiretas que possam existir. É o caso por exemplo da introdução de espécies exóticas, que tende a limitar e/ou extinguir a existência de outras espécies vegetais.

Tendo em consideração os objetivos de proteção e valorização de áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental, as galerias prioritárias foram definidas, à partida, com base nos seguintes elementos:

a) Rede hidrográfica de referência do Sistema Nacional de Informação de Ambiente - SNIAMB (https://sniamb.apambiente.pt/content/geo-visualizador?language=pt-pt);

b) Cartografia dos territórios vulneráveis (Portaria nº 301/2020, de 24 de dezembro)

c) Classe de Ocupação do Solo para 2018 (COS 2018);

d) Histórico das áreas ardidas com mais de 500 ha.

Metodologia:

A metodologia utilizada para a definir as prioridades de intervenção nas linhas de água, consistiu na definição de um conjunto de níveis de filtros, com a AGIF e com o ICNF, de modo a ficar homogéneo a nível nacional.

Os níveis de filtros definidos são os constantes na seguinte tabela:

Nível Filtro de Informação	Descrição	Informação Geográfica
NFI1	Territórios Potenciais de Grandes Incêndios	TGPI_2023
NFI2	Pontos de Abertura + Caminhos Preferenciais do Fogo + locais frequentes de extinção ou de propagação + Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível	EixosPropagação + LocaisParagem +2214_AEMGC_Regiao_Centro

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

NFI3	Áreas de Gestão Agregada (AIGP/OIGP + ZIF + Agrupamentos de Baldios)	AIGP + ZIF + Baldios
NFI4	Zonas de Elevado Valor	GEOPARQUES + RAMSAR + RENAP + SIC + ZPE + REFLOA
NFI5	Declives Inferiores a 35%	Declive_menor35
NFI6	Continuidade de intervenção	-
NFI7	Territórios Vulneráveis + Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança	FV_SNIT + APPS

As prioridades de intervenção resultam das interseções dos diferentes níveis de informação, classificadas da seguinte forma:

- P1 – Prioridade 1:
  Resulta da interseção da totalidade dos filtros 1 a 7 e da interseção dos filtros 1 a 4;
- P2 – Prioridade 2:
  Resulta da interseção dos filtros de 1 a 3;
- P3 – Prioridade 3:
  Filtros base PNA (1), áreas correspondentes ao nível de informação NFI1.

Com a priorização das intervenções definidas na rede hidrográfica e no sentido de evitar uma segmentação e intermitência excessiva nas áreas de intervenção, definiu-se que às áreas resultantes das interseções indicadas seriam majoradas com um buffer de 300m.

O nível de informação NFI6 foi o ultimo a ser observado, uma vez que não implicava a utilização de informação geográfica mas a concretização das áreas de interseção em áreas de intervenção coerentes, contínuas e com capacidade de dar resposta ao desafio proposto.
Às áreas resultantes da interseção foram adicionados segmentos da rede hidrográfica por forma a dar continuidade na execução da intervenção das linhas de água.
Os segmentos adicionados assumiram o nível de prioridade do segmento vizinho com maior nível de prioridade.

Em termos de resultados globais os valores encontrados por nível de prioridade são os seguintes:

Prioridades	Área Total (ha)
P1	815,52
P2	529,26
P3	9.889,73
Total	11.229,51

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Tendo por base a noção de margem de cursos de água não navegáveis, nem flutuáveis, o conceito de galeria ribeirinha gerida foi definido como faixa marginal com um máximo de 12.5 metros de largura para cada lado do limite do leito de um curso de água (2.5 metros de largura média dos taludes + 10 metros de margem).

Está estabelecido no PNA que o projeto irá desenvolver a nível nacional dois entregáveis prévios à sua implementação:

- Mapa das galerias ribeirinhas prioritárias
- Norma Técnica de Gestão de Galerias Ribeirinhas Prioritárias para a redução do perigo de incêndio.

Situação de Referência:

a) A situação de referência t0 para o projeto não quantificável na medida em que a APA não dispõe de valores de referência das intervenções realizadas por outras entidades, embora emita parecer sobre as mesmas, razão pela qual não é possível apurar quantos km em média anual de galeria ribeirinha são intervencionados. Estes valores devem ser obtidos junto das entidades que financiam este tipo de intervenções;

b) Execução do biénio 2020-2021 para o projeto não é quantificável pelas mesmas razões.

Indicador(es) de Referência:

a) Km de galeria ribeirinha gerida;

b) Área de galeria ribeirinha gerida;

Outros Indicadores de Execução:

Não aplicável

Valores de Referência:

1.500€ por hectare de galeria ribeirinha intervencionada;

1.050€ por hectare de galeria ribeirinha com gestão ativa;

3.750€ por km de galeria ribeirinha intervencionada;

2.625€ por km de galeria ribeirinha com gestão ativa.

Metas:

- 2022 - Norma Técnica de Gestão de Galerias Ribeirinhas Prioritárias para redução do perigo de incêndio;
- 1º Semestre de 2023 - Produção do Mapa das Galerias Ribeirinhas Prioritárias
- 2022 -2030 – 3 743 hectares/ano de galeria ribeirinha prioritária intervencionada, num total de 11 229* hectares equivalente a um total de 4 492 km intervencionados.

*área total de galerias ribeirinhas com intervenção e gestão ativa em ciclos de 5 anos

Fontes de informação:

APA, I.P.; ICNF, I.P.; Municípios - PDM (REN, EEM)

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.2.1.3 a 2.2.1.7 Cluster 4 Gestão de Combustível;

2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo > 500 ha;

2.3.1.2 Gestão de Combustível dos Aglomerados Rurais;

2.1.1.1 AIGP.

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: A identificada na tabela.

Cartografia de resultado: Informação geográfica por prioridade e por Município.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Está prevista a produção de informação geográfica a nível do PNA: Mapa das galerias ribeirinhas prioritárias que será a cartografia base de apoio à decisão e implementação das ações previstas neste projeto.
Observações: Ao nível do PSA devem ser identificadas as áreas de intervenção potencial com base nos mesmos pressupostos cartográficos do PRA: as áreas prioritárias de galerias ribeirinhas e as áreas estratégicas, sem prejuízo da possibilidade de identificação de outras áreas tidas por críticas na gestão das matas ribeirinhas.

2.2.1.7 PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: O sucesso do projeto está condicionado ao forte apoio das entidades/atores chave locais, assim como de uma necessidade emergente de adaptação das disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais, de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais. Foi feita uma análise do efetivo existente na Região de Leiria, assim como dos locais onde a sua densidade é maior de modo a perceber quais as regiões que tradicionalmente tem maior aptidão para o pastoreio. Foram ainda identificados um conjunto de territórios, que pela sua aptidão natural ou artificial, são de considerar como áreas potenciais para acolherem novos projetos, principalmente porque se enquadram nos territórios definidos nas metas deste projeto, como alvo para a gestão de combustíveis com recurso ao pastoreio extensivo, nomeadamente faixas da rede primária, rede secundárias e áreas estratégicas de mosaicos de combustíveis, entre outros. O pastoreio extensivo, é aquele que é feito em áreas de vegetação espontânea, assim como povoamentos de folhosas com reduzida densidade (FAO). Para o dimensionamento do projeto foram considerados os valores de encabeçamento de referência da DRAP para o pastoreio extensivo, considerando o pastoreio extensivo aquele que no seu processo produtivo o encabeçamento não ultrapassa 1,4 CN/ha, podendo este valor ser estendido até 2,8 CN/ha, desde que sejam assegurados 2/3 das necessidades alimentares do efetivo em pastoreio. Neste caso em concreto, foi considerado um encabeçamento de 8 animais/ha, o que corresponde a 1,2 CN/ha. Foi feita uma inventariação do efetivo nos municípios onde tradicionalmente o pastoreio extensivo tem representatividade, nomeadamente em Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Ansião, Alvaiázere, Pombal, Batalha e Porto de Mós, assim como dos locais potenciais para a instalação de novos projetos, ou então do reforço do potencial produtivo dos que já existiam, tendo sido considerada nestes últimos, a possibilidade de utilizar o efetivo animal já existente, assim como aumentar o efetivo nas áreas onde fosse necessário.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Na estimativa orçamental, considerou-se um custo de instalação para projetos de raiz, orçamentando-se entre outros a aquisição de animais [200 animais (ovinos ou caprinos)], a construção de instalações para abrigo dos animais, a construção de vedações entre outros, assim como um subsídio anual por cabeça de gado, bem como os custos associados à preparação da área de instalação, nomeadamente:

- Custo de instalação: 100.000Euros/200 animais (Ovinos/Caprinos);
- Subsídio Anual/Cabeça: 35 Euros;
- Custos Preparação da Área de Instalação: 800Euros/ha.

Situação de Referência:

a) a situação de referência t0 para o projeto é até dezembro de 2023: O efetivo animal na Região de Leiria considerando os animais de raça bovina, caprina e ovina, era de 35 845 animais. Destes, 8330 estavam em regime intensivo em estábulos, 10736 em regime intensivo ao ar livre, 6160 em regime extensivo e 10619 animais sem regime de exploração definido. O número de total de bovinos era de 11060, o de caprinos de 9659 e de 15126 ovinos.

b) a execução do biénio 2024-2025 para o projeto: **Sem informação para poder ser aferida qualquer execução.**

Indicador(es) de Referência:

• Número de hectares com gestão de combustível efetuada com recurso ao pastoreio extensivo;
• Número de bovinos, ovinos e caprinos de raça autóctone apoiados em regime extensivo;
• Número de pastores formados;
• Número de Jovens Agricultores instalados com projetos de investimento em pastoreio extensivo;
• Número de detentores do estatuto de agricultura familiar com projetos de investimento em pastoreio extensivo.

Outros Indicadores de Execução:

Não identificados

Valores de Referência:

- Investimento Total: 1.328.800,00 Euros
- Investimento Anual: 265.760,00 Euros
- Custo Total/hectare: 2.010,30 Euros/ha
- Custo Anual/hectare: 349,17 Euros/ha

Metas:

- Número de hectares com gestão de combustível efetuada com recurso a pastoreio extensivo: 661ha;
- Número de animais: 1600;
- Número de projetos apoiados: 8.

Fontes de informação:

As principais fontes de informação utilizadas na elaboração desta ficha de projeto, foram dados fornecidos pela DRAPC, pelo IFAP, assim como informação recolhida junto dos municípios, em resultado do conhecimento privilegiado que têm do território, assim como na ANCOSE-Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Serra da Estrela.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

1.2.2.4 DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
2.1.1.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM 2.2.1.3 GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA 2.2.1.4 ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL 2.2.1.5 PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR 2.2.1.6 GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS 2.3.1.2 GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS 4.4.1.3 IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SGIFR
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: Constata-se uma reduzida capacidade de efetivos de raças autóctones disponíveis para implementação dos projetos, como tal deve ser feita uma avaliação rigorosa, no sentido de alavancar os projetos com potencial de instalação e produção, de modo que estes possam posteriormente funcionar como sementões de outros projetos de segunda linha. Em resultado do despovoamento do interior e das áreas onde tradicionalmente o pastoreio era uma atividade importante, está-se a perder o conhecimento adquirido ao longo dos anos, sem que existam localmente pessoas a quem ele possa ser delegado. No entanto, é cada vez mais recorrente a procura desta atividade por parte de pessoas que nunca tiveram uma ligação ao campo, mas que pelo facto de se sentirem atraídos por um tipo de vida menos stressante, a procuram cada vez mais. Apesar destas pessoas estarem muito motivadas, elas encontram-se completamente descapacitadas para desenvolverem estas atividades, sendo por isso necessário recorrer a formas mais expeditas de transmissão de conhecimento, daquilo que são as boas práticas inerentes ao sucesso da atividade silvopastoril. Neste sentido, é necessário então avaliar a possibilidade de incluir o IEFP e o POISE como fontes de financiamento para a escola de pastores. Deve-se ter ainda em consideração as particularidades culturais associadas ao pastoreio em cada Município, devendo a inclusão de mais raças ser avaliada de acordo com as especificidades das mesmas, considerando que as métricas de avaliação da gestão de combustível, devem ser simples de modo a aferir com facilidade os rendimentos de gestão de combustíveis. Deverá ter-se em atenção que o valor apurado por hectare associado à gestão de combustíveis (349,17Euros), foi calculado considerando o período até 2030 (4 anos). No entanto o investimento aplicado neste projeto, prolongara-se por muito mais tempo, o que se traduzirá numa redução significativa do custo por hectare. A título de exemplo, se consideramos um período de 20 anos para cada um dos projetos apoiados, o custo por hectare baixará para 104,75 Euros/ha. A elaboração do método de financiamento é fundamental para o sucesso do projeto nos próximos passos, assim como o envolvimento, colaboração e compromisso das diferentes entidades “Suporte”..

2.2.1.9 USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO FOGOS RURAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Com este projeto pretende-se dinamizar a técnica de fogo controlado em territórios sem história ou baixa execução, sobretudo em áreas de perigosidade alta e muito alta e em áreas com potencial para grandes incêndios. As ações que o materializam vão também alargar a utilização de fogo controlado em sub-coberto florestal, em particular povoamentos de pinheiro-bravo. Foram planeadas por ano, 3 ações para a Região de Leiria de modo a cumprir cada um dos objetivos propostos. Ação tipo 1: eventos anuais com a participação de técnicos de fogo controlado, gestores florestais e presidentes dos baldios, com aplicação da técnica de fogo controlado em Sub-coberto de pinhal. Ação tipo 2: eventos anuais de simulação de incêndio rural com utilização de fogo técnico e exemplificação de manobras com uso de fogo de supressão.
Situação de Referência: a) a situação de referência t0 para o projeto Maio 2025: Plano de fogo controlado de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, abrangendo uma área total de 479ha. Aguarda-se a publicação do regulamento do fogo de gestão. b) a execução do biénio 2024-2025 para o projeto: 29ha executados
Indicador(es) de Referência: Não há outros indicadores
Outros Indicadores de Execução: Nada a referir.
Valores de Referência: • Considerou-se como valor de referência para cada ação 1000 €, associadas a custos logísticos da operação para a promoção e dinamização da técnica do fogo controlado; • Para orçamentação das áreas tratadas com fogo controlado em matos foi considerado um valor de 433.80€/ha e para as áreas de sub-coberto pinheiro-bravo tratadas com fogo controlado, um valor de 542.25€/ha (CAOP).
Metas: • 2026-2030: 15 ações/ano de promoção e dinamização da técnica do fogo controlado, por Sub-Região; • 2026-2030: 1% de incêndios rurais com procedimentos de fogos de gestão, com acréscimo de 1% ao ano até 2030 (1%); • 2026-2030: 120ha de área anual tratada com fogo controlado, dos quais 24ha em sub-coberto pinheiro-bravo;.
Fontes de informação: ICNF
Outros projetos correlacionados a nível regional: 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível; 3.1.1.1 Regulamentar e implementar o uso do fogo;

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
4.3.2.4 Gestão da supressão; 4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais.
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: Apesar de terem sido definidas as percentagens para a meta: 1% de incêndios rurais com procedimentos de fogos de gestão, com acréscimo de 1% ao ano até 2030 (15%), e não obstante o facto de ser obrigatória a cartografia das áreas para fogo de gestão, a indicação dessas áreas não será feita enquanto o Regulamento do Fogo de Gestão não for publicado..

2.2.2.1 PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: O projeto direciona-se para o reaproveitamento de sobrantes lenhosos florestais ou agrícolas, normalmente sujeitos a queima, sendo a redução na queima de sobrantes é uma prioridade neste projeto. Nesta perspetiva , torna-se importante atuar a nível da catividade Florestal/ Agrícola, de modo a valorizar os resíduos, reutilizando-os através de compostagem. Em linhas gerais pretende-se que o material resultante das podas e corte seja encaminhado para um parque de compostagem na área do concelho onde é triturado em seguida incorporado com outros biorresíduos afim de dar valor nutricional ao composto. Os resíduos são depositados em pilhas de Compostagem com controlo de humidade e temperatura. O composto resultante terá como destino primordial constituir fertilizante que vai permitir melhorar a qualidade do solo, permitindo reduzir a quantidade de fertilizantes químicos usados. É pretendido incrementar o processo de compostagem de modo a promover preservação do espaço rural. Redução de queimas e combustível diminuindo risco de incêndio nas áreas rurais, e o nº de ocorrências. A solução para a recolha nesta fase só está prevista nas freguesias prioritárias e terá que se ajustar ás diferentes realidades locais pelo que se propõe 3 soluções: i) recolha de resíduos florestais/agrícolas; ii) Transporte para o parque de compostagem ; iii) Estilhaçamento e colocação em pilhas de compostagem comunitárias na sede de concelho, ou em outro local considerado o mais adequado pelo município.
Situação de Referência: Sem dados.
Indicador(es) de Referência: • Número total municípios de aderentes ao programa.
Outros Indicadores de Execução: Não aplicável.
Valores de Referência: 510 000, 00€ 10 Biotrituradores – 350 000€ 10 Parques de compostagem – 130 000€ 10 Reboques para transporte de material – 30 000 €
Metas: • 2030: 100% das autarquias com programas de compostagem • 2030: 40% de redução do número de queimas devido ao programa de compostagem
Fontes de informação: Municípios, CIM-RL
Outros projetos correlacionados a nível regional: 3.2.1.2 – Comunicação especializada de proximidade

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Cartografia correlata: Não aplicável.
Observações: Não aplicável.

2.2.2.2 PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) afirma-se como o principal instrumento de política energética e climática para a década 2021-2030, tentando trilhar um caminho rumo a um futuro neutro em carbono. Este plano surge no seguimento das obrigações estabelecidas pelo Regulamento da Governação da União da Energia e da Ação Climática, o qual prevê que todos os Estados-membros elaborem e apresentem à Comissão Europeia os seus planos integrados em matéria de energia e de clima. O PNEC contempla uma caracterização da situação atual em Portugal em matéria de Energia e Clima ao nível da descarbonização, eficiência energética, segurança de abastecimento, mercado interno da energia e investigação, inovação e competitividade, assim como as principais linhas de atuação planeadas para o cumprimento dos diferentes compromissos. Estabelece ainda metas nacionais ambiciosas em termos de redução de emissões de gases com efeito de estufa, incorporação de energias renováveis, eficiência energética e interligações e concretiza as políticas e medidas para as alcançar (Fonte: APA). O PNEC 2030 considera várias linhas de atuação entre as quais a 3.7., com a qual se pretende fomentar um aproveitamento da biomassa para usos energéticos. Esta linha de atuação considera várias medidas de ação com as quais se pretende fomentar um melhor aproveitamento da biomassa para usos energéticos, nomeadamente: - Medida Ação 3.7.1. Promover a geração de energia à escala local com base em biomassa, medida esta que pretende apoiar a instalação de pequenas centrais térmicas descentralizadas e de menor dimensão que não têm tantas exigências em termos de disponibilidade de biomassa, nem colocam tanta pressão no sistema energético, promovendo assim a substituição de combustíveis fósseis e a descarbonização dos consumos em vários setores. Esta ação será desenvolvida com base nos resultados de um estudo sobre o estabelecimento de uma rede de pequenas centrais de valorização de biomassa. - Medida de Ação 3.7.2. Promover e apoiar a disseminação de centros para recolha, armazenamento e disponibilização de biomassa a nível municipal ou intermunicipal. Estes centros permitirão a otimização dos processos de recolha e receção de biomassa, disponibilizando recursos que podem ser aproveitados e valorizados numa vertente energética local. - Medida de Ação 3.7.3. Promover ações de informação e sensibilização. Estas ações têm como objetivos o desenvolvimento de um dossier pedagógico para a formação profissional com o objetivo de melhorar e otimizar a recolha e transformação da biomassa florestal residual, assim como a produção de um manual de boas práticas para o aproveitamento da biomassa florestal e folhetos de divulgação e informação de

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

potenciais usos da biomassa, assim como dos diversos tipos de equipamentos disponíveis (Fonte: PNEC 2030).

Tendo em consideração o objetivo estabelecido para o setor do aquecimento e arrefecimento, nomeadamente o do aumento da incorporação de renováveis, a utilização de biomassa enquanto importante recurso endógeno será uma das soluções para criação de mais valor no setor florestal em resultado da valorização energética que representa (Fonte: PNEC 2030).

Neste sentido, e com o intuito de promover a geração de energia a partir de biomassa ao nível local, com o apoio dos Municípios, para reaproveitamento das sobras orgânicas da exploração, de desbastes, e gestão de combustível e reduzindo o risco de incêndio, assim como também de incentivar os municípios, as freguesias e as organizações de produtores podem desenvolver métodos alternativos de eliminação e tratamento de sobrantes em detrimento da realização de queimas e queimadas, procedeu-se à análise do potencial de biomassa disponível na Região de Leiria, de modo a ser possível apresentar uma proposta de localização para as centrais de biomassa.

Os principais constrangimentos identificados no desenvolvimento deste trabalho, resultam principalmente da grande dificuldade de recolha de informação acerca da biomassa disponível, o que reforça a necessidade e a urgência do estudo sobre o modelo de execução, adesão esperada, viabilidade, gestão sustentável da biomassa florestal residual e impacto da promoção da geração de energia com base em biomassa à escala local. Por outro lado, em resultado das especificidades da instalação e dos equipamentos, há uma dificuldade acrescida na escolha do local, uma vez que nem todos os edifícios onde seria vantajosa a instalação destas centrais, reúnem condições para o fazer. Por último, a necessidade de identificação dos principais interlocutores e definição de contratos de prestação de serviços de modo a garantir um aporte continuo de biomassa às centrais, de acordo com as especificações de utilização ideais.

De modo a conseguir-se apontar uma localização para as centrais, assim como qual o número de centrais a instalar para o qual haveria sustentabilidade, começou-se por tentar identificar quais as principais fontes de biomassa florestal, quais os tipos de atividades florestais que serão potencialmente geradoras de resíduos que possam ser considerados, assim com a determinação das cargas de combustíveis disponíveis no território para ser utilizada como biomassa, conseguindo-se assim indicar a melhor localização.

Da análise realizada, considerou-se que as principais fontes de biomassa seriam as operações de gestão de combustíveis na rede secundária, rede primária, mosaicos, assim como biomassa resultante de cortes rasos, desbastes ou operações de desramação.
Consideraram-se como principais fontes de biomassa, as espécies das áreas identificadas na COS2018 como tendo uma ocupação de Matos, Eucalipto, Pinhal e Invasoras Lenhosas (Acácia sp.).
Com base na análise da localização potencial das fontes de biomassa, foram testadas localizações para as 5 centrais de modo a poder ter-se a maior cobertura do território possível considerando um raio de 20km para a recolha da biomassa a aportar a cada central, tendo em consideração que este raio será aquele que permitirá a recolha da biomassa ser a mais rentável.

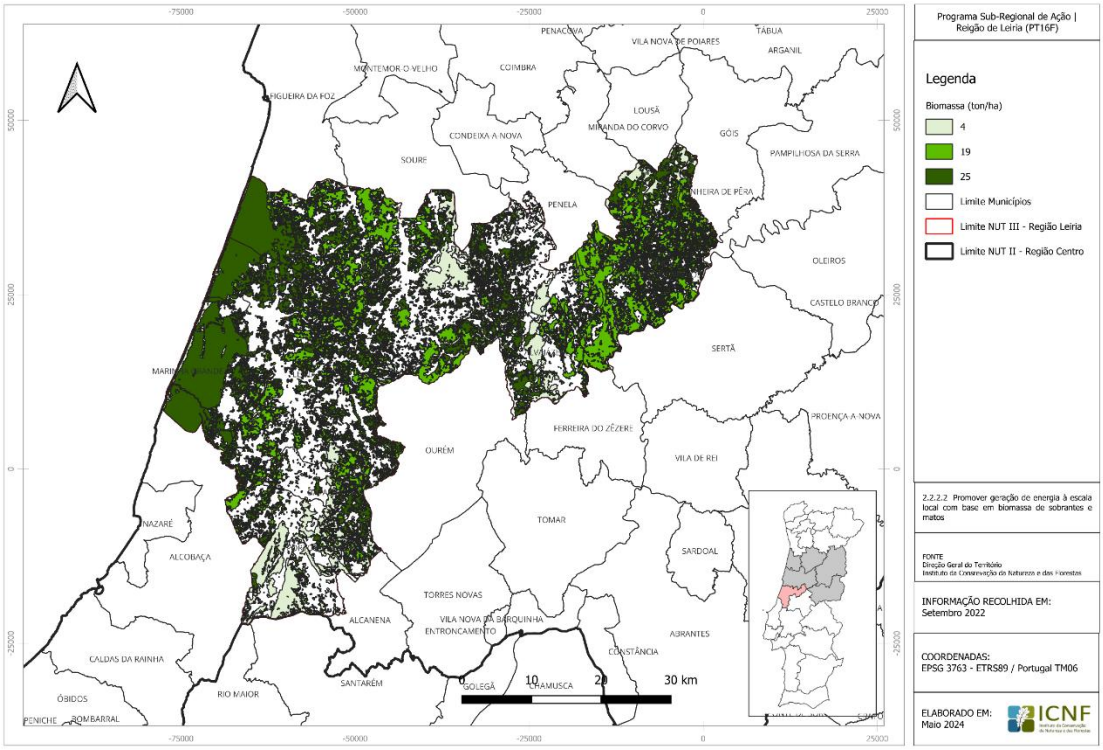
Situação de Referência:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2023: Não existia à data nenhuma central desta tipologia instalada na Região de Leiria. b) a execução do biénio 2024-2025 para o projeto: Instalação de 1 central de biomassa na Região de Leiria.
Indicador(es) de Referência: • Número de projetos de geração de energia local implementados; • Percentagem de sobrantes eliminados através da geração de energia (centrais e caldeiras de biomassa) local.
Outros Indicadores de Execução: Não identificados.
Valores de Referência: As cargas de combustíveis consideradas para efeitos de estimativa da biomassa disponível foram as seguintes: - Matos – 4ton/ha (Cruz, M.G. 2005); - Eucaliptal – 19ton/ha (Cruz, M.G. 2005); - Pinhal – 25ton/ha (Scott & Burgan. 2005); - Invasoras – 4ton/ha (aproximação a matos). A área total disponível com estas ocupações do solo representa um total de 153.151ha, a qual se traduz num potencial de biomassa disponível de 2966.482 toneladas. Realizou-se ainda uma estimativa da biomassa disponível resultante exclusivamente das operações de gestão de combustíveis nas faixas da rede primária, rede secundária e mosaicos a qual corresponde a um total de 28.648ha, o que perfaz um total de 588.511ton aproximadamente 18,7% do total de biomassa disponível. Estimou-se ainda o valor económico da biomassa disponível na sub-região o qual corresponde a um total de 399,100.00€ + IVA. Valor unitário central de biomassa 1.000.000,00€ definido com base no orçamento disponível no PNA extrapolando para o valor unitário.
Metas: 2030: Implementação de 5 Unidades de Geração de Energia.
Fontes de informação: DGT - Carta de Ocupação do Solo 2018 (COS2018) Cruz, M.G. 2005. Scott & Burgan. 2005. DGE PNEC2030 APA
Outros projetos correlacionados a nível regional: 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

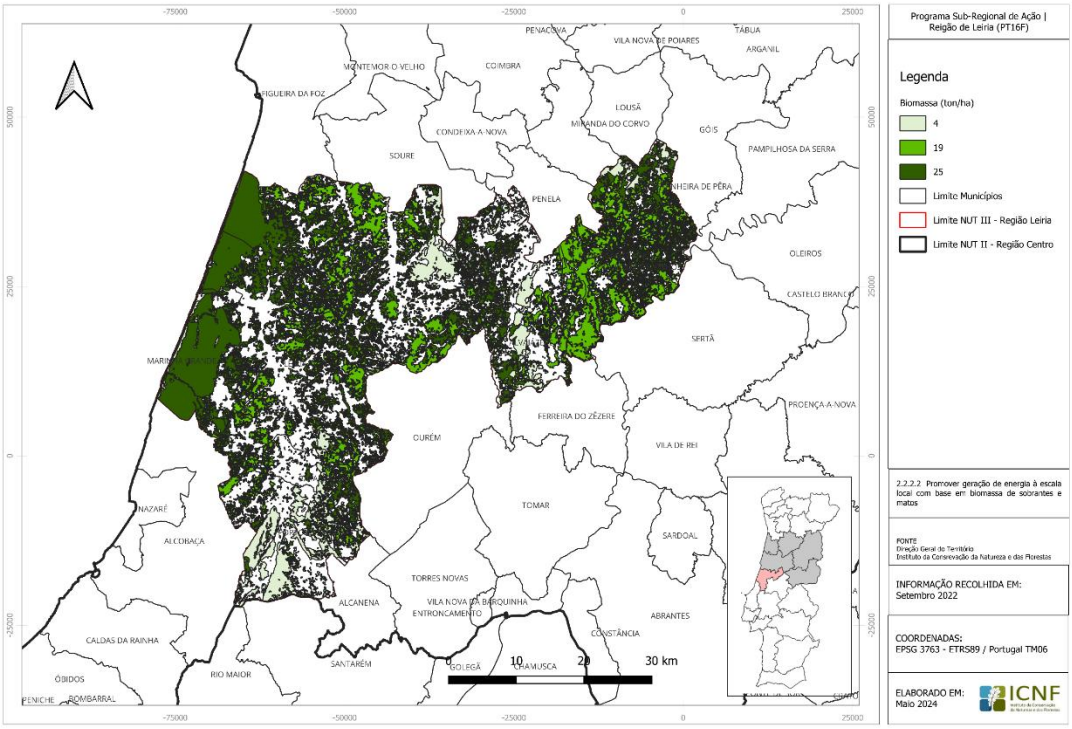
Cartografia correlata:

Fontes de biomassa:

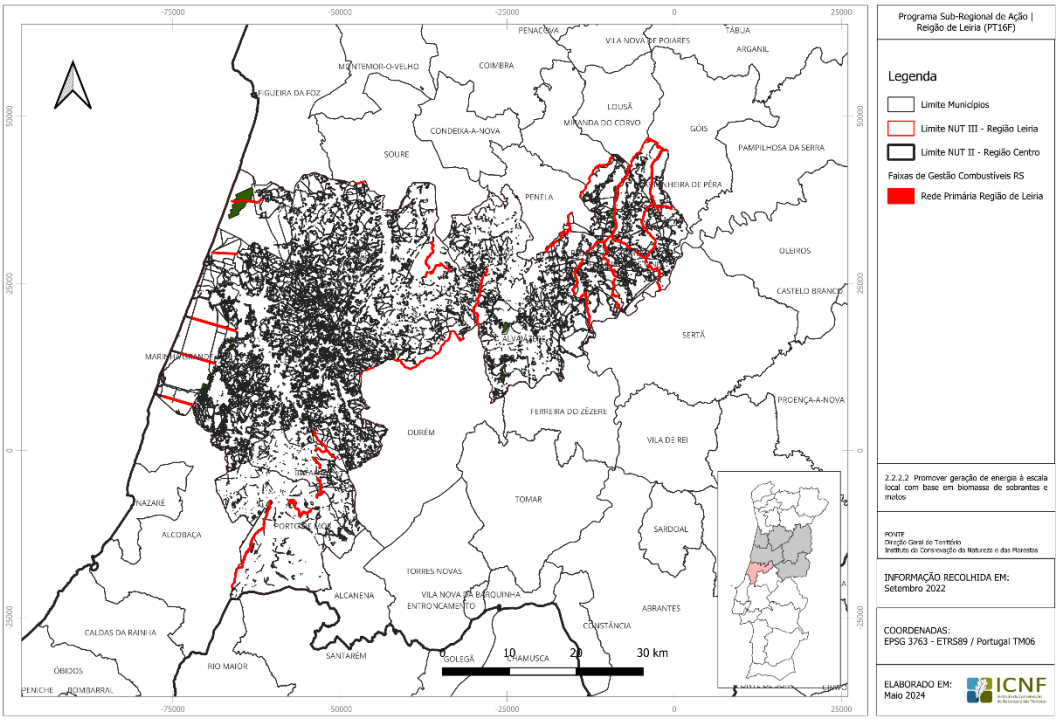


Base de Cálculo Cargas Combustível:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

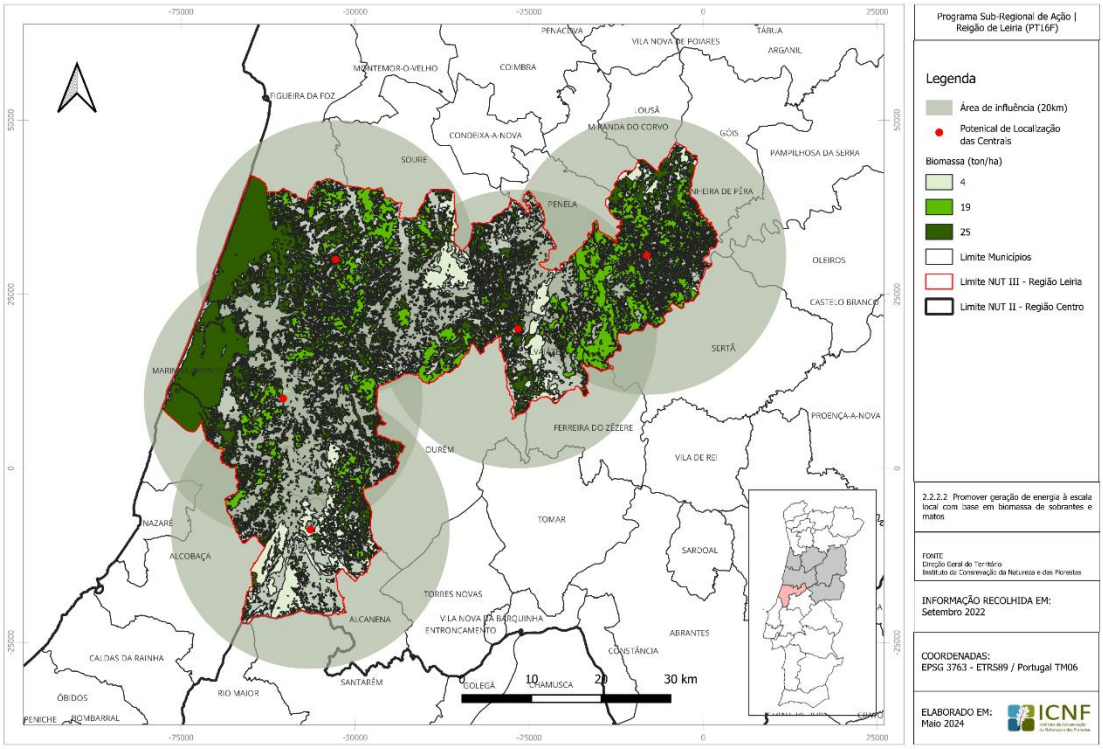


Biomassa disponível:



PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Potencial Instalação Centrais



Observações:

A análise produzida para estimar o potencial de biomassa foi desenvolvida pela equipa do NCSr Leiria, devendo ser revisto quando disponibilização do estudo. No entanto para o objetivo, considera-se que o exercício desenvolvido tem sustentação científica o qual sustenta a consolidação das propostas apresentadas.

Para a proposta de localização das centrais de biomassa teve-se em consideração um raio de abrangência idêntico (20km).

Com base numa prospeção realizada a alguns operadores florestais, foi considerado para efeitos de estimativa do valor de biomassa disponível um valor de 18Euros + IVA por tonelada de biomassa.

2.3.1.1 REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

1. Em 2020 a GNR (Sub-Região de Leiria) na 1ª passagem (vertente sensibilização) sinalizou 5742 situações de incumprimento, na 2.ª passagem (vertente fiscalização), fiscalizou 100% das situações e detetou 591 (10%) situações de cumprimento voluntário, elaborou 53 (1%) autos de CO e detetou 5098 (89%) incumprimentos, que originaram notificações aos municípios.
2. Com o principal objetivo de implementar as regras de defesas pelos privados, através dos seguintes indicadores:
    a) Número de situações a rever, identificadas por PSA
    b) Fiscalização:
        1) Situações sinalizadas (freguesias prioritárias)
        2) Situações fiscalizadas
        3) Taxa de cumprimento voluntário
        4) Nº de autos por tipologia ou Incumprimentos

Situação de Referência:

Indicador(es) de Referência:

• Quadro de medidas de agravamento do IMI para os proprietários que não cumpram com as regras estabelecidas;
• Taxa de incorporação das propostas prioritárias;
• Número de situações monitorizadas/sinalizadas;
• Número total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias;
• Taxa de cumprimento voluntário sobre o monitorizado;
• Número de autos.

Outros Indicadores de Execução:

Não aplicável

Valores de Referência:

Não se aplica

Metas:

a) 22-30: 30% Número de situações a rever, identificadas por PSA, após ser comunicado ao Município o incumprimento
b) Fiscalização:
    1) 22-30: 100% Taxa de cobertura nas freguesias prioritárias, que se traduz em N sinalizações
    2) 22-30: 100% Taxa de Situações fiscalizadas na segunda passagem
    3) 22-30: 70% Taxa de cumprimento voluntário verificada com a segunda passagem
    4) 22-30: 30% Nº de autos por tipologia após a 2ª passagem

PT16F Região Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Número de situações a rever, identificadas por PSA	30%	2030	
Fiscalização:			
Situações sinalizadas (Taxa de cobertura nas freguesias prioritárias)	100%	2030	
Situações ficalizadas	100%	2030	
Taxa de cumprimento voluntário	70%	2030	
Nº de autos por tipologia	30%	2030	

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Número de situações a rever, identificadas por PSA				60%	55%	55%	50%	45%	40%	35%	30%		46%	
Fiscalização:														
Situações sinalizadas N (Taxa de cobertura nas freguesias prioritárias)				80%	85%	85%	90%	90%	100%	100%	100%		91%	
Situações ficalizadas				75%	80%	80%	80%	85%	90%	100%	100%		86%	
Taxa de cumprimento voluntário				40%	45%	45%	45%	50%	60%	65%	70%		53%	
Nº de autos por tipologia				60%	55%	55%	55%	50%	40%	35%	30%		48%	

Fontes de informação:
ICNF, CIM-RL; AGIF, REN, PSP

Outros projetos correlacionados a nível regional:
2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis
2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas

Cartografia correlata:
Não aplicável

Observações:
Não aplicável

2.3.1.2 GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:
Pretende-se com este projeto assegurar a gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas, particularmente com elevada percentagem de espaços rurais e grande dispersão populacional e incentivar os proprietários agrícolas locais a assumirem faixas de gestão como forma de obterem novo rendimento, garantindo deste modo uma melhor gestão de combustível nas faixas e em simultâneo uma redução do risco de incêndio.

As iniciativas, medidas previstas neste projeto seguem a linha de orientação prevista do PNA/PRA:
• Criação de uma aplicação que ajuda o proprietário a executar a faixa de forma correta, inspirada em www.firesmartcanada.ca;
• Promover os benefícios de assumir responsabilidade pelas faixas de gestão – como uma fonte de rendimento adicional e de forma a reduzir o risco de incêndio e preservar os recursos locais;
• Estabelecer diretrizes para a seleção dos proprietários que irão assumir a gestão das faixas, privilegiando projetos integrados/agregados, de forma a garantir que não sejam ações isoladas, mas que envolvam a comunidade/aldeia: Condomínio de Aldeia;
• Identificar os apoios para ações de reconversão das faixas de gestão de combustível;
• Garantir gestão nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas;

• Estabelecer a figura de interlocutores para atingir o público-alvo.

Situação de Referência:

Indicador	Notas	ALVAIÁZERE	ANSIÃO	BATALHA	CASTANHEIRA DE PÊRA	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	LEIRIA	MARINHA GRANDE	PEDRÓGÃO GRANDE	POMBAL	PORTO DE MÓS	Valor PSA
Situação atual												
		Almoster Maçãs de Dona Maria Alvaiázere		Reguengo do Fetal São Mamede	União das freguesias de Castanheira de Pêra e Coentral	Aguda; Arega; Campelo; União das freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas	Coimbrão	Marinha Grande; Vieira de Leiria	Graça; Pedrógão Grande; Vila Facaia;	Abiul União das freguesias de Santiago e São Simão de Litém e Albergaria dos Doze	Alqueidão da Serra Mira de Aire Serra Ventoso União das freguesias de Alvados e Alcaria União das freguesias de Arrimal e Mendiga	
Nº condominios Aldeia		33	10	8	36	33	50	7	12	38	7	234

Indicador(es) de Referência:

• Grau de execução de gestão de combustível na envolvente de áreas edificadas e aglomerados
• Percentagem de aglomerados rurais com gestão de combustível
• Número de hectares geridos nos aglomerados rurais e envolvente das áreas edificadas
• % de projetos apoiados nas faixas de gestão de combustível
• N.º de Condomínios de aldeia

Outros Indicadores de Execução:

Não aplicável

Valores de Referência:

11 700 000,00€ (Potencialmente elegível nos seguintes instrumentos de financiamento: PRR, FA, FEADER, OE, Privado).

Metas:

• Execução de gestão de combustível na envolvente das áreas edificadas
• Aglomerados com gestão de combustível: Hectares geridos
• % com projetos apoiados
• Condomínios de Aldeia

Fontes de informação:

CIM-RL; ANEPC; Entidades do SGIFR

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária
2.3.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

Cartografia correlata:

Não aplicável

Observações:

Não aplicável

2.3.1.4 PROGRAMAS "ALDEIA SEGURA" E "PESSOAS SEGURAS"

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Programas visam estabelecer medidas estruturais para proteção de pessoas e bens e, dos edificados na interface urbano-florestal, com implementação e gestão de zonas proteção; Preparar e sensibilizar a população face ao risco IR através da promoção de ações de sensibilização para redução de comportamentos de risco, aumento do nível de prevenção através aplicação medidas autoproteção e realização de simulacros/ planos evacuação. Programas implementados desde 2018, por força da RCM n.º 157-A/2017, de 21 de outubro, em estreita articulação com as autarquias (tendo como referência os aglomerados situados nas freguesias de 1ª e 2ª prioridade – DFCI), com objetivos/resultados na: designação de Oficial de Segurança Local; constituição de kits de autoproteção; identificação e sinalização dos locais de abrigo e refúgio coletivos; elaboração do plano de evacuação/confinamento; sensibilização e informação à população; realização de programas de treino e exercícios e, identificação/diagnostico/priorização de necessidades aglomerado face ao risco IR. <u>Considerações</u> Estabelecer medidas estruturais para proteção de pessoas e bens e, dos edificados na interface urbano-florestal, com implementação e gestão de zonas proteção; Preparar e sensibilizar população face ao risco IR através da promoção ações sensibilização para redução de comportamentos de risco, aumento do nível de prevenção através aplicação medidas autoproteção e realização de simulacros/ planos evacuação. <u>POSIT</u> Programas implementados desde 2018, por força da RCM n.º 157-A/2017, de 21 de outubro, em estreita articulação com as autarquias (tendo como referência os aglomerados situados nas freguesias de 1ª e 2ª prioridade – DFCI), com objetivos/resultados na: designação de Oficial de Segurança Local; constituição de kits de autoproteção; identificação e sinalização dos locais de abrigo e refúgio coletivos; elaboração do plano de evacuação/confinamento; sensibilização e informação à população; realização de programas de treino e exercícios e, identificação/diagnostico/priorização de necessidades aglomerado face ao risco IR. <u>Próximos Passos</u> Continuidade na implementação dos programas ASPS, no território da Sub-Região de Leiria, com particular ênfase nos aglomerados rurais em APPS (classes de perigosidade alta e muito alta da Carta de Perigosidade Estrutural do ICNF, I.P.)
Situação de Referência: Nada a referir.
Indicador(es) de Referência: • Número total de aglomerados rurais, em APPS, abrangidos pelos programas; • Percentagem de aglomerados rurais com desenvolvimento dos programas: designação de OSL; • Estabelecimento ou melhoria de locais de abrigo/refúgio;

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
• Sinalética e plano de evacuação/confinamento e realização de simulacros.
Outros Indicadores de Execução: Nada a referir.
Valores de Referência: 8.000,00€/aglomerado * 495 aglomerados = 3 960 000 €
Metas: • 90% dos aglomerados situados nas APPS ; • 90% dos aglomerados nas APPS com Oficial de Segurança Local designado; • 80% dos aglomerados com locais de Abrigo/Refúgio identificados; • 80% dos aglomerados com planos de evacuação; • 80% dos aglomerados com realização de simulacros.
Fontes de informação: ANEPC; Autarquias.
Outros projetos correlacionados a nível regional: 2.3.1.2 - Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas 3.2.1.1 - Comunicação integrada para o risco 3.2.1.2 - Comunicação especializada de proximidade 4.1.1.1 - Cartografia de risco
Cartografia correlata: Nada a referir.
Observações: Nada a referir.

2.3.1.7 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REDES DE DEFESA INTERMUNICIPAIS (REDE VIÁRIA FLORESTAL E REDES DE PONTOS DE ÁGUA)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: *Considerações* Objetivos das redes de defesa intermunicipais (rede viária florestal - RVF e redes de pontos de água - RPA) • Garantir o acesso aos espaços florestais para execução das atividades de silvicultura preventiva; • Compartimentar os espaços florestais; • Permitir as ações de vigilância, deteção e fiscalização; • Facilitar o acesso e melhorar a eficácia das ações de supressão no ataque inicial e no ataque ampliado;

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

- Contribuir para a segurança dos intervenientes nas ações de supressão;
- Permitir a evacuação das populações;
- A rede de pontos de água tem como principal objetivo o apoio ás operações de supressão.

POSIT

Construída base de dados com todos os investimentos previstos nas redes de defesa – RVF e RPA dos 10 PMDFCI da área geográfica abrangida pelo PSA Região de Leiria.

Os indicadores, metas regionais e orçamentos são o resultado da base de dados criada.

Situação de Referência:

Quadro – Quantidade de pontos de água com necessidade de intervenção, *km's* de rede viária com necessidade de intervenção, e estimativas orçamentais, inscritas nos PMDFCI da sub-região de Leiria

DICO	NUTSIII_DSG	CONCELHO_DSG	Pontos de água - quantidade	Investimento em pontos de água - €	Rede viária florestal - Km	Investimento em rede viária florestal - €	Fonte
1002	REGIÃO DE LEIRIA	ALVAIÁZERE	44	73 658 €	352,9	564 384 €	Quadro 14: Orçamento e responsáveis
1003	REGIÃO DE LEIRIA	ANSIÃO	23	34 500 €	79,48	73 539 €	Quadro 18 – Orçamento e responsáveis para a rede DFCI, para o período de vigência do plano
1004	REGIÃO DE LEIRIA	BATALHA	7	48 026 €	16,9	290 485 €	Quadro 14: Orçamento e responsáveis
1007	REGIÃO DE LEIRIA	CASTANHEIRA DE PÊRA	43	398 743 €	416,57	494 260 €	Quadro 17 - Orçamento e responsáveis para a rede DFCI, para o período de vigência do plano
1008	REGIÃO DE LEIRIA	FIGUEIRÓ DOS VINHOS	292	1 240 000 €	685	1 415 000 €	Quadro 11– Estimativa orçamental e entidades responsáveis na execução de FGC, MPGC, RVF e RPA.
1009	REGIÃO DE LEIRIA	LEIRIA	40	253 320 €	514,68	2 160 555 €	Quadro 14: Orçamento provisional e responsáveis pela execução entre 2020-2029
1010	REGIÃO DE LEIRIA	MARINHA GRANDE	6	149 500 €	575,14	987 181,93 €	Quadro 19 – Orçamento e responsáveis – Rede Viária Florestal. Quadro 20 – Orçamento e responsáveis – Rede Pontos de Água
1013	REGIÃO DE LEIRIA	PEDRÓGÃO GRANDE	9	16 000 €	736,86	883 968 €	Quadro 10. Orçamento e Responsáveis, (Fonte: Município de Pedrógão Grande, 2019)
1015	REGIÃO DE LEIRIA	POMBAL		38 718 €	87,6	81 048 €	Quadro 15: Orçamento – Rede de FGC, MPGC, RVF e RPA
1016	REGIÃO DE LEIRIA	PORTO DE MÓS	18	100 000€	206	258 669 €	Tabela 26. Estimativa total de orçamento e responsáveis – aumento da resiliência do território aos incêndios florestais para o

Fonte: Dados retirados dos PMDFCI da sub-região de Leiria

Indicador(es) de Referência:

- Construção e manutenção de RVF – Km
- Construção e manutenção de rede de PA - Nº
- % de faixas de gestão de combustível apoiadas por projetos

Outros Indicadores de Execução:

Não aplicável.

Valores de Referência:

9 550 000, 00€

Metas:

Construção e manutenção de RVF – Km – 3.671.

Construção e manutenção de rede de PA - Nº - 491

Fontes de informação:

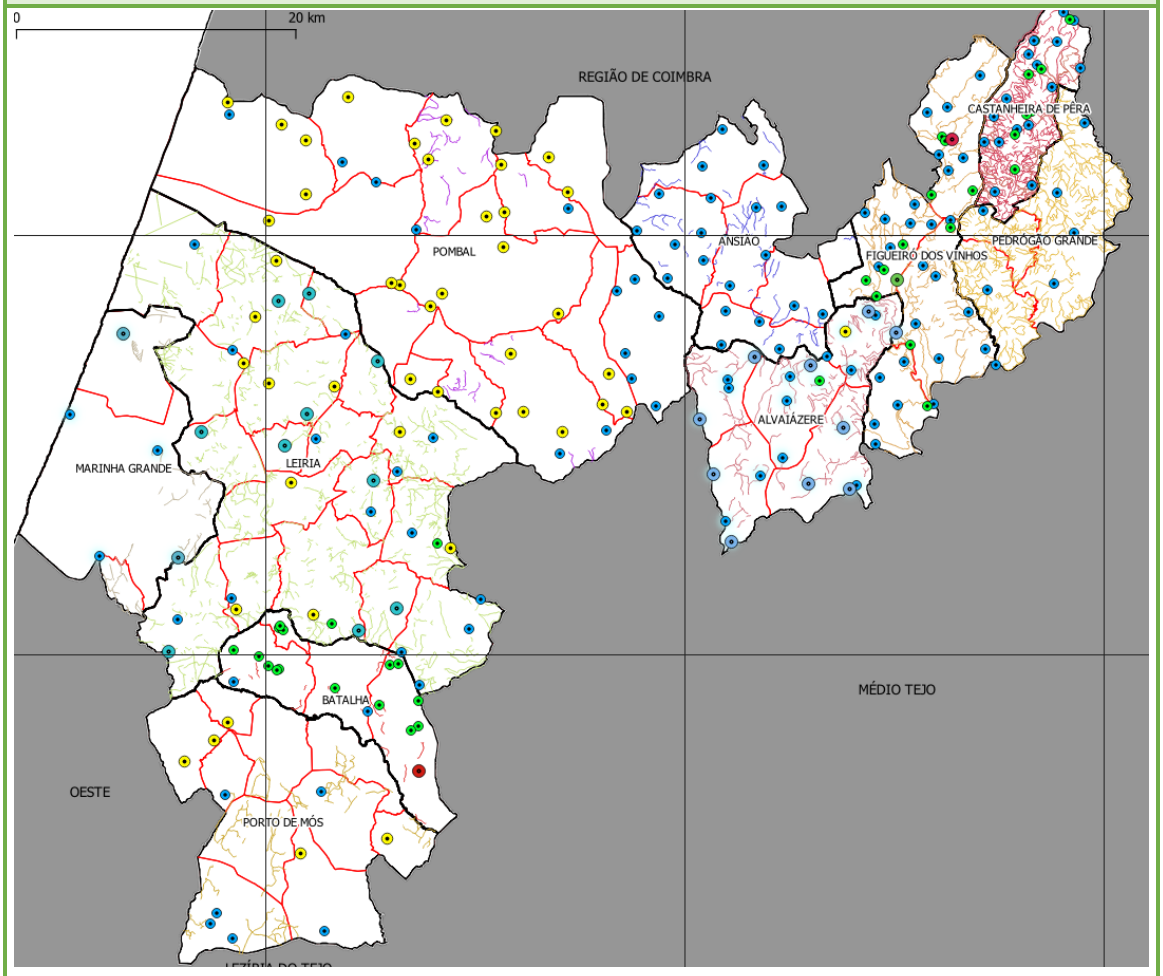
CIM-RL

Outros projetos correlacionados a nível regional:

Nada a referir.

Cartografia correlata:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS



Fonte: Dados recebidos dos GTF da sub-região de Leiria

Observações:

Nada a referir.

II.3 – MODIFICAR COMPORTAMENTOS

3.1.1.2 APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: O apoio à população na realização de queimas e queimadas é uma questão sensível e requer uma abordagem cuidadosa devido aos potenciais riscos ambientais e de segurança envolvidos. A realização de queimas e queimadas está sujeita a regulamentação e regras específicas. É fundamental que a população esteja ciente da legislação em vigor e sigam as diretrizes estabelecidas pelas autoridades competentes. A segurança é uma prioridade absoluta ao realizar queimas e queimadas. Isso inclui escolher o local apropriado, garantir que haja recursos adequados para controlar o fogo e tomar medidas para prevenir que o fogo se espalhe para áreas não desejadas. É essencial ter equipamentos de combate a incêndios, como extintores, pás e água, disponíveis durante todo o processo. As queimas e queimadas podem ter impactos significativos no meio ambiente, especialmente se não forem realizadas de forma responsável. É importante educar a população sobre os potenciais danos à biodiversidade, qualidade do ar e recursos naturais associados a essas práticas. Quando as queimas e queimadas são permitidas, é fundamental que haja supervisão adequada para garantir que tudo seja realizado de maneira segura e conforme as regulamentações. Isso pode envolver o envolvimento de bombeiros locais, equipas de proteção ambiental ou outros profissionais qualificados. Disponibilizar informações claras e acessíveis sobre as diretrizes para realizar queimas e queimadas de forma segura é essencial. Isso pode incluir campanhas de conscientização pública, materiais educativos e treinamento para comunidades locais. Em resumo, apoiar a população na realização de queimas e queimadas requer uma abordagem equilibrada que leve em consideração a segurança, regulamentações legais, impactos ambientais e alternativas sustentáveis. Da análise da ficha de projeto 3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimas, verifica-se uma relação direta entre as queimas e queimadas realizadas pela população e o número de incêndios rurais, o que proveem da realização incorreta das mesmas. Assumem-se como objetivos: • Sensibilização da população através da disponibilização de informação útil e redução de comportamentos de risco nas queimas e queimadas; • Redução do número de queimas e queimadas não autorizadas; • Redução do número de acidentes em queimas e queimadas através do apoio das entidades locais; • Redução da área ardida resultante de queimas e queimadas.
Situação de Referência: a) 212684 pedidos para a realização de queima de amontoados registados (2024-2025) b) 20 pedidos para a realização de queimadas registados (2024-2025)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

c) 43% das ocorrências dos últimos 10 anos possuem como causa uso do fogo (queimas e queimadas)

Ano	Naturais Queda de raios (%)	Acidentais Transportes e comunicações (%)	Acidentais Uso de maquinaria (%)	Uso do fogo Queimadas para gestão de pasto (%)	Uso do fogo Queimadas de sobrantes florestais ou agrícolas (%)	Uso do fogo Queimas de amontoados de sobrantes florestais ou agrícolas (%)	Uso do fogo Queimas de lixo (%)	Uso do fogo Realização de fogueiras (%)	Incendiarismo Indivíduos imputáveis (%)	Reacendimentos de incêndios (%)	Outras causas apuradas (%)	Incêndios investigados (n.º)	Investigações conclusivas (n.º)	Link para gráfico de causas
2015	0	8	3	1	19	16	2	1	27	13	10	446	296	(gráfico)
2016	2	7	4	0	4	14	1	0	52	6	10	321	194	(gráfico)
2017	1	5	3	1	8	18	0	0	46	13	5	456	292	(gráfico)
2018	0	6	3	0	12	37	1	1	35	3	2	230	139	(gráfico)
2019	1	7	6	1	8	7	1	1	50	8	10	284	197	(gráfico)
2020	1	6	4	2	4	9	0	0	56	7	11	225	179	(gráfico)
2021	1	3	7	0	12	18	2	2	39	2	14	144	123	(gráfico)
2022	0	4	5	0	8	7	1	1	45	8	21	241	226	(gráfico)
2023	1	14	5	0	9	9	1	3	40	6	12	171	149	(gráfico)
2024	2	13	6	0	11	7	2	3	44	3	9	132	123	(gráfico)
2025	**0**	**9**	**7**	**0**	**8**	**10**	**3**	**3**	**43**	**0**	**17**	**162**	**153**	(gráfico)

Indicador(es) de Referência:

- Repositório de informação relativa à realização de queimas e queimadas (meios digitais e físicos);
- Nº de pedidos de autorização/comunicação para a realização de queimas e queimadas;
- Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas;
- Nº de queimas e queimadas apoiadas;
- Nº de acidentes em queimas e queimadas;
- % Municípios aderentes à Plataforma das Queimas e Queimadas, operada pelo ICNF I.P.

Outros Indicadores de Execução:

Não estão identificados outros indicadores de referência.

Valores de Referência:

Não se encontram identificados.

Metas:

- Pedidos de autorização para a realização de queimas e queimadas;
- 100% de resposta aos pedidos de autorização/ comunicações para a realização de queimas e queimadas;
- 2026 - 2030: 100% dos pedidos de esclarecimento prestados todos os anos;
- 2026 - 2030: < de 1 pessoa/ano acidentada como grave em queimas e queimadas por ano;

Fontes de informação:

ICNF, IP.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
2.2.2.1 Promover processos de compostagem
2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa
2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”
3.1.1.1 Regulamentar e promover o uso do fogo
3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco
3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade
4.1.1.3 Plataforma com produtos e serviços meteorológicos para incorporação na análise de risco
4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR

Cartografia correlata:

Não tem cartografia: X

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Observações: Não aplicável.

3.1.1.3 MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Não aplicável à Região de Leiria. Apoiar na realização de ações de fogo controlado para a renovação de pastagens, numa perspetiva de redução das ignições. *Considerações:* • Sucesso do projeto condicionado a maior contacto com os pastores, divulgação do projeto, capacitação dos GTF para liderarem o processo, autonomização das entidades para executar, manutenção do ciclo ao fim de 3 anos.
Situação de Referência: A situação de referência t0 (2012-2021) para o projeto indica apenas 1% do número de ocorrências com causa determinada associada a realização de queimadas (Uso do fogo - Queimadas para gestão de pasto (%)).
Indicador(es) de Referência: a) Mapas das Freguesias com incêndios relacionados com o uso do fogo para renovação de pastagem b) Pastores que solicitam apoio do mecanismo (evolução % e ha) c) Queimadas realizadas integradas e apoiadas pelo mecanismo d) Área tratada com fogo controlado e) Redução de ignições com causa associada à renovação de pastagens nos territórios rurais
Outros Indicadores de Execução:

PT16F Região de Leiria			
Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado	50%	2025	
Área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado	85%	2030	
Redução do número de ignições com causa/motivação uso do fogo para renovação de pastagens	70%	2030	
1 ação anual de comunicação de proximidade, por concelho, dirigida a pastores nos territórios referenciados	41	2030	

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

QUADRO

Ação / Ano	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 20-30
Área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado		30%	40%	**50%**	60%	65%	70%	80%	**85%**	
Redução do número de ignições com causa/motivação uso do fogo para renovação de pastagens		10%	20%	40%	50%	55%	60%	65%	**70%**	
Ação de comunicação de proximidade, por concelho, dirigida a pastores nos territórios referenciados		1	2	4	4	6	6	8	10	41

Valores de Referência:

Este projeto não tem orçamento com declinação sub-regional.

Metas:

• 2022-2025: 50% da área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado

• 2025-2030: 85% da área indicada pelos pastores tratada com fogo controlado

• 2030: 70% de redução do número de ignições com causa/motivação uso do fogo para renovação de pastagens

• 2022-2030: uma ação anual de comunicação de proximidade, por concelho, dirigida a pastores nos territórios referenciados

Fontes de informação:

ICNF, CIM-RL, C.M. Porto de Mós.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

2.2.1.4. Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível

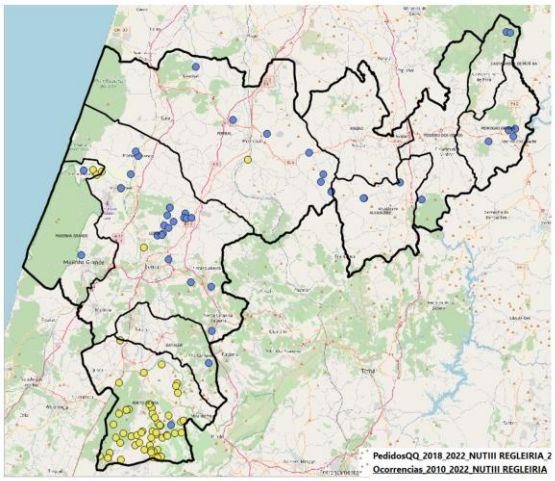
2.2.1.7. Promover o apoio ao pastoreio extensivo

2.2.1.9. Uso do fogo como estratégia integrada de gestão de fogo rurais

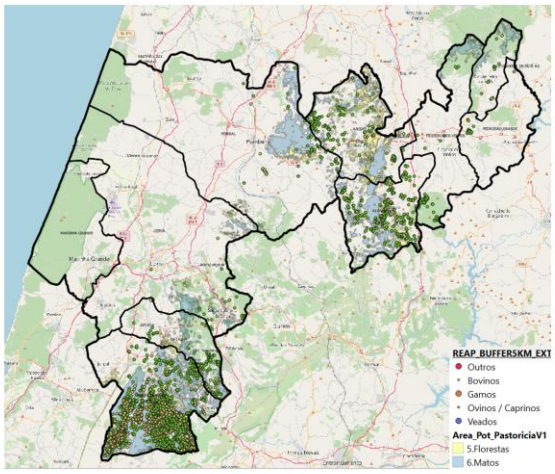
3.1.1.2. Apoio à população na realização de queimas e queimadas

3.2.1.2. Comunicação especializada de proximidade

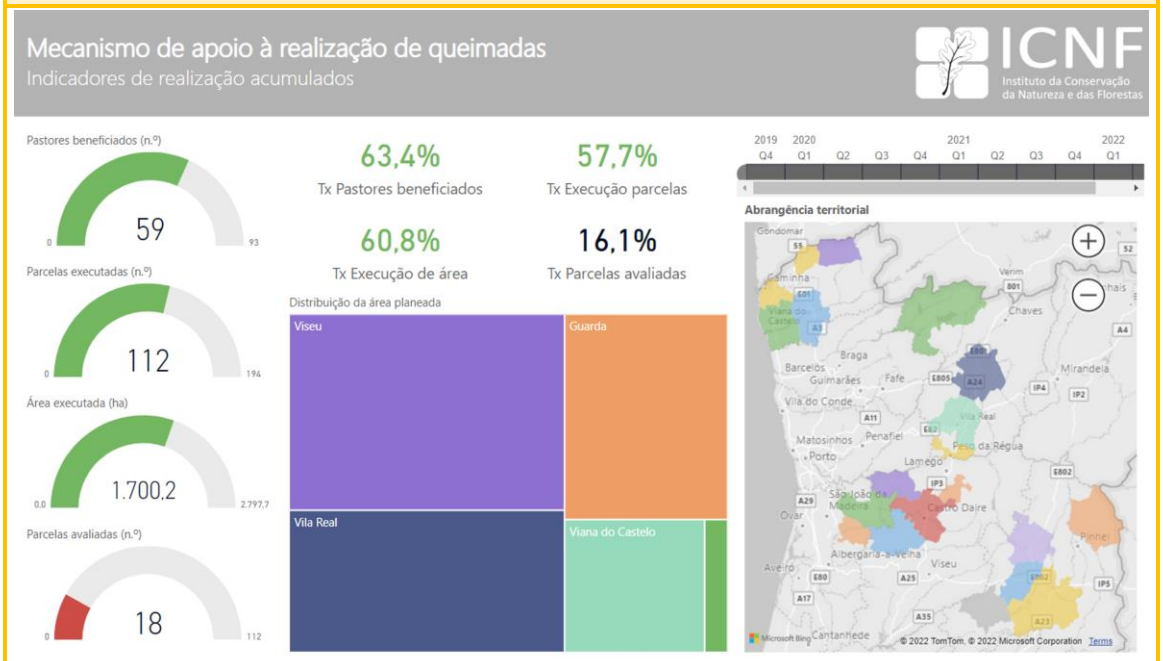
Cartografia correlata:



Mapa: SGIF, 2022, Pedidos Queimas/Queimadas e Ocorrências classificadas cod 125



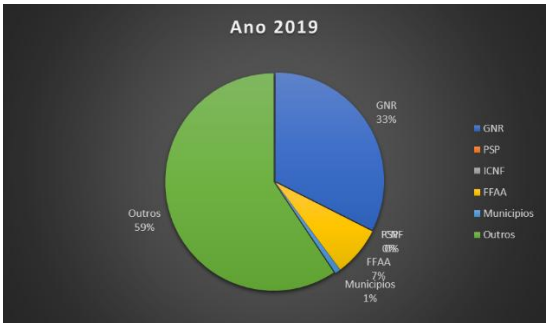
Mapa: Distribuição do REAP (DRAPC,2021) na Área Potencial de Fomento Silvo pastorícia na NUTIII da Região de Leiria

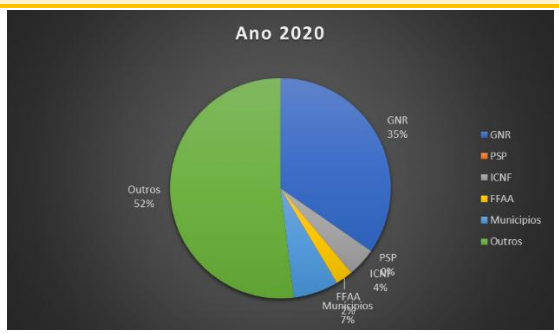
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Observações: Não aplicável à Região de Leiria.

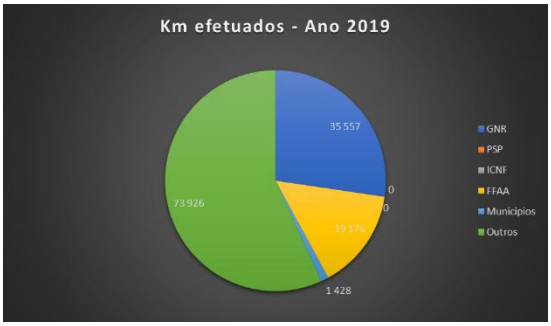
3.1.2.1 AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: *Objetivos do projeto:* Aumentar as ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas reduzindo o número de comportamentos de risco nestas áreas e garantindo capacidade dissuasora; a. Períodos críticos considerados: Foi considerado o período de **90 dias** por ano. b. Áreas rurais críticas: Na ausência de cartografia especializada, o mapeamento das áreas críticas, terá por base a mais atualizada em cada ano. Começará tendo por base a definição de **freguesias prioritárias**, no entanto, podendo vir a ser adotada cartografia especializada (carta de perigosidade) ou as APPS (áreas prioritárias de prevenção e segurança – art.º 42.º SGIFR).
Situação de Referência: a. Ações de vigilância desenvolvidas:

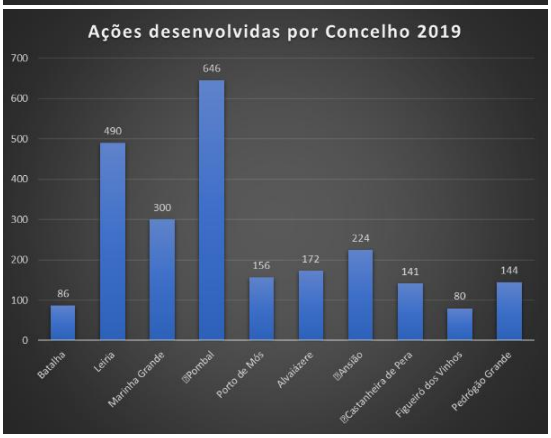
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS





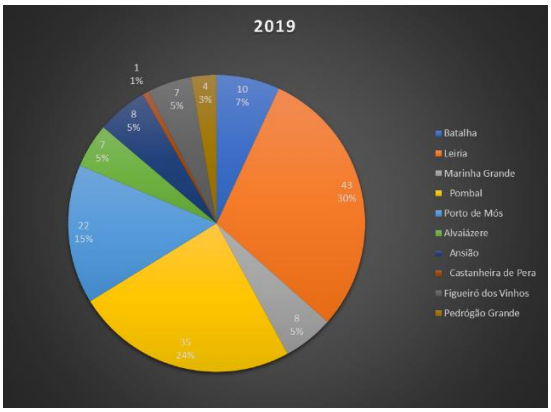


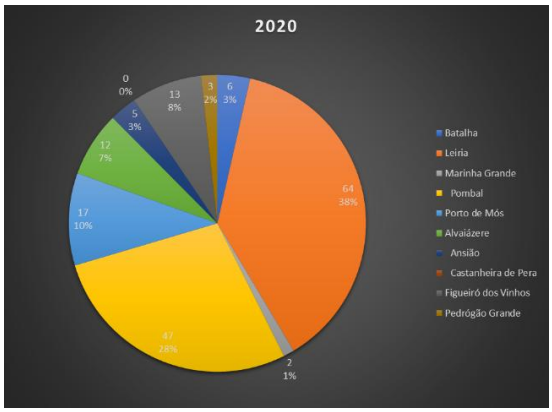






b. Ignições 01JUL a 30SET

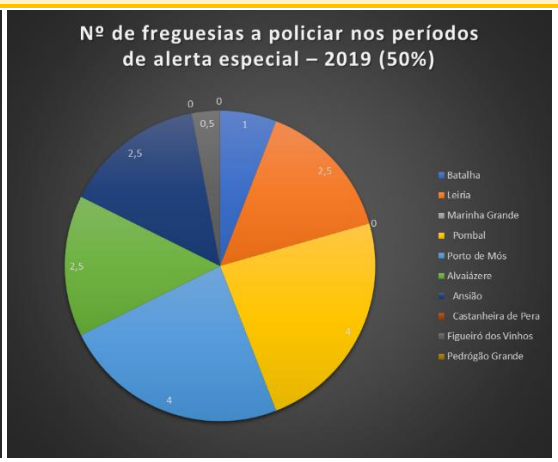




c. Território a vigiar – 2019

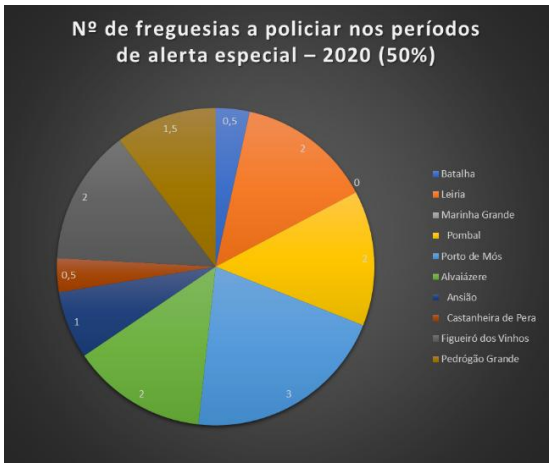
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS





c. Território a vigiar - 2020





Indicador(es) de Referência:

• N.º de ações de vigilância em dias de alto risco (FWI muito alto e extremo) em áreas críticas vs. N.º de ignições verificadas.

• Grau de cobertura do território a vigiar nas áreas críticas (art.º 41.º e 42.º do SGIFR) e nos períodos de estado de alerta especial

Outros Indicadores de Execução:

Nada a referir.

Valores de Referência:

Descritivo	Quantidades	Valores Unitários	Sub-Totais
Ações de vig. em períodos/áreas críticas	545	290 €	158 050 €
KIT Vig Aérea - UAV	2	100 000 €	200 000 €

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Buggy	2	30 000 €	60 000 €
Bicicletas Elétricas	4	5 000 €	20 000 €
Viaturas TT	2	40 000 €	80 000 €
		Sub-Tot Func.	158 050€
		Sub-Tot Invest.	360 000 €
		TOTAL	518 050 €

Metas:

26-30: 60% de cobertura do território das freguesias prioritárias

26-30: - 5% das ignições verificadas

26-30: 8 simulacros

26-30: 8 planos de coordenação de vigilância• 2022-2030: 8 planos de coordenação de vigilância

Fontes de informação:

ICNF, PSP, AGIF, FFAA, C.M. Marinha Grande.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas

3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios

3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade

3.1.2.2 Presença das Forças Armadas nas áreas críticas

4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais

Cartografia correlata:

Áreas rurais críticas: na ausência de cartografia especializada, o mapeamento das áreas críticas, terá por base a mais atualizada em cada ano. Começará tendo por base a definição de freguesias prioritárias, no entanto, podendo vir a ser adotada cartografia especializada (carta de perigosidade) ou as APPS (áreas prioritárias de prevenção e segurança – art.º 42.º SGIFR).

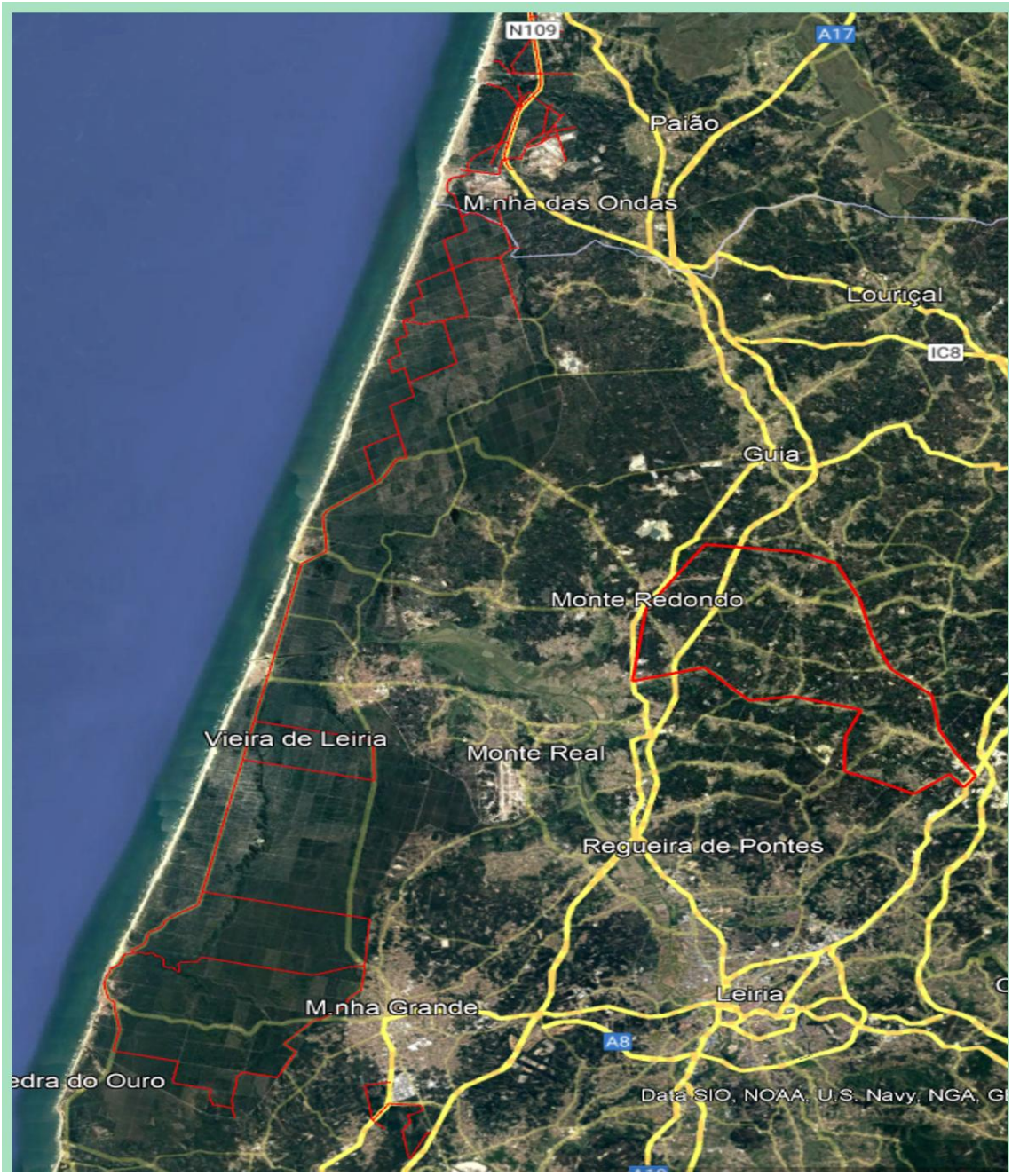
Observações:

Não aplicável.

3.1.2.2 PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: 1. As FFAA colaboram na vigilância e deteção e asseguram a presença dissuasora em áreas protocoladas com o ICNF (Protocolo FAUNOS), com a ANEPC, com autarquias locais e com entidades intermunicipais, em coordenação com da GNR; 2. Foram identificadas as áreas críticas e os recursos humanos e materiais necessários; 3. Garantida a presença nas áreas críticas, com um aumento de 5% ao ano, até 2028.
Situação de Referência:
Indicador(es) de Referência: • Variação da área ardida; • Variação do número de incêndios rurais; • Número de incêndios rurais em áreas sobre vigilância; • Número de ações de vigilância.
Outros Indicadores de Execução:
Valores de Referência: Sem Financiamento.
Metas: • Aumento de 5% de presença nas áreas críticas até 2028; • Presença em 80% das áreas críticas em 2028.
Fontes de informação: GNR, ICNF, ANEPC.
Outros projetos correlacionados a nível regional: 3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas 4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais
Cartografia correlata: Enquadramento da Sub-região de Leiria

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS



Área abrangida pelo Plano Faunos

- Mata Nacional de Leiria
- Mata Nacional do Urso
- Mata Nacional Casal da Lebre
- Mata Nacional do Valado dos Frades

Observações:

Não aplicável.

3.1.2.3 REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Objetivo geral

Avaliar e implementar de forma integrada sistemas de vigilância inovadores (terrestres e aéreos) que respondam às necessidades da cobertura do território, fiabilidade e eficiência, integrando soluções e diferentes entidades, incluindo privados, que permitam a melhoria da capacidade de resposta às necessidade de prevenção, combate e controlo de incêndios em Portugal reduzindo o número de comportamentos de risco.

Cadeia de processos

Este Projeto pertence à fase de Pré-Supressão da Cadeia de processos do SGIFR visando a modificação de comportamentos através da Cobertura de vigilância nas áreas críticas.

As ações vigilância e deteção e coordenação da vigilância desenvolvem-se no âmbito das missões atribuídas à Guarda Nacional Republicana (Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de Outubro e DIVDIR).

Plano de ação

a. Objetivos

Implementação de um Sistema integrado de vigilância eficiente que permitam a melhoria da capacidade de resposta à necessidade de prevenção, combate e controlo de incêndios.

b. Intervenção

Analisar os sistemas de vigilância e deteção de incêndios rurais em utilização, identificar os principais constrangimentos e oportunidades de melhoria e avaliar as possíveis soluções de melhoria e estimar os respetivos custos (em curso pelo grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais, constituído pelo Despacho n.º 10421/2021, de 18 de outubro de 2021).

Garantir a implementação do plano de atualização dos sistemas vigentes e de implementação dos novos sistemas de vigilância e deteção de incêndios, com foco nas áreas rurais mais críticas, com identificação de metas, orçamento e fontes de financiamento, resultante do grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais.

Complemento da Rede de Vigilância e Deteção de Incêndios com vista à melhoria da sua eficiência e cobertura integral do território com especial incidência nas áreas mais críticas, através da introdução de novos equipamentos e meios.

Melhoria da capacidade da Rede de Postos de Vigia, através da aquisição de equipamentos e beneficiação das instalações

c. Calendarização/Cronograma

O projeto decorre no período temporal de 2026 a 2030, nos termos definido nos Programa Nacional de Ação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 27 de maio de 2021) condicionado ao planeamento resultante do grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais (Despacho n.º 10421/2021, de 18 de outubro de 2021).

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

d. Principais resultados esperados

• Integração na vigilância de áreas críticas, melhorando a eficiência na identificação de riscos.

• Redução do tempo de deteção e comunicação para despacho.

• Melhoria da capacidade de resposta e combate a fogos rurais.

e. Iniciativas/Medidas

• Analisar os sistemas de vigilância que estão a ser utilizados atualmente e identificar principais constrangimentos/oportunidades de melhoria (em curso pelo grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais).

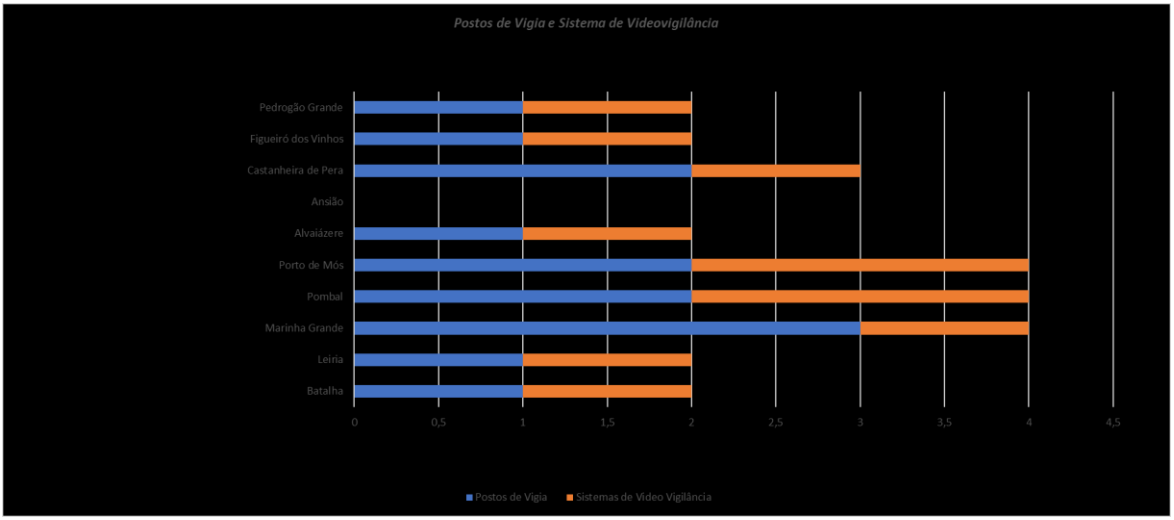
• Avaliar quais as soluções de possível implementação (*e.g*. tecnologia, viaturas, serviços, infraestruturas) e efetuar uma análise *benchmark* para ver as melhores práticas de outros países (em curso pelo grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais).

• Definir um plano de implementação dos novos sistemas de vigilância, com foco na priorização das áreas rurais mais críticas (produto a obter do grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais).

• Comunicar com as várias entidades envolvidas por forma a garantir o seu alinhamento com a rede de vigilância e deteção de incêndios.

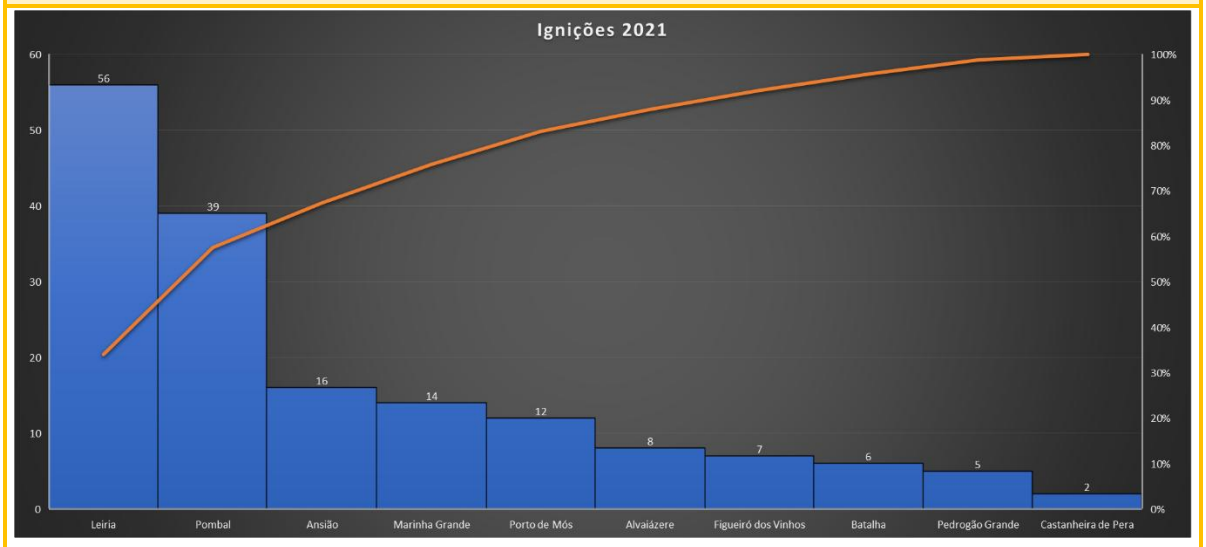
Situação de Referência:

Postos de Vigia e Sistema de Videovigilância por concelho:

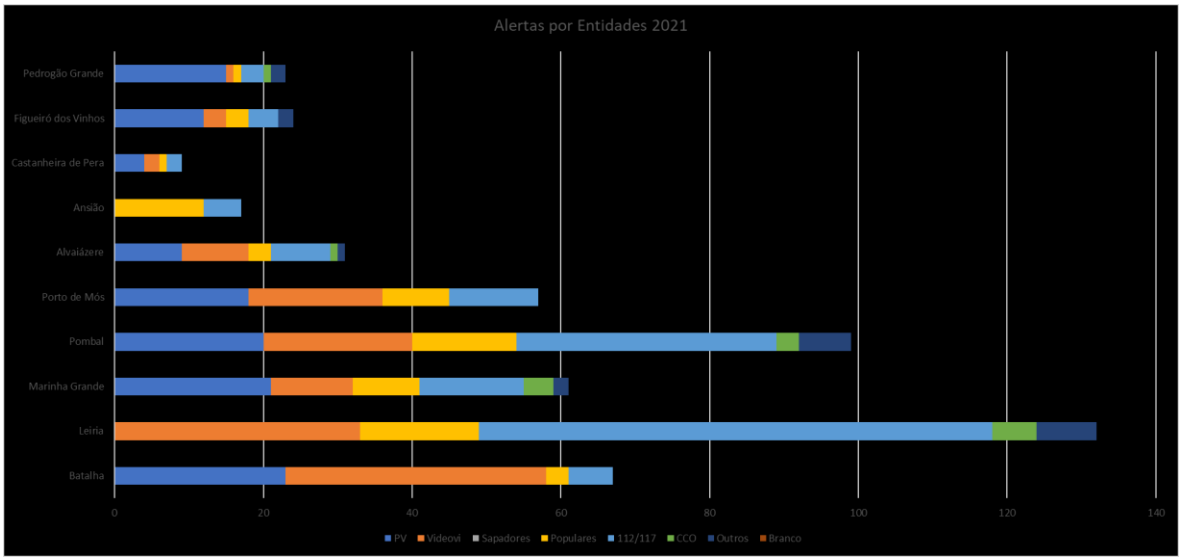


Ignições 2021 por Concelho:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS



Alertas por entidades 2021:



Indicador(es) de Referência:

Número de alertas por tipo de dispositivo.

Proporção de deteções por RVDI e entidades com missões de vigilância.

Taxa de erro de deteção.

% do território vigiado pela RVDI.

% de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional.

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

1.244.693,20 €

(A este valor acrescem os custos necessário para garantir a implementação do plano de atualização dos sistemas vigentes e de implementação dos novos sistemas de vigilância e deteção de incêndios, com foco nas

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

áreas rurais mais críticas (a definir nos termos do resultante do grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais)

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Média anual	Meta final
RVDI com sistema integrado vigilância	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	
% de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
% do território com sistema de vigilância eficiente				-	-	-	60%	70%	80%	90%	100%	+10%	100%

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Média anual	Meta final
RVDI com sistema integrado vigilância	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	
% de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
% do território com sistema de vigilância eficiente				-	-	-	60%	70%	80%	90%	100%	+10%	100%

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Média anual	Meta final
RVDI com sistema integrado vigilância	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	
% de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
% do território com sistema de vigilância eficiente				-	-	-	60%	70%	80%	90%	100%	+10%	100%

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Média anual	Meta final
RVDI com sistema integrado vigilância	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	
% de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
% do território com sistema de vigilância eficiente				-	-	-	60%	70%	80%	90%	100%	+10%	100%

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Média anual	Meta final
RVDI com sistema integrado vigilância	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	
% de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
% do território com sistema de vigilância eficiente				-	-	-	60%	70%	80%	90%	100%	+10%	100%

ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Média anual	Meta final
RVDI com sistema integrado vigilância	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	
% de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional	-	-	-	-	-	-	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
% do território com sistema de vigilância eficiente				-	-	-	60%	70%	80%	90%	100%	+10%	100%

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Ação	Período	Valor anual	Valor Total	Fonte Financiamento
Contratação de 12 operadores para guarnição de 3 postos de vigia da rede primária		€67 061,52	€335 307,60	OE
Contratação de 44 operadores para guarnecer 11 postos de vigia da rede secundária		€162 557,56€	€812 785,60	OE
Realização de ações de formação aos 56 operadores dos Postos de Vigia	2026 - 2030	€ 2 800	€ 14 000	PRA
Reparação7Beneficiação das 14 infraestruturas da Rede de Postos de Vigia			€ 70 000	PRA
Aquisição de 14 monóculos com bússola digital integrada			€ 5 600	PRA
Aquisição de 14 binóculos de visão noturna			€ 4 200	PRA
Aquisição de 14 binóculos "clássicos"			€ 2 800	PRA
Contratação de 12 operadores para guarnição de 3 postos de vigia da rede primária			€2 800	PRA
		TOTAL	**€1 244 693,20**	

Metas:

- 2030: 100% do território com sistema de vigilância eficiente:
- 2022: 5% da RVDI com sistema integrado vigilância.
- 2024: 50% da RVDI com sistema integrado de vigilância.
- 2030: % de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional.

Fontes de informação:

ANEPC, ICNF, AGIF, FFAA e CIM.

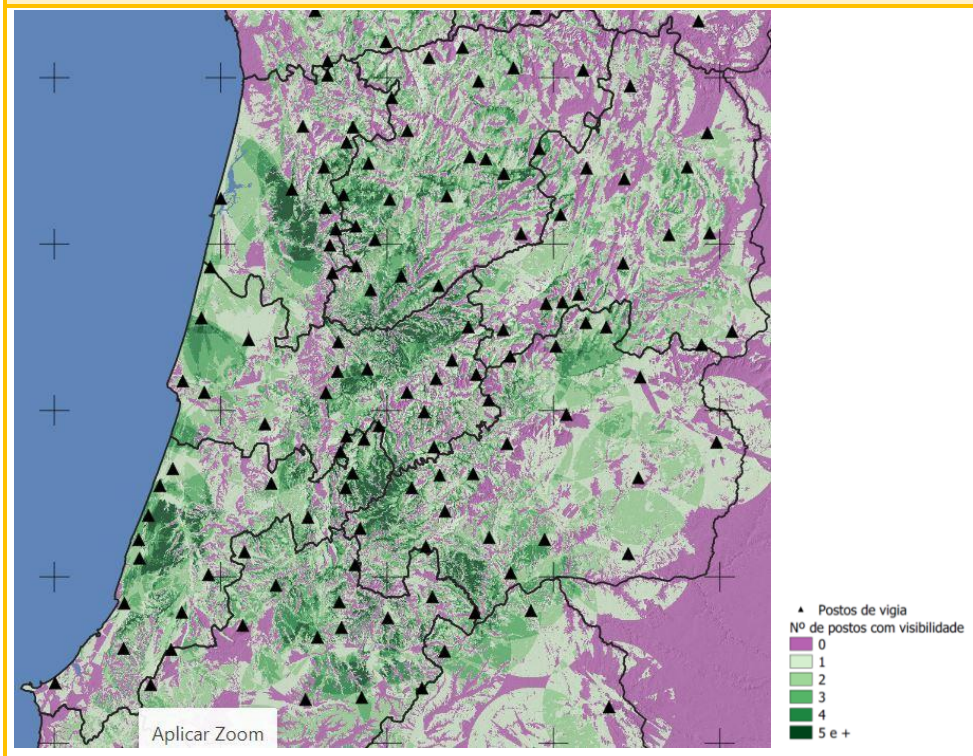
Outros projetos correlacionados a nível regional:

P 3.1.2.1 Ações de Vigilância em Períodos e Áreas Rurais Críticas – os dois projetos complementam-se e contribuem conjuntamente para a eficiência da deteção e redução dos comportamentos de risco. A coordenação das ações vigilância terá sempre que considerar a melhor cobertura de zonas sombra, garantindo redundância positiva nas áreas críticas. Os meios empenhados na vigilância contribuem em simultâneo para o cumprimento das metas dos dois projetos.

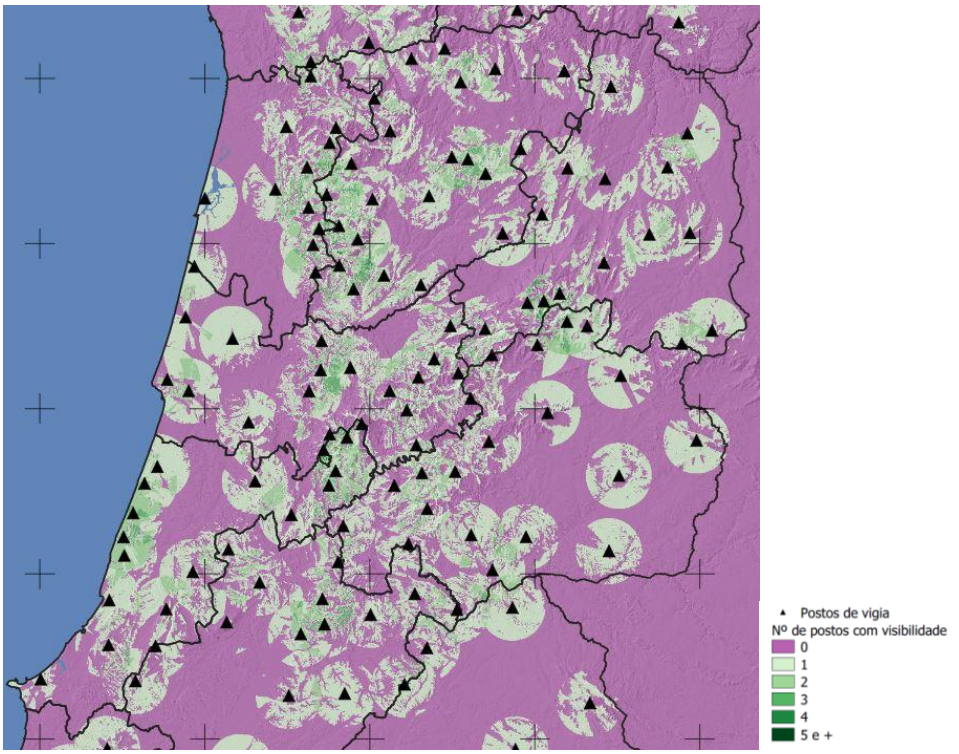
Cartografia correlata:

Intervisibilidade 20km - Visibilidade cruzada dos postos de vigia, no caso duma visibilidade horizontal da atmosfera de 20km

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

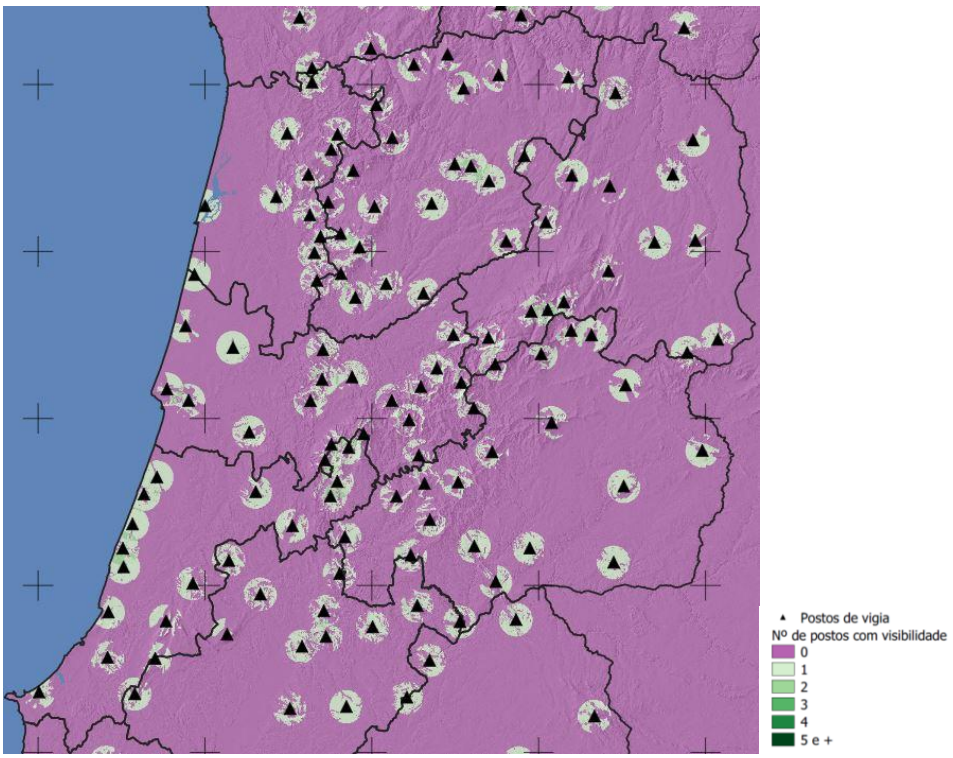


Intervisibilidade 10km - Visibilidade cruzada dos postos de vigia, no caso duma visibilidade horizontal da atmosfera de 10km



PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Intervisibilidade 5km - Visibilidade cruzada dos postos de vigia, no caso duma visibilidade horizontal da atmosfera de 5km



Observações:

Não aplicável.

3.1.3.3 INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Com o principal objetivo de conhecer as causas para melhor mitigar o fenómeno, pretende-se, aos vários níveis territoriais, identificar as principais causas de incêndio e monitorizar a evolução dos incêndios por causa.

Situação de Referência:

ZONA CENTRO	Nº de ocorrências de incêndios	Incêndios investigados	Incêndios INVESTIGADOS com causa determinada (taxa de investigação conclusiva)
Soma de 3 anos (2019, 2020, 2021)	4618	4618	4618
Média de 3 anos (2019, 2020, 2021)	2257	2106	1539
%		93%	73%

ZONA CENTRO	Elementos ao serviço da proteção ambiental	Elementos ao serviço da proteção ambiental com curso de Investigação de causas de Incêndio	% Efetivos com curso de Investigação de causas de Incêndio
2022	37	28	76%

Indicador(es) de Referência:

- Número de incêndios por causa;
- Variação do número de incêndios por causa;
- Número de causas determinadas por incêndio investigados.

Outros Indicadores de Execução:

Não aplicável.

Valores de Referência:

128 820,00 €

Metas:

- 22-30: 100% Taxa da investigação das causas de incêndio em ocorrências >= 1ha
- 22-30: 80% Taxa de investigação conclusiva
- 22-30: 100% Taxa de elementos que executam a investigação e determinação de causas de incêndios rurais com capacitação e atualização de conhecimentos

Fontes de informação:

PJ, ICNF E PSP

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.1.3.1 - Enquadramento jurídico em regime penal

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
3.1.2.1 – Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas
Cartografia correlata: Não aplicável.
Observações: Não aplicável.

3.2.1.1 COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Ao nível regional as sub-regiões efetuam em 2022 um levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do Sistema, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco. Os resultados obtidos neste processo de monitorização que se concretiza no levantamento (a ser efetuado no último trimestre de 2022) do número de ações de comunicação /sensibilização com o respetivo levantamento de número de indivíduos impactados, será adotado como baseline para a meta nos anos seguintes. Através do entregável "Barómetro", com caráter bianual realizado em 2023,", no qual será avaliado o grau de perceção de risco e o grau de adoção de melhores práticas, serão obtidos os resultados dos indicadores de referência, que podem estar sujeitos a uma revisão anual.
Situação de Referência: -
Indicador(es) de Referência: a) Número de iniciativas de comunicação realizadas na região b) Número de pessoas impactadas pelas iniciativas da região c) Variação do n.º ocorrências com causa por negligência, face ao n.º de causas determinadas Estudo de impacto (Barómetro): d) % do grau de perceção do risco baseline 2023 e) % de grau de adoção de melhores práticas baseline 2023
Outros Indicadores de Execução:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

PT16F Região de Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Número de iniciativas de comunicação efetuadas pelas entidades	10%	2024	
Número de iniciativas de comunicação efetuadas pelas entidades	25%	2030	
Número de pessoas impactadas pelas iniciativas desenvolvidas pelas entidades anualmente, para a região.	na		
Número de pessoas impactadas pelas iniciativas desenvolvidas pelas entidades anualmente, para a região.	na		
Diminuição do n.º de ocorrências com causa por negligência face ao n.º de causas determinadas.	20%	2024	
Diminuição do n.º de ocorrências com causa por negligência face ao n.º de causas determinadas.	60%	2030	
Estudos de impacto (Barómetro) de âmbito nacional, com incidência regional e sub-naregional e 1 estudo em 2030 de avaliação da década.	6	2030	

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Número de iniciativas de comunicação efetuadas pelas entidades , relativamente a baseline de 2022					10%						25%			
Número de pessoas impactadas pelas iniciativas desenvolvidas pelas entidades anualmente, para a região.														
Diminuição do n.º de ocorrências com causa por negligência face ao n.º de causas determinadas.					20%						60%			
Estudos de impacto (Barómetro) de âmbito nacional, com incidência regional e sub-regional e 1 estudo em 2030 de avaliação da década.				1	1	1		1		1	1			

Valores de Referência:

Não tem orçamento declinado a nível regional.

Metas:

• 2024: 10 % face à *baseline* de 2022 (número de iniciativas de comunicação efetuadas pelas entidades)

• 2030: 25 % face à *baseline* de 2022 (número de iniciativas de comunicação efetuadas pelas entidades)

• 2024: Número de pessoas impactadas pelas iniciativas desenvolvidas pelas entidades anualmente, para a região.

• 2030: Número de pessoas impactadas pelas iniciativas desenvolvidas pelas entidades anualmente, para a região

Fontes de informação:

ANEPC, GNR, ICNF, FFAA, Privados, Municípios, PSP

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade

3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de emergência

3.2.1.4 Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco

3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco

Cartografia correlata:

Não aplicável.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Observações:
Não aplicável.

3.2.1.2 COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:
Pretende-se sensibilizar a população para a adoção de comportamentos mais seguros e uma proteção mais eficaz nas zonas rurais com especial enfoque nas áreas críticas e APPS.

Situação de Referência:
Nada a referir.

Indicador(es) de Referência:
• Ação de sensibilização local anual;
• Percentagem de cidadãos abrangidos pelas iniciativas
• Número des ações nas redes sociais e meios de comunicação social locais

Outros Indicadores de Execução:
Nada a referir.

Valores de Referência:
• 234 375,00 €

PT16F Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Ações de sensibilização local (Municipal)	50	2030	70.313
Múltiplas ações nas redes sociais e meios de comunicação social locai	100%	2030	46.875
Cidadãos abrangidos pelas iniciativas	80%	2030	

Metas:
• 2026-2030: 80% de alcance da população da região nas campanhas direcionadas, todos os anos, com campanhas de ações de sensibilização local e através de redes sociais das Entidades envolvidas.

Fontes de informação:
CIM, CCDR, DRAP, IFAP.

Outros projetos correlacionados a nível regional:
Não aplicável.

Cartografia correlata:
Não aplicável.

Observações:
Não aplicável.

3.2.1.3 COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Projeto que deve ser implementado em articulação com o nível nacional, mediante as informações específicas emanadas pelas autoridades e executado até ao final de 2024, segundo o PNA. Pretende-se capacitar as entidades nomeadamente os responsáveis operacionais, Agentes de PC, os SMPC's e os autarcas das CM e JF a efetuar uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência. Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contexto de crise, para melhor perceção da população da severidade dos eventos e adoção de comportamentos de segurança e de mitigação dos comportamentos de risco. Em contexto de emergência, importa separar o processo da comunicação/notificação operacional do contexto da comunicação/informação à população: Na notificação operacional entre entidades como os responsáveis autárquicos, APC e Organismos e Entidades de Apoio, o processo decorre do instituído nos respetivos planos de emergência na área de intervenção "Comunicações", agilizando a difusão de "Alerta" entre entidades atribuindo prioridades e instruções e procedimentos de atuação. Quanto ao processo de difusão de informação às populações, em contexto de emergência, prioridades de ação, procedimentos e instruções de coordenação na promoção da difusão de "Avisos" e informações úteis à população, decorre nos planos de emergência na área de intervenção da "Informação Pública".
Situação de Referência: Preparar a capacitação sub-regional, em comunicação de emergência / media training, em estreita articulação com o patamar nacional e de acordo com a respetiva programação, adequando a comunicação para atores locais (Autarcas; Agentes de Proteção Civil e Serviços Municipais de Proteção Civil). Acompanhar e promover, em articulação com o nível nacional, o processo formativo das entidades. As ações de capacitação deverão ser organizadas de forma a envolver todas as entidades alvo, que asseguram a comunicação em contexto de emergência com base: a) Número de ações de comunicação administradas aos representantes no biénio 2023-2024; b) Numa primeira fase (2023) serão capacitados os porta-voz de cada entidade com funções e responsabilidades no combate aos incêndios rurais; c) Segunda fase (2024) serão capacitados os substitutos dos porta-voz de cada entidade com funções e responsabilidades no combate aos incêndios rurais.
Indicador(es) de Referência: • Número de representantes institucionais por entidade (APC, SMPC e Autarcas das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia), com formação para comunicar em contexto de emergência.
Outros Indicadores de Execução:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

PT16 LEIRIA

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
2 elementos (1 porta-voz e 1 substituto) por Entidade com competência em comunicação em contexto de emergência	100%	2024	Orçamentação nacional 2 M€

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024		Total 2020-30	Média anual	Custo
Formação Média training autarcas.	-	-	-	4	4	-	100%		
Formação Média training Agentes de Proteção Civil	-	-	-	2	2	-	100%		
Formação Média training Serviços Municipais de Proteção Civil.	-	-	-	1	1	-	100%		

Valores de Referência:

A estimativa orçamental assenta nas despesas logísticas necessárias para comparticipação de deslocações, alimentação e material didático apenas na Sub-Região Leiria.

As ações de formação serão programadas e implementadas de acordo com o desenvolvimento do projeto de nível nacional, que decorrerá até 2024 segundo o PNA.

Metas:

2020-2030:

• 2024: pelo menos 2 elementos por entidade com formação em média training em comunicação em contexto de emergência;

• 2030: 100 % das entidades e respetivos representantes (APC, SMPC e Autarcas das CM e JF) com formação em comunicação em situação de emergência (formação media training em comunicação em situação de emergência).

Fontes de informação:

ANEPC, Autarquias (ANMP), GNR, PSP, ICNF, FFAA, CIM-RL

Outros projetos correlacionados a nível regional:

4.3.2.1 Adaptação do SGO às melhores práticas internacionais;

4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR.

Cartografia correlata:

Não tem cartografia: x

Observações:

Não aplicável.

3.2.1.4 FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: O grande objetivo da formação passa por garantir que a transmissão de informação e mensagens à comunidade sobre comunicação de risco é passada de forma clara e objetiva, sensibilizando sempre para a redução de comportamentos de risco. Para a realização da Formação dos Órgãos de Comunicação Social torna-se necessário, antes de mais, proceder ao levantamento do número de OCS em cada sub-região para que se possa definir, em consonância, o número de ações a realizar. Logo, o número de ações está diretamente associado à dimensão do território e ao número de OCS existentes na sub-região, e ao número de formandos a definir por sessão. Cada região tem a incumbência de fazer o levantamento dos órgãos de comunicação a nível regional, sub-regional, local e municipal em 2022, para que este documento sirva de orientação à estruturação e foco das formações. Todos os anos deverá ser revisto este documento, pois a perspetiva é que muitos dos OCS deixem de estar em funcionamento até 2030 fruto do aumento dos custos do papel e da existência do online.
Situação de Referência: Nada a referir.
Indicador(es) de Referência: • % de OCS por região • Número de ações de formação por região • % de profissionais de comunicação formados em comunicação de risco
Outros Indicadores de Execução: Nada a referir.
Valores de Referência: 100 000,00 € Não tem orçamento declinado a nível regional.
Metas regionais • % de OCS por região • Número de ações de formação por região • % de profissionais de comunicação formados em comunicação de risco **Metas sub-regionais** <u>% de OCS com formação</u> • 2022: 10% • 2024: 30% • 2030: 80% <u>Número de ações de formação por região</u> Assegurar a realização de 1 ação por ano até 2030.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

PT16F Região de Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
% de OCS formados por região (11 meios em 2022)	**10%**	**2022**	
% de OCS formados por região	**30%**	**2024**	
% de OCS formados por região	**80%**	**2030**	
Número de acções de formação por região	**9**	**2030**	

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
% de OCS formados por região (11 meios de OCS em 2022)			10%		30%						80%			
Número de acções de formação por região			1	1	1	1	1	1	1	1	1	9,0		
Número de profissionais de comunicação formados em comunicação de risco														

Fontes de informação:

ANEPC, ICNF, GNR, FFAA, PJ, CIM-RL

Outros projetos correlacionados a nível regional:

3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco

Cartografia correlata:

Não aplicável.

Observações:

Não aplicável.

3.2.2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Pretende-se incrementar a educação da população jovem para os perigos de incêndio rural e adoção de comportamentos responsáveis. Além de enriquecer a coesão do Plano Nacional de Educação com inclusão dos temas do Risco do Fogo.

Situação de Referência:

Na área de influência da CIMRL temos:

- Escolas/Agrupamentos de Escolas Públicas - 304
- Escolas Profissionais - 7
- Ensino Particular e Cooperativo - 18

População escolar no ensino público:

- Ensino pré-escolar - 4 684
- Ensino Básico - 20 754
- Ensino Secundário (CH + Profissionais) - 7 793

Totais alunos no ensino público: 33 231

Indicador(es) de Referência:

- N.º alunos participantes por ciclo de ensino;
- N.º ações de sensibilização à população escolar por ciclo de ensino;
- Percentagem de Escolas e/ou Agrupamentos com dia dedicado à temática dos fogos rurais/valorização da floresta/espaços rurais

Outros Indicadores de Execução:

Ano	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Jovens do Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)				15%	30%	30%	15%	10%	100%	20,0%	150.000,0
Jovens do ensino secundário				5%	15%	15%	10%	5%	50%	10,0%	0,0
Diagnósticos das iniciativas em curso nas Escolas/Agrupamento de Escolas				1	1	1	1	1	5	100%	N/A

Valores de Referência:

150 000,00 €

PT16F Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Jovens do Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)	100%	2030	150.000
Jovens do ensino secundário	50%	2030	
Diagnósticos das iniciativas em curso nas Escolas/Agrupamento de Escolas	25%	2026	N/A

Referências de cálculo	Valor anual de referência Regional	Ponderação PSA	Ponderação Distribuida	N.º Concelhos	Valor ano/ Concelho	Valor 2026/ 2030	Total de referencia
Jovens do Ensino Básico (1º, 2º e 3º Ciclo)	300.000 €	10%	50%	10	1.500,00 €	7.500,00 €	150.000,00 €
Jovens do ensino secundário		10%	50%	10	1.500,00 €	7.500,00 €	

Metas:

- 2026-2030: 100% das Escolas e/ou Agrupamentos organizam pelo menos duas atividades por ano.
- 2026-2030: 70% dos jovens até ao 3.º Ciclo do Ensino, *idem.*
- 2026-2030: 50% dos jovens do ensino secundário uma participação anual.

Fontes de informação:

AGIF, ICNF, CIMRL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Outros projetos correlacionados a nível regional: Não aplicável.
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: Não aplicável.

II.4 – GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.1.1.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Regional:

Potenciar a integração das redes de estações meteorológicas automáticas implementadas ao nível sub-regional, assegurando a sistematização e o fornecimento de dados meteorológicos à autoridade nacional nos domínios da meteorologia.

Sub-regionais:

Integrar os dados meteorológicos com origem em redes de observação de gestão externa ao IPMA nos sistemas de arquivo, vigilância e disseminação do IPMA. Complementar a cobertura da rede de observação meteorológica do IPMA e integrar mais informação no cálculo dos índices meteorológicos de perigo de incêndio.

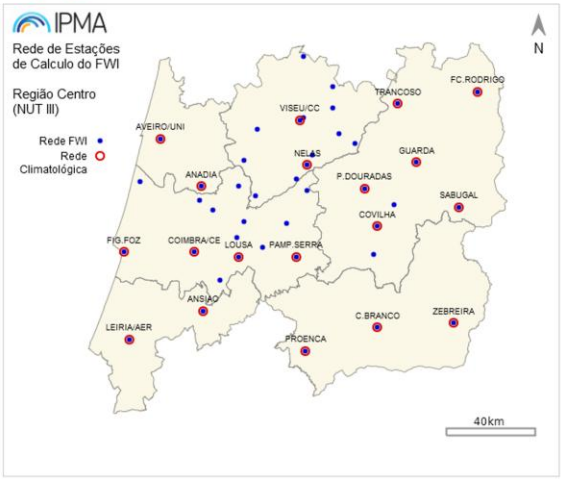
Ações:

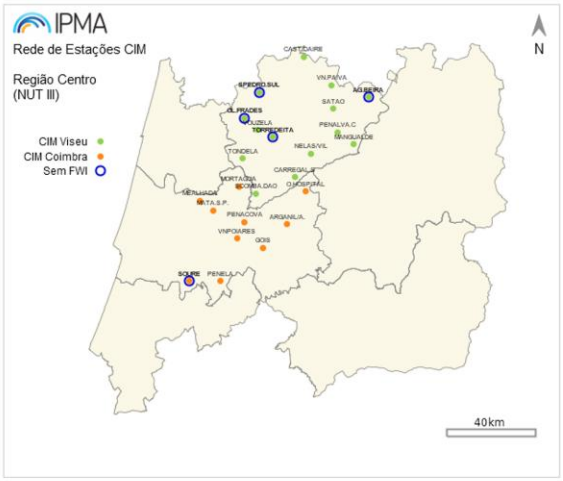
- Em colaboração com a AGIF foi efetuado o levantamento, a nível nacional, das redes privadas existentes e/ou planeadas.
- Foram estabelecidos protocolos e elementos de contacto com as entidades responsáveis pela gestão e planeamento dessas redes e foram criados grupos de trabalho para avaliar cada uma das redes.
- Foram estabelecidos procedimentos de apoio ao desenvolvimento das redes regionais, nomeadamente na avaliação dos locais para instalação de novas estações tendo em conta os requisitos em relação aos elementos observados, as condições de exposição dos sensores e a complementaridade à rede operacional do IPMA.
- Foi estabelecida uma metodologia de avaliação das redes de observação, considerando:
    - Distribuição geográfica das estações meteorológicas;
    - Condições de exposição dos sensores;
    - Parâmetros meteorológicos observados (temperatura, humidade, vento, precipitação, radiação, …);
    - Aquisição, transmissão e arquivo dos dados, frequência de amostragem.
- Foram estabelecidos internamente procedimentos para a integração dos dados no sistema operacional de processamento e arquivo e nas plataformas operacionais de monitorização e vigilância.

Situação de Referência:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Distribuição espacial das estações, localizadas na região Centro, incluídas nos procedimentos operacionais de cálculo dos índices meteorológicos de perigo de Incêndio em 2022.





Redes CIM integradas no IPMA na cadeia de processamento das observações de superfície, 2022.

A colaboração e articulação com o trio de suporte ao nível regional tem sido reduzida, por múltiplas razões, mas o IPMA espera no futuro próximo incrementar essa colaboração considerando muito relevante o conhecimento da realidade local detido pelas várias entidades.
Existe também total abertura do IPMA para, na medida das suas possibilidades, colaborar com as entidades que constituem o trio de suporte em qualquer atividade na qual se considere ser uma mais valia o conhecimento nos domínios da sua especialidade.

Indicador(es) de Referência:

- Número de estações meteorológicas avaliadas.
- Número de estações integradas nos sistemas de monitorização e vigilância.
- Número de estações integradas na rede de cálculo dos índices meteorológicos de perigo de incêndio.

Outros Indicadores de Execução:

Nada a referir.

Valores de Referência:

O orçamento do IPMA foi definido no âmbito do PNA e não está descriminado ao nível regional.

Metas:

- Avaliação e integração de estações meteorológicas das redes geridas pela CIM Coimbra, Viseu Dão Lafões e instalação de novas estações nas outras sub-regiões.
- Capacitação dos gestores das redes privadas.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

PT16 Centro

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Resultado esperado Integração de dados de redes de observação meteorológica externas ao IPMA no sistema operacional de processamento e arquivo do IPMA, nos produtos de monitorização e vigilância e no cálculo dos índices meteorológicos de perigo de incêndio.	Aumentar a densidade da rede de observação meteorológica de superfície	2020-2030	Orçamento: O orçamento do IPMA foi definido no âmbito do PNA e não está descriminado ao nível regional.

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Levantamento das redes de estações privadas existentes		33,3			33,3			33,3				100		
Protocolos de partilha de dados		100,0			100,0			100,0						
Avaliação das redes existentes		33,3	33,3	33,3	33,3	33,3	33,3	33,3	33,3	33,3				
Integração de estações nos sistemas de processamento e arquivo		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				
Integração nas plataformas de monitorização e vigilância		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				
Integração de novas estações nos procedimento de cálculo dos índices de perigo de incêndio		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				
Total														

Fontes de informação:
IPMA, AGIF, ANEPC, ICNF, GNR, FFAA, CIMs

Outros projetos correlacionados a nível regional:
Nada a referir.

Cartografia correlata:
Nada a referir.

Observações:
Nada a referir.

4.1.2.1 CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:
A existência do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) é o referencial de enquadramento prévio ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (GIFR) que este pretende substituir. Tal significa:

a) A criação da Comissão Nacional de GIFR;
b) A criação das novas Comissões (Regional e Sub-regionais) de GIFR;
c) A extinção das Comissões Municipais de DFCI e a criação das novas Comissões Municipais de GIFR;
d) O Decreto-Lei nº 82/2021 entrou no dia seguinte à sua publicação a 13 de outubro nas suas secções II Governança e III Planeamento

O presente projeto trata da alínea b) no que à criação da CRGIFR diz respeito.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Situação de Referência:

Nada a referir.

Indicador(es) de Referência:

• Constituição da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais Região de Leiria

Outros Indicadores de Execução:

Nada a referir.

Valores de Referência:

Sem orçamento

O funcionamento das Comissões de GIFR é assegurado pelas entidades que aceitaram participar e está previsto no DL nº82/2021 (nº5 do art.º 25º).

Metas:

2021 é a primeira meta regional com:

a) constituição da Comissão Gestão Integrada de Fogos Rurais da Região de Leiria, antes dos três meses pós publicação do DL nº 82/2021

2030 é a última meta e corresponde:

b) CSrGIFR em funcionamento

PT16 Centro

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
CRGIFR Centro constituída	1	2021	0,0
CRGIFR Centro em funcionamento	1	2030	0,0

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
CRGIFR Centro constituída		1,0										1,0		0,0
CRGIFR Centro em funcionamento											1,0	1,0		0,0

Fontes de informação:

AGIF e todas as entidades.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução

Cartografia correlata:

Nada a referir.

Observações:

Nada a referir.

4.1.2.2 PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Pressupõe o levantamento das necessidades do território regional e a definição de prioridades através da elaboração de um estudo prévio, no qual se identificam os requisitos da cadeia de processos, ao nível: • Recursos humanos • Equipamentos • Distribuição por ordem de prioridades O caderno de encargos para a elaboração deste estudo encontra-se em fase de contratação, com efeitos materiais no 2ª semestre de 2022. O resultado do estudo prévio servirá de baseline para o planeamento. Os entregáveis seriam: 1º) Estudo prévio/relatório do levantamento das necessidades de carácter anual 2º Diretriz operacional com matriz de rácios de cobertura do território por dispositivo *POSIT* T0 no 2º semestre de 2022, resultado do relatório anual de levantamento das necessidades de recursos
Situação de Referência: Nada a referir.
Indicador(es) de Referência: • Número de recursos necessários por região e tipo • Financiamento necessário para o funcionamento
Outros Indicadores de Execução: Nada a referir.
Valores de Referência: Sem orçamento declinado à escala regional.
Metas: • 2022: estudo prévio realizado • 2022-2030: avaliação anual pós campanha (3ºT) • 2022-2030: % de necessidades colmatadas anualmente • 2022-2030: relatório de necessidades pré-campanha anual

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

PT16 Centro

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Realização de um estudo prévio	1	2022	
Avaliação anual pós campanha	9	2030	
% Necessidade colmatadas anualmente	100%	2030	
Relatorio de necessidade pré-campanha	9	2030	

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Realização de um estudo prévio			1,0									1,0		
Avaliação anual pós campanha			1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	9,0		
% Necessidade colmatadas anualmente											100%			
Relatorio de necessidade pré-campanha			1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	9,0		

Fontes de informação:
ANEPC, ICNF, GNR, FFAA

Outros projetos correlacionados a nível regional:
4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais

Cartografia correlata:
Nada a referir.

Observações:
Nada a referir.

4.1.2.3 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:
Se no projeto 4.1.2.1 se tratava da constituição das Comissões de GIFR dos diferentes níveis em substituição das Comissões de DFCI, neste projeto trata-se da elaboração dos novos instrumentos de planeamento. Tal significa:

a) A elaboração do Programa Regional de Ação GIFR;
b) A elaboração dos Programas Sub-regionais de Ação de GIFR;
c) A elaboração dos Programas Municipais de Execução de GIFR;
d) O Decreto-Lei nº 82/2021 prevê a vigência dos Planos Municipais de DFCI até à aprovação dos PME de GIFR até ao limite de 31 de dezembro de 2024.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

O presente projeto diz respeito apenas à alínea b) elaboração do PSA e à alínea c) quanto ao acompanhamento dos PME (por acompanhamento entende-se emissão de pareceres prévios e monitorização da sua execução).

Situação de Referência:

a) Situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: na

b) Execução do biénio 2020-2021 para o projeto : Aprovado em 8 de Junho de 2021 o PNA

Indicador(es) de Referência:

- Programa Regional de Ação de GIFR aprovado
- número de pareceres emitidos em relação aos Programas Sub-regionais de Ação de GIFR
- número de PSA monitorizados
- % de execução financeira dos projetos chave

Outros Indicadores de Execução:

Nada a referir.

Valores de Referência:

Sem orçamento

A elaboração é feita pelas entidades que aceitaram participar na CRGIFR e está previsto no DL nº82/2021 (nº5 do art.º 25º).

Metas:

2022:

a) O Programa Regional de Ação de GIFR aprovado;

b) Seis (6) Programas de Ação Sub-regionais de GIFR com parecer emitido;

2025:

c) Um (1) PRA de GIFR em execução, monitorizado e avaliado;

d) Seis (6) Programas de Ação Sub-regional de GIFR em execução e monitorizados anualmente;

e) 50% de execução nos projetos chave

2030:

f) Um (1) PRA implementado, monitorizado e avaliado

g) Seis (6) PSA monitorizados

h) 90% de execução financeira nos projetos chave

PT16 Centro

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
PSA aprovado	1	2022	0
Pareceres PME	10	2024	0
PSA implementado, monitorizado e avaliado	1	2025	0
PME monitorizado	10	2025	0
% de execução financeira em projetos chave	50	2025	0
PSA implementado, monitorizado e avaliado	1	2030	0
PME monitorizado	10	2030	0
% de execução financeira nos projetos sub-regionais	90	2030	0

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
PSA aprovado			1,0											
Pareceres PME					10									
PSA em execução, monitorizado e avaliado						1,0						1,0		0,0
PME em execução e monitorizado						10						10		0,0
% de execução financeira em projetos chave						50%					1,0	1,0		0,0
PME imlementado e monitorizado											10	10		0,0
PSA implementado, monitorizado e avaliado											1,0	1,0		0,0
% de execução financeira nos projetos chave											90%	90%		0,0
Total														

Fontes de informação:
ANEPC, ICNF, GNR, FFAA, CIM, Municípios

Outros projetos correlacionados a nível regional:
Nada a referir.

Cartografia correlata:
Nada a referir.

Observações:
Nada a referir.

4.1.2.4 NORMAS TÉCNICAS E DIRETIVAS OPERACIONAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:
Pretende-se com este projeto garantir a uniformização da execução do planeamento por parte das entidades do SGIFR a nível local, reduzindo diferenças de implementação e assegurando uma coesão da segurança do território.
Pressupõe que as normas técnicas e diretivas operacionais estejam definidos e atualizados em 2022 para dar respostas à região, tendo por base orientações claras e uniformes para todo o país às diferentes escalas, assegurando alinhamento e integração
Monitorizar (sem atuação), verificar se as normas e diretrizes estão a ser implementadas e se dão resposta às necessidades do território regional, prevendo-se uma atualização das normas, no decurso do processo de melhoria continua.
Informação sobre a DON do ano seguinte.
As metas são as do PNA com monitorização a nível regional.

Os entregáveis seriam:
1º) Proposta de adequação da DON anual
2º) Diretiva Prevenção
3º) Normas técnicas e diretivas operacionais

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Situação de Referência:

- A situação de referência t0 para o projeto
- A execução do biénio 2020-2021 para o projeto

Indicador(es) de Referência:

• Número de documentos produzidos a nível regional

• Número de processos definidos a nível regional

Outros Indicadores de Execução:

• Nº de avaliações e atualizações das diretivas operacionais de natureza técnica e operacional

Valores de Referência:

Sem orçamento declinado à escala regional

Metas:

• Anual - 2020-2030: Atualização das normas no decurso do processo de melhoria contínua.

• Anual - 2020-2030: Informação sobre a DON do ano seguinte.

PT16F Região de Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Atualização das normas no decurso do processo de melhoria contínua		2030	
Informação sobre a DON do ano seguinte		2030	

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Atualização das normas no decurso do processo de melhoria contínua	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0			
Informação sobre a DON do ano seguinte	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0			

Fontes de informação:

A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF /Entidades do SGIFR

Outros projetos correlacionados a nível regional:

4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do sistema de gestão integrada dos fogos rurais

4.1.2.3 Elaboração dos programas e ação e de execução

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

Nada a referir.

4.1.3.1 ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

Medida de caráter anual, anexada ao OE e dependente da sua aprovação.

Visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro na região, através da visão integrada do plano de ação.

Situação de Referência:

- A situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019
- A execução do biénio 2020-2021 para o projeto

Indicador(es) de Referência:

• % de execução orçamental no ano anterior;

• Valores de investimento e operação, em euros, para o ano seguinte.

Outros Indicadores de Execução:

Nada a referir.

Valores de Referência:

Sem custo ou orçamento associado/identificado.

Metas:

• 2020-2030 (anual): Prazo para a entrega do orçamento OE.

• Anualmente (com visão plurianual): 2ª trimestre entrega das necessidades do território (Valores de investimento e operação, em euros, para o ano seguinte).

PT16F Região de Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Percentagem de realização orçamental no ano anterior	100	2030	
Valores de investimento e operação, em euros, para o ano seguinte		2030	

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Percentagem de realização orçamental no ano anterior			100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%			
Valores de investimento e operação, em euros, para o ano seguinte														

Fontes de informação:

CIM-RL, ANEPC, ICNF, GNR, FFAA, IPMA, ANMP

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Outros projetos correlacionados a nível regional: 4.1.3.2 Mapeamento e mobilização de fontes de financiamento
Cartografia correlata: Nada a referir.
Observações: Nada a referir.

4.2.2.1 SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Definir e implementar um sistema de monitorização para todas as equipas operacionais envolvidas no SGIFR que inclua a avaliação anual, contribuindo para a melhoria contínua do desempenho. Realização regional da monitorização e avaliação das equipas de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional. Monitorização de desempenho e grau de cumprimento à escala da região.
Situação de Referência: Sem existência de t(0): sistema não implementado.
Indicador(es) de Referência: a) Sistema de monitorização e avaliação integrado • Nº de sessões de avaliação por ano • Grau de cumprimento das diretivas operacionais
Outros Indicadores de Execução: Nada a referir.
Valores de Referência: 3 000 000,00€ (Nacional)
Metas: • 2T 2021: Sistema de monitorização e avaliação integrado implementado • 2020-2030: Número de reportes intercalares por ano • 2020-2030: Avaliação anual Serão as mesmas que definidas para o âmbito nacional. Proposta de reporte intercalar 3x ao ano: Janeiro-Abril, Maio-Agosto, Setembro-Dezembro.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

PT16F Região de Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referencia (€)
Implementação do Sistema	100%	2021	
Reportes Intercalares	3 anuais		
Avaliação Anual	1 anual		

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Implementação do Sistema		100%												
Reportes Intercalares			3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	27,0		
Avaliação Anual			1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	9,0		

Fontes de informação:
ANEPC, ICNF, GNR, FFAA, IPMA, CIM-RL

Outros projetos correlacionados a nível regional:
4.1.2.3 Sistema de Lições Aprendidas

Cartografia correlata:
Nada a referir.

Observações:
Nada a referir.

4.2.2.3 SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:
Enquanto ferramenta de um sistema de qualidade e de melhoria contínua, a capacidade de Lições Aprendidas (LA) permite sistematizar e divulgar informação dispersa de forma transversal e ainda valorizar e integrar no SGIFR as experiências e o conhecimento existentes ao nível das pessoas e de cada entidade, contribuindo para melhorar a gestão e capitalização do conhecimento nas entidades. As lições deverão ser abrangentes a todas as atividades do SGIFR, podendo ser produzidas no seguimento de operações, exercícios, formação e experiências positivas e/ou negativas.
Nesse sentido, pretende-se que as entidades nucleares do SGIFR, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF), e as outras entidades do SGIFR colaborem na implementação de uma capacidade de LA, num processo comum e interoperável, promovido e organizado pela Agência para a Gestão

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Integrada de Fogos Rurais (AGIF), com base na metodologia definida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte/JALLC (OTAN) e em uso pelo Exército Português, que simultaneamente assegure a capacidade e a possibilidade de gestão autónoma das etapas relativas ao processo dentro de cada organização.

O sistema de LA no âmbito do SGIFR consiste numa estrutura centralizada de gestão e para a qual, as estruturas de LA e/ou de Gestão da Qualidade das diferentes entidades, contribuem localmente com oportunidades de melhoria (e replicação de boas práticas) e lições identificadas, num processo dinâmico, partilhado e cooperativo.

A nível regional e sub-regional as entidades que integram a SGIFR são beneficiárias, pelo que não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das LA e promoção da utilização da capacidade.

Principais conceitos da Plataforma de LA:

a) Só se aplica às ocorrências dos operacinais em contexto de incêndios rurais (inclui toda a cadeia de valor desde a prevenção até à pós-supressão);

b) Acidente: ocorrência em que há registo de óbito;

c) Incidente: todas as ocorrências sem óbito;

d) Oportunidade de melhoria/registo: ato de carregamento de informação tida por relevante aquando da ocorrência feita pelo operacional ou outrém;

e) LA identificada: ocorrência registada, tida por relevante e que deu origem a uma proposta de procedimento de melhoria;

f) LA aprendida: é a incorporação nas entidades e no SGIFR das LA identificadas através dos procedimentos considerados aprovados (regulamento, normativo, diploma legal, etc.).

POSIT

Não existe sistema implementado ou equivalente

Situação de Referência:

• A situação de referência t0 para o projeto é zero por não haver sistema implementado nem equivalente

• A execução do biénio 2020-2021 para o projeto Desenvolvimento conceptual da plataforma de LA em curso a nível nacional.

Indicador(es) de Referência:

• Indicador de referência 1: % de acidentes em incêndios rurais identificados no sistema das LA do SGIFR.

Outros Indicadores de Execução:

• Indicador 1: Número de observações registadas na plataforma

• Indicador 2: Relatório regional dos registos e resultados da capacidade das lições apreendidas

Valores de Referência:

Sem orçamento atribuído a nível regional

Metas:

a) Plataforma de LA está testada e operacional (2023)

b) As entidades estão habilitadas para utilizar a plataforma; (2024)

c) 100% dos acidentes em incêndios rurais são registados na plataforma de LA; (2025)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

d) 25% dos incidentes são registados na plataforma de LA; (2025)
e) 100% dos quais tiveram uma resposta da plataforma de LA; (2025)
f) 100% dos acidentes em incêndios rurais registados deram origem a lições identificadas;
g) 50% das lições identificadas deram origem a lições aprendidas;
h) 100% dos incidentes são registados na plataforma das LA;
i) 50% dos quais dão origem a lições identificadas;
j) 50% das quais são lições aprendidas.

PT16F Região de Leiria

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referência (€)
A plataforma de LA está testada e operacional	1	2023	
As entidades estão habilitadas para utilizar a plataforma	1	2024	
100% dos acidentes em incêndios rurais são registados na plataforma de LA	100%	2025	
25% dos incidentes são registados na plataforma de LA	25%	2025	
100% dos quais tiveram uma resposta da plataforma de LA	100%	2025	
100% dos acidentes em incêndios rurais registados deram origem a lições identificadas	100%	2030	
50% das lições identificadas deram origem a lições aprendidas	50%	2030	
100% dos incidentes são registados na plataforma das LA	100%	2030	
50% dos quais dão origem a lições identificadas	50%	2030	
50% das quais são lições aprendidas	50%	2030	

QUADRO

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
A plataforma de LA está testada e operacional				1,0										
As entidades estão habilitadas para utilizar a plataforma					1,0									
100% dos acidentes em incêndios rurais são registados na plataforma de LA						1,0								
25% dos incidentes são registados na plataforma de LA						0,3								
100% dos quais tiveram uma resposta da plataforma de LA						1,0								
100% dos acidentes em incêndios rurais registados deram origem a lições identificadas											1,0			
50% das lições identificadas deram origem a lições aprendidas											0,5			
100% dos incidentes são registados na plataforma das LA											1,0			
50% dos quais dão origem a lições identificadas											0,5			
50% das quais são lições aprendidas											0,5			

Fontes de informação:
ANEPC, ICNF, GNR, FFAA

Outros projetos correlacionados a nível regional:
4.2.2.1 Sistema de monitorização e avaliação

Cartografia correlata:
Não tem cartografia.

Observações:
Nota 1: Dada a natureza das iniciativas constantes do projeto, propõe-se que as fichas de projeto sub-regionais e municipais sejam idênticas.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Nota 2: O custo referenciado na ficha nacional envolve apenas verbas de conceção e instalação da capacidade.

4.3.1.1 IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: A publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março, aprovou o projeto-piloto da Região de Coimbra, no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR). Este projeto abrange a NUTS III Região de Coimbra, i.e., os municípios de Arganil, Coimbra, Gois, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Penela e tem como objetivo promover a organização, os recursos e a cadeia de processos do PNGIFR. Para atingir estes objetivos este projeto incide com especial foco: a) Modelo de governança, através da articulação da tomada de decisão entre as entidades ao nível regional, sub-regional e municipal; b) Especialização das equipas, nas componentes de suporte, mobilização, coordenação e monitorização dos agentes do SGIFR; c) Mobilização dos agentes SGIFR orientados para as melhores práticas de proteção de pessoas, animais e bens; d) Implementar projetos de inovação e desenvolvimento da cadeia de processos; e)Rotina e padronização da monitorização e mecanismos de reporte; f) Mobilização das fontes de financiamento para os processos prioritários. O Projeto-Piloto assume o papel de acelerador, permitindo comparar os seus resultados, por forma a potenciar a eficácia e eficiência dos processos no alcance das metas do PNGIFR, despertando uma consciência coletiva, comprometida com uma visão integrada e mobilizadora. À AGIF compete a coordenação e operacionalização da execução dos projetos-piloto, apoiada pelo Grupo de Trabalho Específico, i.e., Forças Armadas, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., Comunidades Intermunicipais e Municípios. Os entregáveis são: 1º) Programa de execução, acompanhamento e monitorização - 06.2021; 2º) Relatório de avaliação intercalar da execução - 03.2022; 3º) relatório de avaliação final da execução - 03.2023.
Situação de Referência: Nada a referir.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Indicador(es) de Referência: • N.º de projetos em iniciativa de aceleração • Número de projetos charneira implementados
Outros Indicadores de Execução: Nada a referir.
Valores de Referência: Os custos de implementação do projeto piloto da região Centro não têm declinação regional. Com efeito o seu custo, foi contabilizado apenas a nível central no contexto dos 3 projetos piloto, incluindo: I. A contratação de uma empresa de consultoria; II. A qualificação de dois formandos por entidade participante; III. Programa de comunicação. Os custos de participação das entidades que integram o Grupo de Trabalho Específico foram assumidas pelas mesmas. Não tem orçamento aplicável à escala sub-regional
Metas: • 2021: Definição de área piloto aceleradora para implementação do modelo organizativo • 2024: 4 projetos charneira implementados • 2024: Modelo organizativo implementado • 2025: Auditoria ao sistema para certificação
Fontes de informação: ANEPC, ICNF, GNR, FFAA, AU, BB, OPF, CIM, PSP, PJ
Outros projetos correlacionados a nível regional: 4.2.1.1
Cartografia correlata: Nada a referir.
Observações: Nada a referir.

4.3.1.5 CENTRO IBÉRICO DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS RURAIS

Não aplicável à Sub-Região.

4.3.2.3 GESTÃO DA SUPRESSÃO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Racional de enquadramento: Este projeto tem por principal objetivo garantir a capacidade das entidades para dar resposta eficaz e eficiente à fase de supressão e socorro, numa lógica de otimização de meios face às necessidades da sub-região de Leiria. *POSIT:* O atual garante de disponibilização de meios e recursos dos APC e OEA assenta na capacidade financeira de cada entidade, nos respetivos programas anuais de reequipamento e nas candidaturas aos programas específicos de aquisição comunitária que permitem dotá-las dos meios possíveis de obter. De realçar a diferença entre recursos humanos e meios materiais ou equipamentos. Verificando-se, no primeiro caso, dificuldade no recrutamento de recursos humanos, profissionais e ou voluntários, em particular para dotar os territórios mais vulneráveis que apesar da inerente necessidade se debatem com deficiências demográficas.
Situação de Referência: Nada a referir.
Indicador(es) de Referência: • Número de equipamentos/recursos humanos alocados por entidade para satisfação das necessidades identificadas para a supressão de incêndios rurais; • Definir critérios de priorização para atribuição de meios de supressão; • Programa de informação para o recrutamento de voluntários para os Corpos de Bombeiros; • Investir no recrutamento, formação, aquisição, substituição e modernização dos meios e recursos para dotar o dispositivo de combate, em linha com os critérios de priorização definidos para a sub-região.
Outros Indicadores de Execução: • 50% das aquisições identificadas como necessárias, efetuadas - 2025 • 100 % das aquisições identificadas como necessárias, efetuadas - 2030
Valores de Referência: 7 972 397,20€ (PSA) CIM Leiria – Dados relativos para aquisição de 1 máquina de rastos e 1 porta máquinas para empenhamento em incêndios e pré-posicionamentos (valor de 615 000,00€). ANEPC – Faltam dados e valores indicativos e relativos a meios e recursos para os CB's e FEPC, sendo que a dotação de equipamentos será dimensionada no nível nacional, em função do PRR. Corpos de Bombeiros (CB) – Considerando-se como hipótese a candidatura dos CB's a fundos comunitários (FEDER), segundo informação disponibilizada pelo Programa Regional do Centro, estimou-se um valor base, tendo como referencial a Diretiva Financeira da ANEPC, a aquisição: Corpo de Bombeiros: 16 x 1 VFCI – 154 000,00€ + 1 VTTF 6x6 – 205 000,00€ = 5 744 000,00€ (+IVA 6%); Equipamento de Proteção Individual bombeiros (EPI): 1127x 2 EPI x 530,00€ = 1 194 620,00€ (+IVA 6%).
Metas: • 2025: 50% das aquisições identificadas como necessárias, efetuadas.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

• 2030: 100% da alocação de meios e recursos identificados como necessários para a supressão dos IR efetuada.

Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo € Com IVA
Programa de informação/recrutamento de voluntários para os CB	-	-	-	-	-	-	1	1	1	1	1	8 ações 100%	1	2 460,00€
Reequipamento/renovação de viaturas e EPI dos Corpos de Bombeiros	-	-	-	A dotação de viaturas/equipamentos a adquirir será dimensionada em função de candidaturas aos fundos disponíveis, via FEDER (Programa Regional Centro)										7 354 937,20€
Aquisição de Máquina de Rasto e porta-máquinas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reequipamento/renovação de meios das equipas de Sapadores Florestais e Bombeiros Sapadores Florestais do ICNF (VLCI, VFCI, VOPE, MR, EPI's).	-	-	-	A dotação de material/equipamento a adquirir será dimensionada ao nível nacional eventualmente pelo Programa de Sapadores Florestais do ICNF, I.P. via PRR outros										
TOTAL estimado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	**7 972 397,20€**

Fontes de informação:
ANEPC; Autarquias, GNR, ICNF, FFAA, CIM, CB.

Outros projetos correlacionados a nível regional:
Nada a referir.

Cartografia correlata:
Nada a referir.

Observações:
São identificados como próximos passos: identificar as necessidades de recursos humanos e meios materiais/equipamentos para as entidades envolvidas na supressão; propor ao patamar nacional de cada entidade a aquisição/renovação de meios e recursos, de acordo com as fontes de financiamento nacionais, tendo por base as lacunas identificadas e priorizando necessidades, de modo a estabelecer uma cobertura do território, para uma melhor eficiência e eficácia na resposta à supressão dos IR.

4.4.1.3 IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:
A formação é uma componente fundamental para o sucesso do SGIFR. A formação qualificante é uma garantia de uma maior estabilidade dos efetivos e o reconhecimento da sua profissão pelo que este projeto está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação.
Com base na informação disponibilizada a nível nacional, o total de efetivos a nível da região Centro, considerado o universo potencial de formandos deste projeto, é o constante do seguinte quadro 1:

As necessidades de qualificação dos agentes, constantes do Plano Nacional de Qualificação, foram calculadas, para o nível nacional, com base nas informações enviadas pelas entidades (ANEPC, GNR e ICNF), para cada UFCD (Unidade de Formação de Curta Duração) identificada como necessária para funções/atividades chave SGIFR;

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
b) Estas necessidades identificadas são a referência de base para o cálculo das necessidades ao nível regional e sub-regional, de forma a existir coerência entre os valores às várias escalas geográficas. Não se conhecendo ainda como serão geridos os programas de formação profissional, e existindo uma tendência para maior abrangência dos PO, convém que exista uma declinação regional em coerência com as necessidades nacionais identificadas; c) As estimativas ao nível do PRA constantes do quadro 1 foram obtidas considerando as estatísticas recolhidas, para cada região e sub-região, relativas aos efetivos de BV, UEPS e SF; d) Como existe discrepância entre as necessidades formativas/efetivos, apresentados ao nível nacional (PNQ) e regionais, a solução encontrada foi a relativização das necessidades de formação, tendo como referência as necessidades nacionais (PNQ) e a distribuição relativa dos agentes em cada região; e) Para os primeiros 5 anos do PNQ (2023-2027), foram consideradas as necessidades elencadas pelas entidades, a um ritmo regular de formação de 20 %/ano; f) Para os 5 anos seguintes (2028-2032), foi considerada uma rotatividade de agentes de 20 %/ano e necessidades de formação dos novos agentes ao mesmo ritmo anual; g) Foram considerados 15 formandos por ação e um custo médio de 3 500 €/50 horas de formação. Os custos foram considerados fixos, sem atualizações por inflação ou deflação. Os entregáveis do presente projeto serão os seguintes: 1 – Diagnóstico das necessidades de formação, capacitação técnica e qualificação dos agentes do SGIFR; 2 – Mapeamento dos perfis prioritários formados; 3 – Programa de formação com identificação de prioridades, de acordo com os resultados do diagnóstico, e do mapeamento dos perfis.
Situação de Referência: a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019 corresponde ao número ações e de formandos durante 2019 de caráter qualificante garantida pelas entidades do SGIFR, não tendo sido possível, contudo reunir esta informação em tempo útil pela sua dispersão e especificidade; b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto corresponde ao nº de ações e de formandos para operacionais em GFR e PCIR desenvolvidas com recurso ao programa de intercâmbio dos agentes (Formação realizada pelas entidades SGIFR correspondentes as UFCD`s do PNQ entre o triénio 2020, 2021) não tendo sido possível, contudo, reunir esta informação em tempo útil.
Indicador(es) de Referência: a) Diagnóstico anual de necessidades b) Nº de ações de formação qualificante realizadas/ano c) Nº de formandos/ano
Outros Indicadores de Execução: Diagnóstico das necessidades % de execução de ações de formação executadas de acordo com o diagnóstico
Valores de Referência: Custo por formando: 234 € / curso de 50 horas. Custo por ação de formação UFCD 50 horas: 3 500 €. Nº de formandos por ação: 15
Metas: 2020-2030 (anual): Execução do diagnóstico para implementação no ano seguinte

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
2020-2030: 782 ações de formação, correspondentes a 80% de ações de formação executadas de acordo com diagnóstico 2020-2030: 11730 formandos correspondentes a 80% de agentes qualificados por função /atividade chave do PNQ_SGIFR
Fontes de informação: A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF /Entidades do SGIFR
Outros projetos correlacionados a nível regional: -
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: Tendo por base o universo potencial de formandos da Região constante do quadro 1, cada CSGIFR deverá estabelecer o número de formandos potencial do seu território a identificar na respetiva ficha deste projeto no PSA.

4.4.2.1 PROGRAMA DE INTERCÂMBIO DE PERITOS INTERNACIONAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A formação é uma componente fundamental para o sucesso do SGIFR.

Para além das ações planeadas na escala nacional, dada a realidade geográfica da Região Centro com fronteira com Espanha e a sua natureza eminentemente de espaço florestal, pretende-se no presente projeto reforçar a componente transfronteiriça da aprendizagem e troca de experiência dos operacionais de ambos os países, em particular, com o objetivo último de aumentar a eficiência do trabalho cooperativo nas zonas fronteiriças. é uma formação com uma componente teórica e outra prática de campo.

Nesse sentido, foram definidas duas áreas de formação prioritárias:

a) para a GFR;

b) para a PCIR.

Cada área de formação prevê uma média de 25 formandos/participantes, estando previstas 2 ações por ano na região, num total de 50 formandos anuais e num total de 450 formandos no fim do projeto.

Os formandos serão selecionados dos agentes SGIFR portugueses, em particular ao nível mais operacional, após diagnóstico de necessidades de formação. O desenvolvimento do projeto passa pelos seguintes entregáveis:

- 1º Diagnóstico das necessidades de reforço dos agentes do SGIFR, com recurso ao intercâmbio em zonas transfronteiriças;
- 2º Norma Técnica de definição dos critérios de seleção e identificação dos agentes a serem alvo do programa de formação;
- 3º Definição das minutas de acordos e protocolos a celebrar com outras entidades, em particular, as entidades autonómicas espanholas identificadas na fase de diagnóstico das necessidades de formação;
- 4º Elaboração dos programas de intercâmbio e partilha de experiências e de procedimentos;
- 5º Mapeamento das ações transfronteiriças desenvolvidas nos planos sub-regionais.

Pretende-se que esta formação seja feita em conjunto com os agentes SGIFR espanhóis até um total de 50 formandos dos dois países em cada curso. Por outro lado, é expectável que as sub-regiões de maior área territorial transfronteiriça e cuja realidade de fogos rurais seja mais premente possam ser as anfitriãs desta formação, bem como a origem principal de formandos. Tal não obsta que as sub-regiões sem ou com pouca área transfronteiriça não participem com os seus formandos.

Situação de Referência:

a) a situação de referência t0 para o projeto

b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto:

Indicador(es) de Referência:

a) Nº de ações de intercâmbio transfronteiriças realizadas com congéneres/ano

b) Nº de participantes/ano

Outros Indicadores de Execução:

Nada a referir.

Valores de Referência:

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
Considerou-se como valor de referência o custo de 240 euros/participante, para ações com um máximo de 25 participantes e 21 horas de ação. Prevê-se a realização em média de dois cursos por ano, num total de 18 cursos envolvendo 450 agentes, privilegiando o nível de decisão. 8 agentes x 240 euros= 1920 euros
Metas: 2026: desenvolvimento dos entregáveis necessários à realização das ações de intercâmbio; 2030: 8 ações de intercâmbio de agentes de GFR e PCIR realizadas na região com congéneres espanhóis 2030: 32 agentes de GFR e PCIR envolvidos na região
Fontes de informação: A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF /Entidades do SGIFR
Outros projetos correlacionados a nível regional: 4.4.1.1 a 4.4.1.3 Cluster 14 Qualificação
Cartografia correlata: Não tem cartografia: X
Observações: A nível da elaboração dos respetivos PSA, é condição preferencial a organização das ações de intercâmbio formação com maior incidência em área transfronteiriça. Os participantes das sub-regiões Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela são o principal alvo da ação, sem excluir a possibilidade das restantes CIM poderem indicar agentes para as referidas ações.